

BMEP

Boletim Mensal de Economia
Portuguesa

- Nº 1 | Janeiro 2009



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e da Inovação

GPEARI
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Janeiro de 2009

Elaborado com informação disponível até ao dia 21 de Janeiro.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e Inovação

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

Conjuntura	1
Sumário	3
1. Enquadramento Internacional	5
2. Conjuntura Nacional	8
3. Comércio Internacional	18
Destaques	25
Previsões Macroeconómicas Intercalares da Comissão Europeia – Inverno de 2009	26
Evolução Recente do Comércio Internacional de Portugal com a Espanha	26
Artigos	26
Em Análise	26
A Evolução Recente da Actividade Turística em Portugal	26
Iniciativas e Medidas Legislativas	52
Abreviaturas Utilizadas	59

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Os dados relativos ao 4.º trimestre para a generalidade das economias mundiais apontam para a continuação do abrandamento da actividade económica e mesmo recessão em algumas economias avançadas. Em resposta, alguns bancos centrais, entre eles, o Banco de Inglaterra e o Banco Central Europeu baixaram as taxas de juro de refinanciamento para 1,5% e 2% nos dias 8 e 15 de Janeiro, respectivamente.
- * As taxas de juro a 3 meses prosseguiram o movimento descendente iniciado no mês passado. Assim, no dia 21 de Janeiro, a taxa de juro a 3 meses situou-se em 1,1% e 2,3% para os EUA e a área do euro, respectivamente (1,4% e 2,9% no final de Dezembro).
- * Nos EUA, os indicadores disponíveis para o 4.º trimestre sugerem a continuação do abrandamento económico. Em Dezembro, a taxa de desemprego subiu para 7,2% e a taxa de inflação diminuiu para 0,1%.
- * O indicador de sentimento económico da UE e da área do euro continuaram a diminuir, tendo, em Dezembro, atingido os valores mais baixos desde fins de 1993. Os indicadores disponíveis para os meses de Outubro e Novembro apontam para um enfraquecimento da actividade económica. A taxa de desemprego voltou a aumentar para 7,8% em Novembro (7,7% no mês precedente).
- * No início de Janeiro, o preço spot do petróleo *Brent* registou uma relativa estabilização, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 21, registado um valor de 45,9 USD/bbl (46,5 USD/bbl em Dezembro).

Conjuntura Nacional

- * Nos meses de Outubro e Novembro, a generalidade dos indicadores disponíveis para a actividade económica evidenciou uma evolução mais desfavorável face ao mês precedente.
- * O indicador de sentimento económico da Comissão Europeia para Portugal, relativo 4.º trimestre, apresentou uma quebra significativa, reflectindo uma deterioração da confiança dos empresários na generalidade dos sectores e dos consumidores.
- * A informação disponível para o 4.º trimestre sugere ainda um menor dinamismo do consumo privado e uma forte deterioração do investimento.
- * Em Dezembro, a taxa de inflação homóloga foi de 0,8%, menos 0,5p.p. do que no mês anterior, situando-se 0,7p.p. abaixo do verificado na área do euro. Em 2008, a taxa de inflação foi de 2,6%, mais 0,1p.p. do que em 2007.
- * Em 2008, o défice global provisório do Estado, apurado na óptica da contabilidade pública, situou-se em 5273,6 milhões de euros, revelando um agravamento de 238 milhões de euros quando comparado com o ano anterior, enquanto que o défice primário foi de 261,5 milhões de euros representando uma melhoria de 54 milhões de euros relativamente ao ano anterior. A estimativa do saldo da Segurança Social para 2008, na óptica da contabilidade pública, é de 1585,4 milhões de euros, revelando uma melhoria de 438 milhões de euros face a 2007. Os Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e o SNS, apresentam um excedente global

provisório de 158,8 milhões de euros, tendo-se observado uma diminuição de 151 milhões de euros face ao ano anterior.

Comércio Internacional

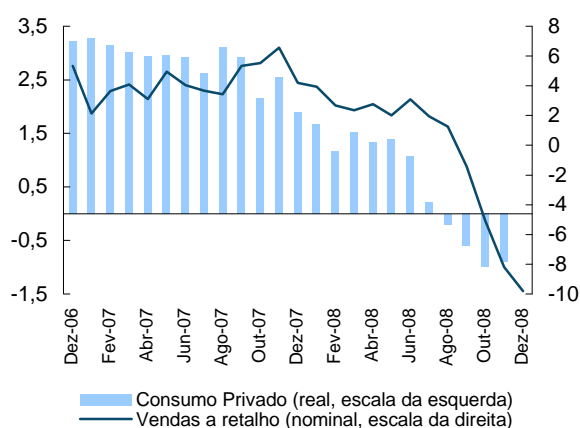
- * Nos últimos 12 meses a terminar em Outubro de 2008, excluindo os produtos energéticos, as saídas de mercadorias cresceram 1,9%, tendo as entradas aumentado 5,6%. Nos últimos 3 meses (Agosto a Outubro), as saídas acusaram uma quebra de 1,1%, ao mesmo tempo que as entradas registavam um aumento de 4,0% face ao período homólogo anterior.
- * Segundo dados já disponíveis para o período de Janeiro a Novembro de 2008 para o comércio extracomunitário, as exportações para os países terceiros, nos últimos 12 meses, terão aumentado 13,5%, e as importações 17,7%.
- * Angola ultrapassou a Espanha como o mercado de destino que mais contribuiu para o crescimento das exportações portuguesas nos últimos 12 meses, com 37%.
- * Nos últimos 12 meses a terminar em Outubro de 2008, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 5,1% em termos homólogos. Desse crescimento, 51,6% é explicado pelas “exportações” de Serviços.
- * Das seis rubricas que maiores crescimentos homólogos revelaram nas “exportações” de Bens e Serviços, quatro pertencem à área dos Serviços: “Informação e Informática” (+29,6%), “Construção” (+18,7%), “Transportes” (+14,8%) e “Outros Fornecimentos por Empresas” (+13,0%). Entre os grupos de produtos destacaram-se os “Energéticos” (+39,4%), com o maior acréscimo no conjunto dos Bens e Serviços, e os “Agro-alimentares” (+16,5%).
- * No mesmo período, as rubricas que proporcionalmente mais contribuíram para o crescimento das “exportações” de Bens e Serviços, foram o grupo de produtos “Energéticos” (23,4%), os serviços de “Transportes” (21,8%), o grupo de produtos “Agro-alimentares” (20,3%), os serviços “Outros fornecimentos por empresas” (13,6%) e “Viagens e Turismo” (10,1%), e o grupo de produtos “Químicos” (9,0%).

1. Enquadramento Internacional

Actividade Económica Extra-UE

No 4.º trimestre de 2008, a economia mundial deteriorou-se, reflectindo o impacto da crise financeira internacional e a persistência da quebra do sector imobiliário. A taxa de inflação observou uma diminuição associada à perspectiva de maior abrandamento económico na generalidade dos países e à descida dos preços das matérias-primas. Os indicadores disponíveis para os **EUA** sugerem um enfraquecimento da actividade económica e a deterioração do mercado de trabalho.

Figura 1.1. Consumo Privado e Vendas a Retalho nos EUA (VH, em %)

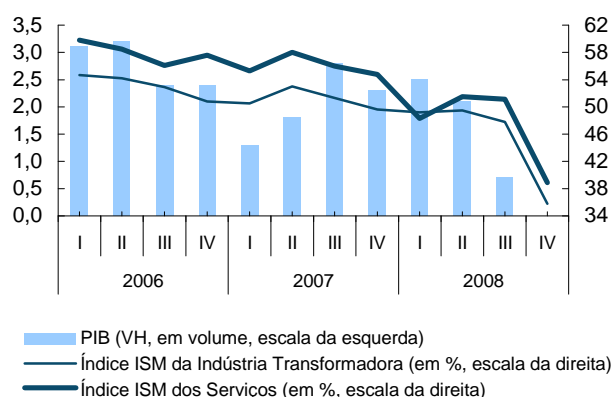


Fonte: *Bureau of Economic Analysis*.

De facto, no 4.º trimestre, em termos homólogos:

- as vendas a retalho diminuíram 7,7% em termos nominais (+0,6% no 3.º trimestre) e o consumo privado caiu 0,9% em termos reais no conjunto dos meses de Outubro e Novembro (-0,2% no 3.º trimestre);
- a produção industrial decresceu 6% (-3% no 3.º trimestre) e os indicadores de confiança da indústria transformadora e dos serviços apresentaram uma diminuição significativa;
- as exportações abrandaram para 1,7% em termos nominais, em média, no conjunto dos meses de Outubro e Novembro (+15,1% no 3.º trimestre);
- a taxa de desemprego subiu para 6,9% (6,1% no 3.º trimestre), o valor mais elevado desde o 3.º trimestre de 1993.

Figura 1.2. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA

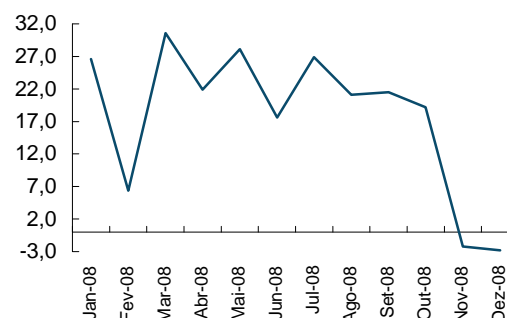


Fontes: *Bureau of Economic Analysis*; *Institute for Supply Management*.
Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contracção da actividade.

A taxa de inflação homóloga diminuiu para 0,1% em Dezembro (1,1% em Novembro), para o qual contribuiu sobretudo a descida dos preços de energia. No ano de 2008, a taxa de inflação subiu para 3,8% (2,9% em 2007).

No 4.º trimestre, a actividade económica da **China** abrandou, associada, em parte, ao fraco crescimento das exportações, as quais aumentaram 4,7% em termos homólogos nominais (22,3%, em média, no conjunto dos 3 primeiros trimestres). No conjunto do ano de 2008, as exportações aumentaram 17,2% em termos homólogos nominais (25,7% em 2007).

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias da China (VH nominal, em %)



Fonte: Instituto de Estatística da China (NBSC).

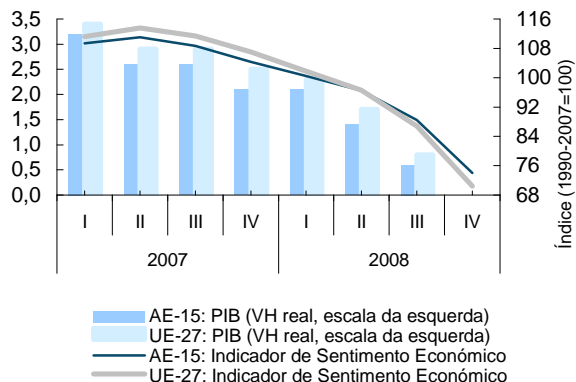
Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2007	2008				2008			
				4T	1T	2T	3T	4T	Set	Out	Nov	Dez
EUA – PIB real	VH	BEA	:	2,3	2,5	2,1	0,7	:	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-1,8	2,1	1,8	0,2	-3,0	-6,0	-6,3	-4,2	-5,9	-7,8
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	45,6	49,6	49,2	49,5	47,8	35,8	43,5	38,9	36,2	32,4
Índice ISM dos Serviços	%	"	47,5	54,8	48,3	51,5	51,1	38,9	52,1	44,2	33,0	39,6
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	63,8	77,5	72,9	59,6	64,8	57,7	70,3	57,6	55,3	60,1
Taxa de Desemprego	%	BLS	5,8	4,8	4,9	5,4	6,1	6,9	6,2	6,6	6,8	7,2
China – PIB real	VH	NBSC	:	11,2	10,6	10,1	9,0	:	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	17,2	22,2	21,2	22,5	23,2	4,7	21,5	19,2	-2,2	-2,8
Japão – PIB real	VH	COGJ	:	2,0	1,4	0,6	-0,3	:	-	-	-	-

Actividade Económica da UE

No 4.º trimestre, o indicador de sentimento económico apresentou uma deterioração expressiva tanto para o conjunto da União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), tendo este comportamento sido extensível a todos os países. Todas as componentes daquele indicador regrediram, tendo sido os indicadores de confiança dos empresários da indústria e dos serviços os que registaram uma diminuição mais significativa.

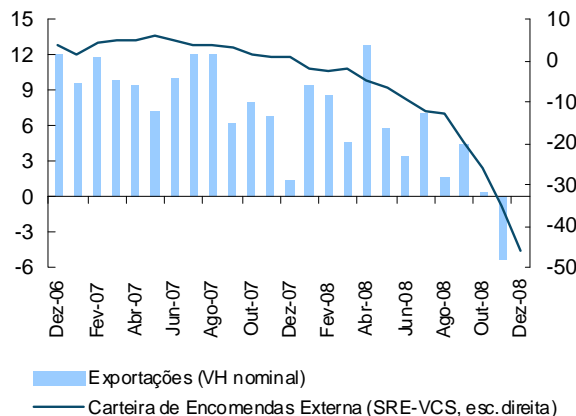
Figura 1.4. PIB e Sentimento Económico da UE e Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Os indicadores quantitativos disponíveis para a área do euro sugerem um enfraquecimento da actividade económica, especialmente na indústria transformadora.

Figura 1.5. Exportações e Carteira de Encomendas Externa da Área do Euro

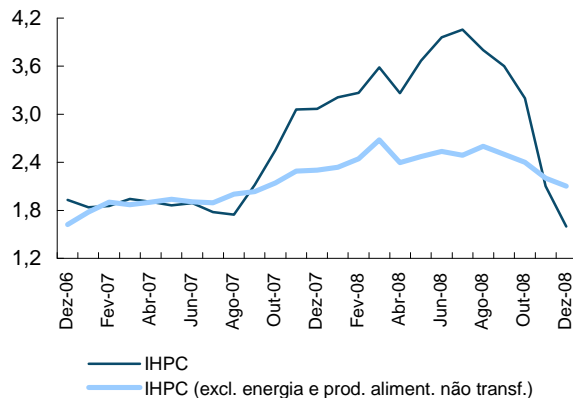


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

No conjunto dos meses de Outubro e Novembro, em termos homólogos:

- as vendas a retalho registaram uma quebra de 1,7% em termos reais, igual ao valor do 3.º trimestre;
- a produção industrial caiu 6,2% (-1,8% no 3.º trimestre), em resultado de uma diminuição mais acentuada da produção de bens de consumo duradouros e de bens intermédios;
- as exportações registaram uma quebra de 2,5% em termos nominais (+4,4% no 3.º trimestre), com destaque para a diminuição de 5,3% em Novembro, o valor mais negativo desde Julho de 2003;
- a taxa de desemprego na área do euro aumentou para 7,8% (7,5% no 3º trimestre). Em Dezembro, as expectativas dos empresários quanto à criação de emprego continuaram a deteriorar-se, tendência que abrangeu todos os sectores.

Figura 1.6. Índice Harmonizado de Preços no Consumidor da Área do Euro (VH, em %)



Fonte: Eurostat.

Em Dezembro, a taxa de inflação da área do euro abrandou para 1,6% em termos homólogos (2,1% em Novembro), em resultado da desaceleração acentuada dos preços de energia. A taxa de inflação homóloga, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados também diminuiu para 2,1% (2,2% em Novembro).

Em 2008, a taxa de inflação média subiu para 3,3% (2,1% em 2007), devido à aceleração dos preços durante o primeiro semestre.

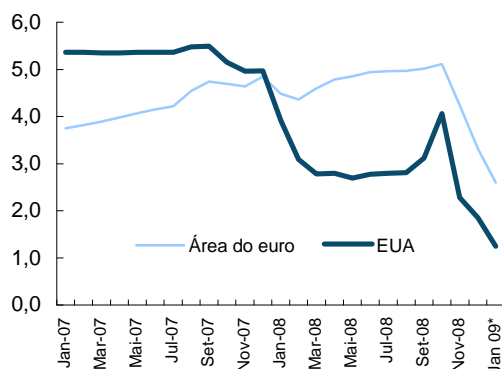
Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2007					2008			
				4T	1T	2T	3T	4T	Set	Out	Nov	Dez
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	:	2,5	2,3	1,7	0,8	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	88,9	107,0	101,8	96,6	86,8	70,4	84,9	77,2	70,5	63,5
Área do Euro (AE-15) – PIB real	VH	Eurostat	:	2,1	2,1	1,4	0,6	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	89,9	104,3	100,5	96,5	88,5	74,0	87,5	80,0	74,9	67,1
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	:	3,3	2,5	1,0	-1,8	:	-2,8	-5,5	-6,9	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	:	-0,1	-0,5	-1,4	-1,7	:	-1,4	-2,3	-1,1	:
Taxa de Desemprego	%	"	:	7,2	7,2	7,4	7,5	:	7,6	7,7	7,8	:
IHPC	VH	"	3,3	2,9	3,4	3,6	3,8	2,3	3,6	3,2	2,1	1,6

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

A persistência da crise financeira internacional e a redução das expectativas de inflação levaram ao prosseguimento da redução das taxas de juro de referência. A 8 e 15 de Janeiro de 2009, o Banco de Inglaterra e o BCE desceram-nas para 1,5% e 2%, respectivamente. As taxas de juro de curto prazo prosseguiram o movimento descendente, situando-se em Janeiro, em média, até ao dia 21, em 2,6% e 1,2%, na área do euro e nos EUA, respectivamente.

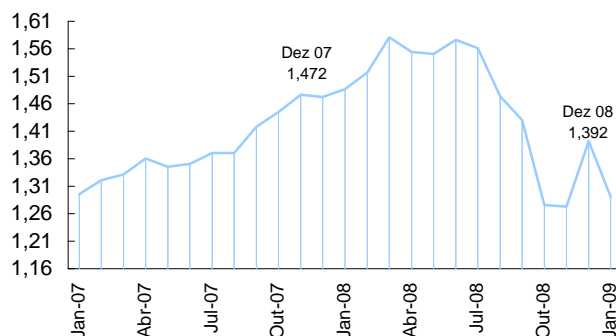
Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 Meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fontes: BCE; IGCP. * Média até ao dia 21.

Em Dezembro de 2008, as taxas de juro de longo prazo registaram uma diminuição acentuada nos EUA, tendência que se manteve ao longo do ano, tendo diminuído para 3,65% no conjunto do ano (4,63% em 2007).

Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para Janeiro, o valor é do dia 21.

Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

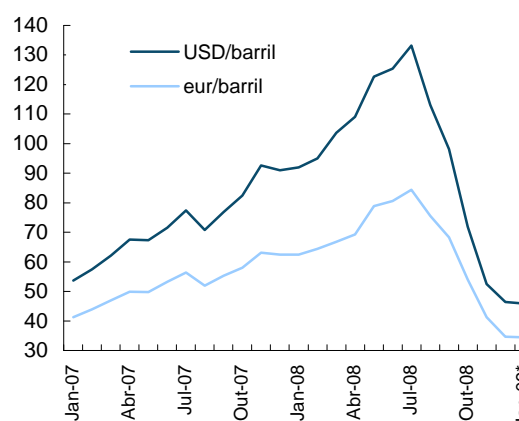
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2007	2008					2008			
				4T	1T	2T	3T	4T	Set	Out	Nov	Dez	
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	2,93	4,69	4,73	4,95	5,28	2,93	5,28	4,76	3,85	2,93	
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,65	4,26	3,65	3,87	3,85	3,24	3,68	3,79	3,52	2,42	
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	:	4,34	4,12	4,50	4,55	:	4,43	4,30	4,09	:	
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,392	1,472	1,581	1,576	1,430	1,392	1,430	1,276	1,273	1,392	
Dow Jones*	VC	Yahoo	-33,8	-4,5	-7,6	-7,4	-4,4	-19,1	-6,0	-14,0	-5,4	-0,6	
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-44,4	0,4	-17,5	-7,6	-9,4	-19,4	-9,7	-14,7	-6,2	0,7	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	96,93	88,70	96,91	119,07	114,80	56,96	98,13	71,89	52,54	46,46	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	33,6	48,6	67,8	73,1	53,1	-35,8	27,7	-12,9	-43,3	-48,9	
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	23,5	32,3	46,6	49,5	39,5	-29,2	23,5	-6,9	-34,6	-44,5	
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	73,5	60,0	64,5	77,1	76,4	41,7	69,9	58,4	38,7	28,1	

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido).

Invertendo a tendência do mês precedente, assistiu-se a uma depreciação do euro face ao dólar no mês de Janeiro, tendo atingido, no dia 21, o valor de 1,29, representando uma depreciação 7,2% face ao final do mês de Dezembro de 2008.

Em Janeiro, o preço do petróleo Brent continuou a diminuir mas de forma menos acentuada do que nos meses precedentes. Até ao dia 21, situou-se, em média, em 45,9 USD/bbl (34,4 €/bbl), valor abaixo do atingido em Dezembro de 2008 (46,5 USD/bbl).

Figura 1.9. Preço Médio Spot do Petróleo Brent (em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 21.

Em Dezembro de 2008, o preço relativo do petróleo importado diminuiu para 28,1% do valor máximo atingido durante a crise petrolífera de 1979.

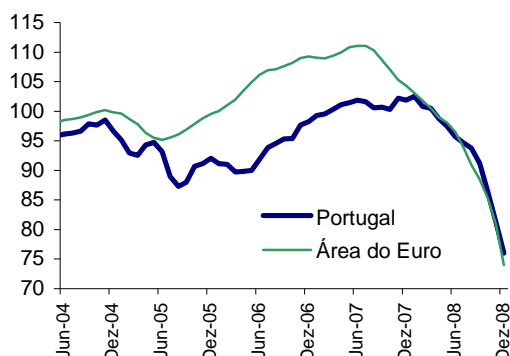
Também neste mês, o preço das matérias-primas não energéticas registou uma quebra de 24% em termos homólogos (-19% em Novembro). Esta evolução abrangeu a totalidade dos produtos, tendo a diminuição sido especialmente significativa no caso dos preços de metais e dos produtos industriais que caíram 36% e 32% em termos homólogos, respectivamente (-33% e -26%, em Novembro).

2. Conjuntura Nacional

Actividade económica e Oferta

No 4.º trimestre, o indicador de sentimento económico registou uma deterioração face ao trimestre anterior, continuando a tendência negativa iniciada no 1.º trimestre de 2008. Identifica-se um desfasamento de cerca de 6 meses entre o início da deterioração do sentimento económico na área do euro e em Portugal, mas a evolução no último ano do sentimento económico é similar.

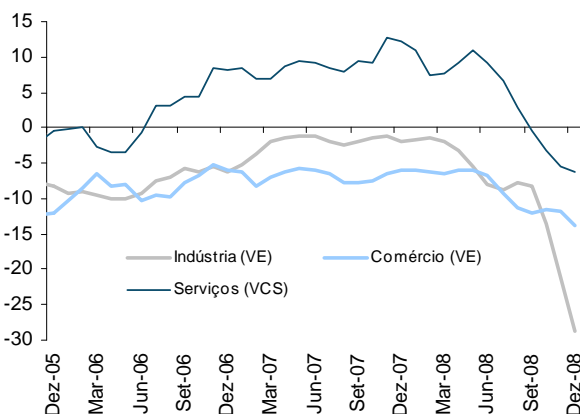
Figura 2.1. Indicador de Sentimento Económico



Fonte: CE.

Os indicadores de confiança, no 4.º trimestre, pioraram em todos os sectores de actividade face ao trimestre anterior.

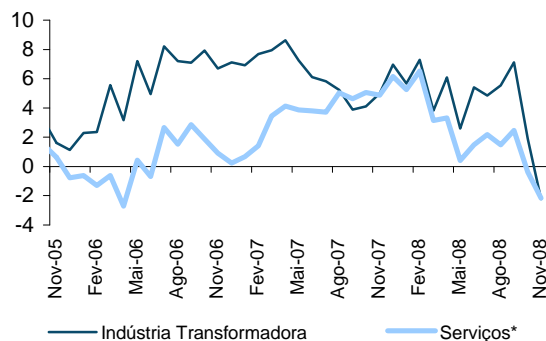
Figura 2.2. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis sugerem um agravamento da actividade económica, a qual piora para todos os sectores de actividade.

Figura 2.3. Volume de Negócios
(VH, MM3)



Fonte: INE. * excepto Comércio a Retalho.

Assim, em Novembro e em termos homólogos:

- na indústria transformadora, os índices de produção e de volume de negócios registaram uma quebra de 7,1% e 11%, respectivamente;
- na construção e obras públicas, o índice de produção caiu 5,5%;
- nos serviços, o índice de volume de negócios apresentou uma quebra de 7,7%

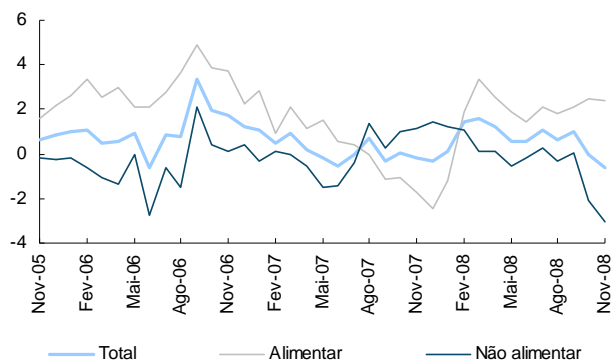
Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2007	2008					2008			
				4T	1T	2T	3T	4T	Set	Out	Nov	Dez	
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	1,9	0,9	0,7	0,6	:					
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,9	101,9	100,5	95,7	91,2	76,0	87,3	79,0	77,3	71,7	
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VE	INE	-12	-2	-2	-8	-8	-29	-12	-24	-28	-34	
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-11	-6	-6	-9	-12	-16	-11	-14	-16	-19	
Indicador de Confiança dos Serviços	SRE-VCS	"	3	12	8	9	-1	-6	-5	-5	-6	-7	
Indicador de Confiança da Construção	SRE-VE	"	-40	-43	-38	-37	-41	-46	-42	-43	-47	-49	
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	:	2,8	-0,3	-1,7	-1,4	:	-5,0	-4,5	-7,1	-	
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	:	7,0	3,8	5,4	7,1	:	8,3	-3,3	-11,0	-	
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	:	6,2	3,1	1,5	2,5	:	2,8	-1,4	-7,7	-	

Consumo Privado

No mês de Novembro, o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou uma variação homóloga de -0,8%, acentuando o andamento negativo iniciado em Setembro. Este resultado foi motivado, essencialmente, pelo abrandamento verificado nos bens alimentares, que apresentaram um crescimento homólogo de 3% (3,9% no mês anterior). Os bens não alimentares registaram, uma vez mais, uma quebra homóloga significativa (-3,9%), apesar da ligeira melhoria face a Outubro (-4,3%).

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

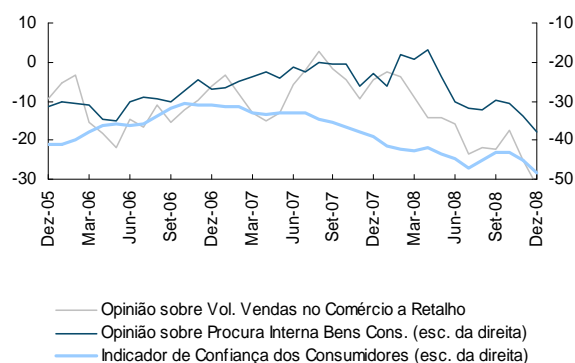


Fonte: INE.

Em Dezembro, o indicador de confiança dos consumidores, em média móvel de 3 meses, voltou a exibir um agravamento significativo, atingindo um novo mínimo histórico. Este resultado foi motivado pela deterioração das expectativas sobre a situação económica e financeira do país e das famílias, e também por um agravamento das perspectivas sobre a evolução do mercado de trabalho.

No mesmo mês, as opiniões dos empresários sobre a procura interna dirigida à indústria transformadora de bens de consumo exibiram também uma deterioração significativa, enquanto que a avaliação feita à actividade do sector do comércio a retalho permaneceu quase inalterada face ao mês de Outubro. Em termos anuais, ambos os indicadores evidenciaram, em 2008, uma diminuição apreciável face aos valores de 2007.

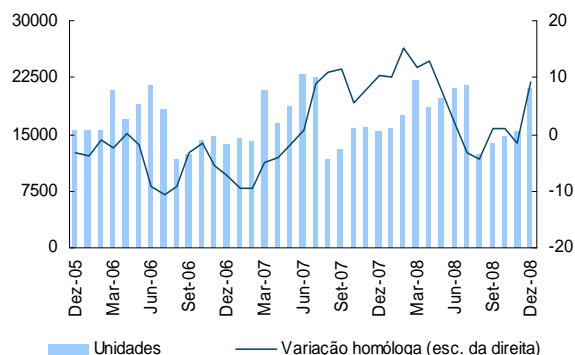
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

As vendas de automóveis ligeiros de passageiros registaram, em Dezembro, um crescimento homólogo de 37,9%, reflectindo a antecipação de decisões de aquisição em resposta às alterações fiscais que irão entrar em vigor em 2009. Este resultado permitiu compensar a evolução desfavorável dos dois meses precedentes, e no 4.º trimestre do ano registou-se um crescimento homólogo de 9,1% (0,9% no 3.º trimestre). No conjunto do ano, o mercado de veículos ligeiros de passageiros exibiu um crescimento homólogo de 5,7%, expandindo-se assim a um ritmo ligeiramente superior ao de 2007 (3,7%).

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2008	2007					2008			
				4T	1T	2T	3T	4T	Set	Out	Nov	Dez
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	:	1,8	2,1	1,0	2,3	:	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-45	-39	-43	-45	-43	-48	-40	-48	-48	-49
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-20	-5	-9	-16	-22	-31	-22	-20	-34	-41
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	:	-0,3	1,6	0,6	1,0	:	-0,6	-0,5	-0,8	:
Bens alimentares	VH	"	:	-2,4	3,3	1,4	2,1	:	-0,1	4,3	3,0	:
Bens não alimentares	VH	"	:	1,4	0,1	-0,1	0,0	:	-0,9	-4,3	-3,9	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	5,7	10,3	11,7	1,9	0,9	9,1	6,4	-6,4	-3,3	37,9
Importações de bens de consumo***	VH	INE	:	7,3	3,8	2,9	4,2	:	9,9	1,5	:	:

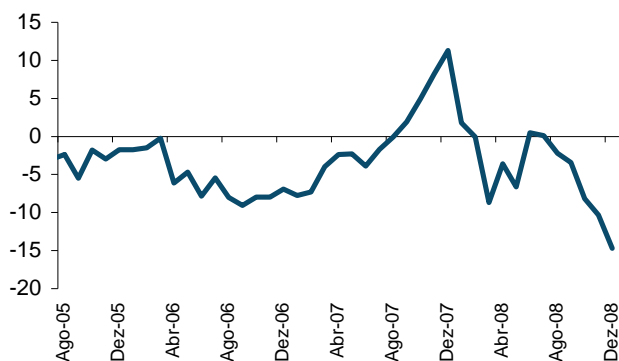
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o 4.º trimestre apresentaram uma evolução muito desfavorável em todas as componentes do investimento: na construção, no material de transporte e nos outros bens de investimento. Assim:

- as vendas de cimento apresentaram uma quebra de 14,7%, em termos homólogos (-3,4% no trimestre precedente);

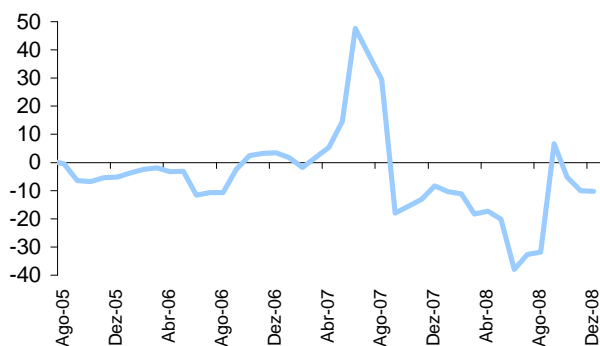
Figura 2.7. Vendas de Cimento
(VH, MM3)



Fontes: SECIL e CIMPOR.

- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma variação homóloga de 10,3% (6,6% no 3.º trimestre);

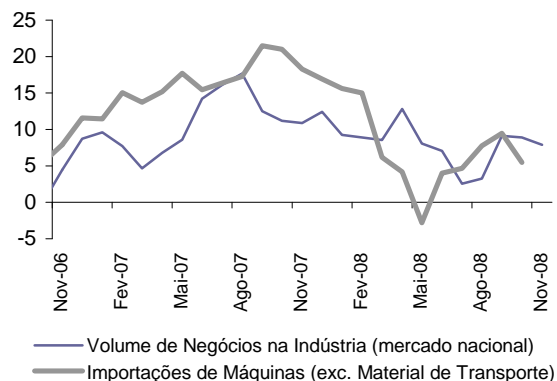
Figura 2.8. Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP.

- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso mantêm um comportamento desfavorável.

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(MM3)



Fonte: INE.

Nos meses de Outubro e Novembro, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional registou uma desaceleração (2% em termos médios homólogos, que compara com 9,1% no 3.º trimestre).

As importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte, registaram um crescimento de 0,9% em Outubro (14,6% em Setembro).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

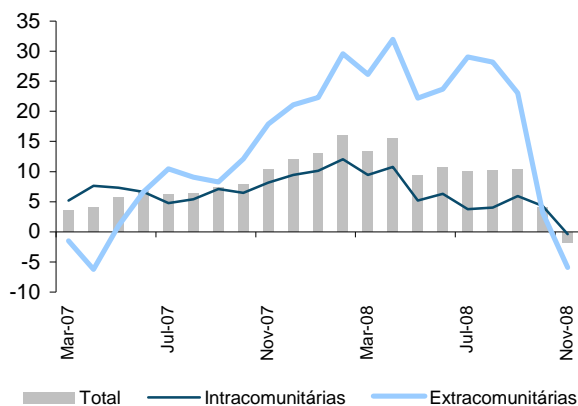
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2007	2008				2008			
				4T	1T	2T	3T	4T	Set	Out	Nov	Dez
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	8,6	3,2	1,9	-1,4	:	:	:	:	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-6,6	11,3	-8,7	0,5	-3,4	-14,7	0,1	-9,7	-20,7	-14,0
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-19	-8	-18	-38	7	-10	-1	-9	-18	-4
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	ACAP	-2	93	19	4	-3	-24	2	5	-46	-19
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-18	1	4	-4	-30	-30	-31	-29	-38	-23
Licenças de Construção de fogos	VH	INE	:	-19	-37	-32	-33	:	-37	-39	-48	:
Importações de Bens de Capital**	VH	INE	:	16,9	6,2	4,0	9,5	:	14,5	0,9	:	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	INE	:	12,4	8,6	7,0	9,1	:	20,8	3,6	0,4	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

Em Novembro, de acordo com informação preliminar, tanto as saídas como as entradas de mercadorias registaram quedas elevadas, de -15,2% e -11,4% em termos homólogos, respectivamente.

Figura 2.10. Importações de Bens
(MM3, VH em valor, %)



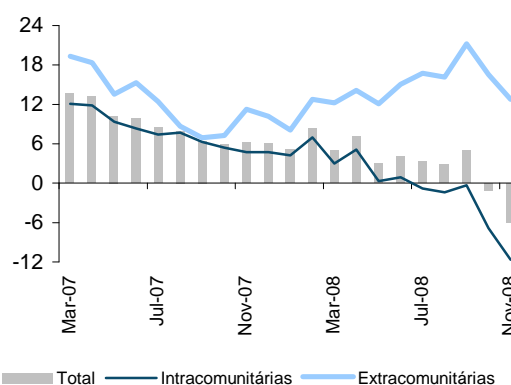
Fontes: INE e SDDS.

Nota: Em Novembro incorpora informação do SDDS.

A quebra verificada nas importações de bens resultou de variações homólogas negativas quer das importações intracomunitárias quer das extracomunitárias. A evolução das importações extracomunitárias está relacionada com a importação de produtos petrolíferos, que tem vindo a diminuir, influenciada pela descida do preço dos combustíveis nos mercados internacionais.

Paralelamente, no que se refere às exportações, os dados continuaram a evidenciar algum dinamismo dos fluxos comerciais extracomunitários, face ao desempenho muito negativo das trocas intracomunitárias.

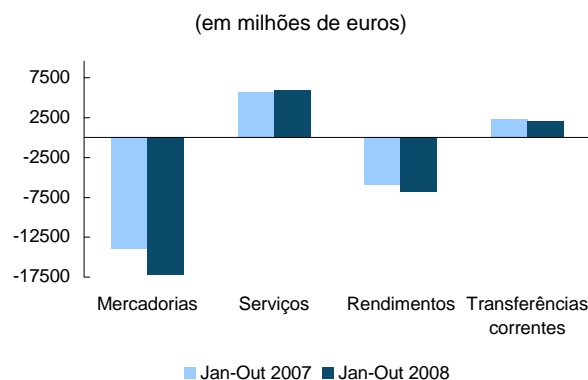
Figura 2.11. Fluxos de Mercadorias
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

Nos primeiros 10 meses do ano, o saldo negativo da balança corrente e de capital deteriorou-se em 36,1%, evolução explicada pelo comportamento desfavorável das balanças de mercadorias, de rendimentos e de transferências correntes, não compensada pela melhoria verificada das balanças de serviços e de capital.

Figura 2.12. Balança Corrente: Composição do Saldo



Fonte: Banco de Portugal

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007			2008			2008			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov*	
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	7,5	6,3	5,4	3,9	1,8	0,7	-	-	-	-	
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5,6	6,1	7,5	6,3	3,0	1,8	-	-	-	-	
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-7,4	-8,0	-8,2	-8,9	-8,9	-10,0	-	-	-	-	
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-8,7	-10,0	-9,4	-9,7	-10,3	-12,2	-	-	-	-	
Saídas de mercadorias	VH nom	"	8,9	6,4	6,0	5,0	4,1	5,0	-1,2	4,0	-5,8	-15,2	
Entradas de mercadorias	VH nom	"	7,4	7,4	12,0	13,3	10,7	10,4	5,5	7,7	-0,5	-11,4	

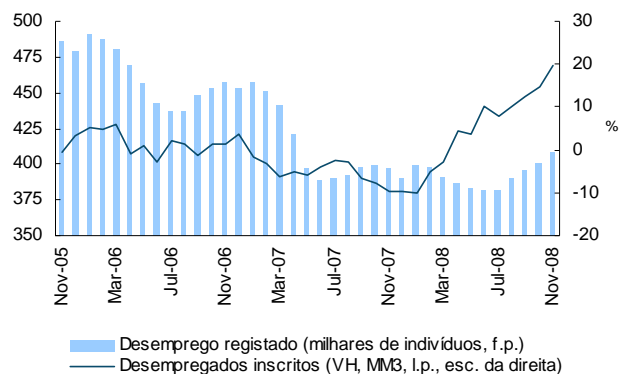
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007		2008		
				Outubro	Jan-Out	Outubro	Jan-Out	Var. Ac.
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-13.452	-1.005	-10.235	-1.713	-13.931	36,1%
Saldo Balança de Bens	"	"	-17.491	-1.730	-13.971	-1.905	-17.263	23,6%
Saldo Balança de Serviços	"	"	6.720	669	5.759	623	5.961	3,5%
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7.376	-569	-5.950	-629	-6.779	13,9%
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2.634	354	2.318	167	2.121	-8,5%

* valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do IEFP, ao longo de Novembro o número de novos desempregados inscritos aumentou 24,8% em termos homólogos, acelerando consideravelmente face a Outubro (crescimento homólogo de 18,8%).

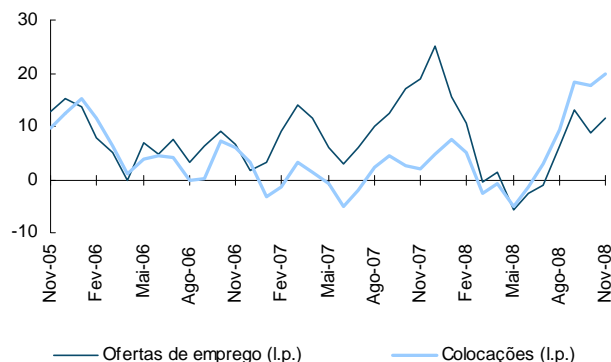
Figura 2.13. Desemprego



Fonte: IEFP.

O desemprego registado ascendeu, no final de Novembro, a cerca de 408 mil indivíduos, o que traduz um acréscimo de cerca de 8 mil indivíduos face ao Outubro (+1,9%), e um aumento de cerca de 11 mil desempregados (+2,9%) face ao mês homólogo do ano de 2007.

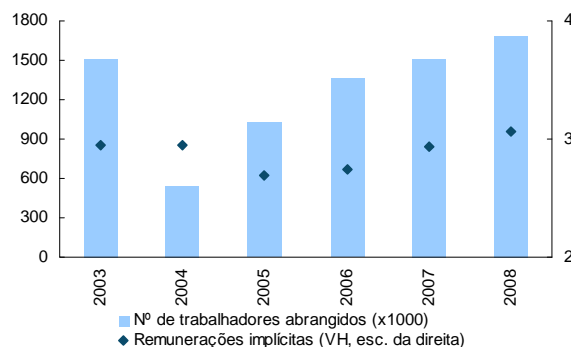
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Esta evolução desfavorável do desemprego ao longo de Novembro poderá, em parte, reflectir a ocorrência de desajustamento entre a oferta e procura de trabalho. Com efeito, ainda que em Novembro o crescimento homólogo das ofertas de trabalho tenha acelerado consideravelmente (12,1%, face a 6,1% em Outubro), as colocações evoluíram de modo menos favorável, registando uma variação homóloga de 11,5%, 11,7p.p. abaixo do valor observado ao longo de Outubro.

Figura 2.15. Contratação Colectiva



Fonte: MTSS.

Em 2008, os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho (IRCT) abrangeram cerca de 1,7 milhões de trabalhadores, traduzindo um aumento de cerca 170 mil trabalhadores face a 2007. O crescimento das remunerações implícitas nos IRCT foi de 3,1% em 2008, exibindo assim uma ligeira aceleração de 0,2p.p face ao valor registado em 2007.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

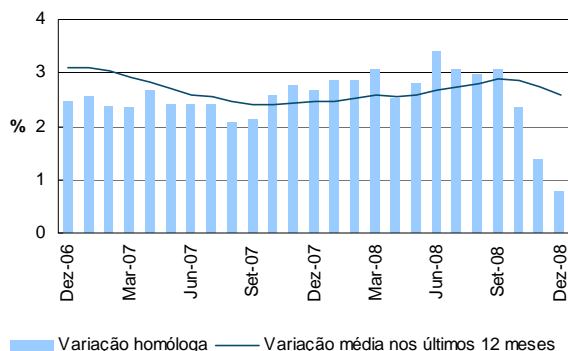
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2007	2008				2008			
				4T	1T	2T	3T	4T	Set	Out	Nov	Dez
Taxa de Desemprego	%	INE	:	7,8	7,6	7,3	7,7	:	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	:	0,9	1,1	1,4	-0,1	:	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	:	-13,8	-11,4	-1,6	-0,7	:	-0,7	0,5	2,9	:
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	:	-9,9	-2,9	10,1	12,4	:	16,4	18,8	24,8	:
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	:	25,1	-0,4	-2,8	13,0	:	16,8	6,1	12,0	:
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	3,1	2,9	3,1	3,0	3,0	3,1	3,0	3,0	3,1	3,1
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	:	4,9	3,3	3,0	5,5	:	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE15	VH	Eurostat	:	2,9	3,1	3,2	3,6	:	-	-	-	-

*Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

Preços

Em Dezembro, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) caiu para 0,8%, 0,6p.p. abaixo do verificado no mês anterior. A variação em relação ao mês anterior foi de -0,5% (0,1% em Dezembro de 2007). A taxa de inflação em 2008 foi de 2,6%, marginalmente acima da registada em 2007 (2,5%).

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)



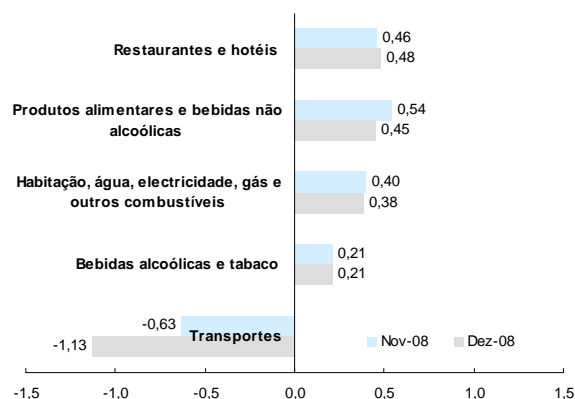
Fonte: INE.

Para a redução da taxa homóloga de variação dos preços contribuiu a queda, em termos homólogos, de 5,5% dos preços de Transporte e de 2,4% dos preços das comunicações. A evolução dos preços dos transportes é explicada fundamentalmente pela variação dos preços de combustíveis (-17,4%) e, em menor escala, pela variação dos preços com aquisição de veículos (-2,6%).

A inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) baixou ligeiramente para 2,0%, ampliando o diferencial face ao IPC total de -0,8p.p. em Novembro para -1,2p.p. em Dezembro.

A taxa de variação homóloga dos preços dos bens caiu para -0,4%, 0,9p.p. inferior ao valor registado em Novembro, facto determinante para a redução da taxa de variação do IPC, enquanto que, nos serviços, a taxa de variação homóloga aumentou ligeiramente para 3,0% (2,9% em Novembro).

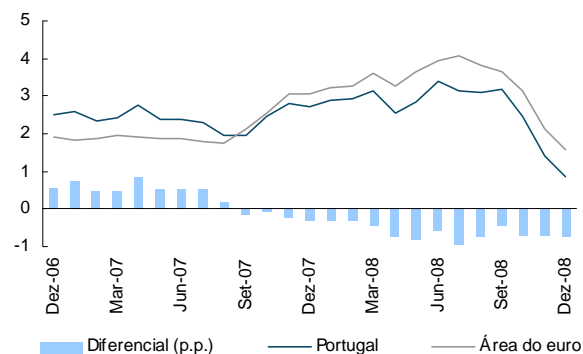
Figura 2.17. Principais Contributos para a Variação Homóloga do IPC
(Pontos percentuais)



Fonte: INE.

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor situou-se em 0,8% no mês de Dezembro, a segunda taxa mais baixa na área do euro a seguir ao Luxemburgo, e 0,8p.p. abaixo da variação homóloga na área do euro (1,6%).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IHPC
(VH, em %)



Fontes: INE e Eurostat.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

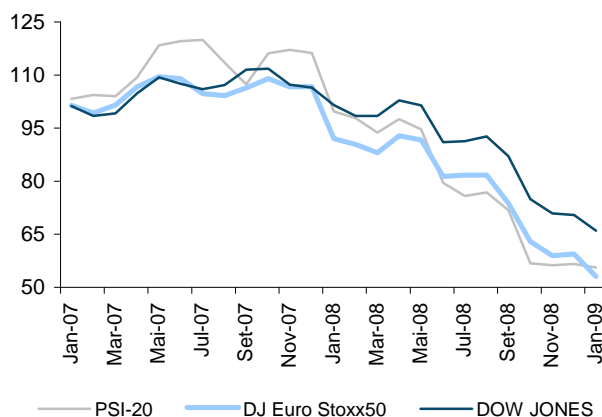
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2008											
			Dez	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	0,1	0,3	0,4	0,5	-0,6	-0,5	0,5	-0,2	-0,6	-0,5			
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	2,7	2,5	2,8	3,4	3,1	3,0	3,1	2,3	1,4	0,8			
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	2,5	2,6	2,6	2,7	2,7	2,8	2,9	2,9	2,7	2,6			
IPC - Bens	VH	"	2,4	2,3	2,8	3,7	3,2	3,1	3,2	1,9	0,5	-0,4			
IPC - Serviços	"	"	3,0	2,8	2,7	2,8	2,7	2,9	2,9	3,1	2,9	3,0			
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	2,4	2,2	2,2	2,3	2,1	2,5	2,7	2,5	2,2	2,0			
IHPC*	"	Eurostat	2,7	2,5	2,8	3,4	3,1	3,1	3,2	2,5	1,4	0,8			
Diferencial IHPC vs. área do euro (VH)	(p.p.)	Eurostat	-0,3	-0,7	-0,8	-0,6	-0,9	-0,7	-0,5	-0,7	-0,7	-0,7			

* Valor preliminar

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em Janeiro, continuou a assistir-se a uma diminuição dos índices bolsistas internacionais reflectindo o prolongamento da crise financeira. Até meados do mês, registaram-se descidas acentuadas, tendo os índices *DJ Euro Stoxx50* e *Dow Jones*, no dia 21, diminuído 11% e 6%, respectivamente, face ao final do ano de 2008.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(Dezembro 2006=100, fim do período)



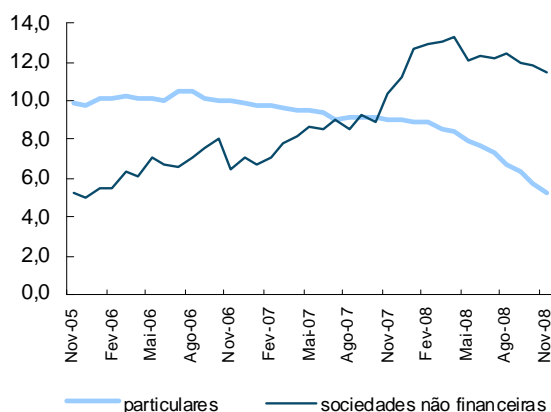
Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para Janeiro, o valor é do dia 21.

No conjunto do ano de 2008, o índice PSI-20 diminuiu 51,3%, em linha com evolução negativa registada dos índices bolsistas internacionais. Também neste período, a capitalização bolsista total em Portugal registou uma diminuição de 39% relativamente a 2007, determinada principalmente pelo segmento accionista, o qual desvalorizou 45%.

Em Novembro, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro diminuiu, em resultado do abrandamento do crédito destinado aos particulares para 5,2% (5,7% em Outubro) e às empresas para 11,4% (11,8% em Outubro).

Relativamente ao crédito aos particulares, destaca-se a continuação da desaceleração do crédito à habitação e o abrandamento significativo do crédito ao consumo e outros fins.

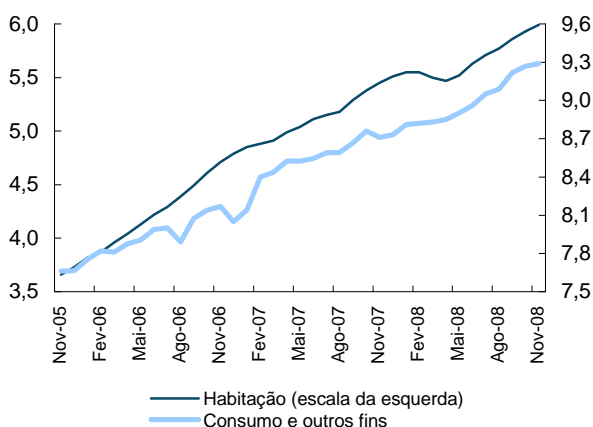
Figura 2.20. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito aumentaram para os particulares enquanto registaram um ligeiro abrandamento para as empresas não financeiras, invertendo a tendência de subida verificada nos últimos meses.

Figura 2. 21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

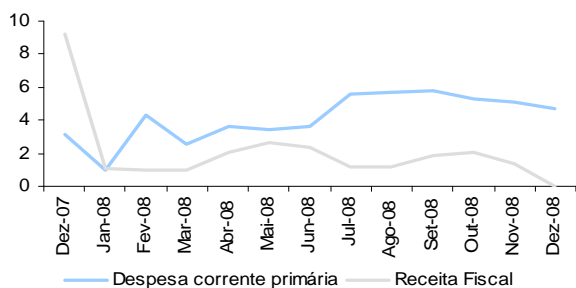
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008											
				Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,0	4,6	4,8	5,1	4,8	4,7	4,7	4,7	4,0	4,0			
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	103	43	34	45	45	49	71	91	77	103			
PSI 20*	VC	CMVM	-51,3	4,0	-2,9	-16,0	-4,6	1,2	-6,6	-20,8	-0,9	0,6			
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	:	7,7	7,3	7,1	6,7	6,2	5,8	5,2	4,8	:			
- para consumo	va**	"	:	12,2	12,9	11,9	11,5	11,9	12,0	10,6	10,0	:			
Empréstimos a empresas	va**	"	:	13,3	12,1	12,3	12,2	12,4	12,0	11,8	11,4	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	:	5,47	5,52	5,63	5,71	5,77	5,86	5,93	5,99	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	:	6,13	6,18	6,29	6,41	6,42	6,46	6,59	6,50	:			

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Em 2008, o défice global provisório do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 5273,6 milhões de euros, revelando um agravamento de 238 milhões de euros quando comparado com o ano anterior. O défice primário foi de 261,5 milhões de euros representando uma melhoria de 54 milhões de euros relativamente ao período homólogo.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face a 2007, caracterizou-se por:

- uma manutenção da receita fiscal. A receita dos impostos directos registou um aumento de 3,9% e a receita dos impostos indirectos uma diminuição de 2,8%. A evolução destes impostos é, fundamentalmente, explicada pela menor receita de imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (-20,2%) e dos impostos sobre os veículos e sobre álcool e bebidas alcoólicas (respectivamente, -22,6% e -5,8%), enquanto que o IVA registou um aumento de 1,8%;
- um aumento da receita de capital (202,8%), reflectindo as verbas pagas ao Estado pelas operadoras eléctricas por contrapartida da transmissão dos direitos de utilização do domínio público hídrico; e
- um aumento da despesa total em 3,8%. No entanto, a despesa corrigida do efeito da operação de amortização do défice tarifário registou um acréscimo de 2,7% e, no caso da despesa corrente primária, de 3,4%. A despesa de capital registou uma redução de 10,5%.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

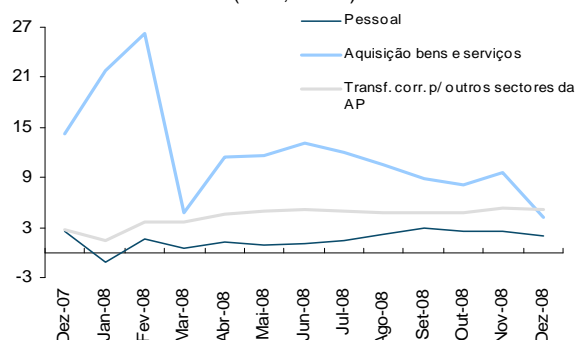
	2007	2008	2007	2008	2008							
	Jan a Dez		Jan a Dez		Set	Out	Nov	Dez				
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)							
Receita Total	39418	40854	104,3	102,8	4,5	(2,4)**	4,6	(2,8)**	3,1	(1,8)**	3,6	(2,5)**
Receita Corrente	38804	38993	104,1	99,2	2,4		2,6		1,9		0,5	
Impostos Directos	14763	15346	110,0	103,9	5,3		7,0		6,8		3,9	
Impostos Indirectos	20875	20295	98,8	93,7	-0,5		-1,2		-2,1		-2,8	
Despesa Total	44454	46127	98,5	98,4	4,3	(1,6)**	4,3	(2,9)**	4,3	(3,2)**	3,8	(2,7)**
Despesa Corrente Primária	36577	38288	98,6	98,7	5,8	(3,7)**	5,3	(4,0)**	5,1	(3,7)**	4,7	(3,4)**
Despesa Corrente	41296	43301	98,7	98,8	5,4	(3,0)**	5,4	(3,8)**	5,1	(3,9)**	4,9	(3,7)**
Despesa com Pessoal	13639	13917	99,2	99,4	2,9		2,6		2,5		2,0	
Aquisição Bens e Serviços	1331	1386	86,5	85,4	8,8		8,1		9,5		4,1	
Subsídios	656	1146	98,1	99,8	163,2	(-21,5)**	93,1	(-11,5)**	83,8	(-5,7)**	74,6	(3,6)**
Juros	4720	5012	99,2	99,4	2,7		5,8		5,3		6,2	
Transferências	20682	21468	99,2	99,3	4,4		4,1		4,0		3,8	
Saldo Global	-5036	-5274	-	-	-		-		-		-	
Saldo Primário	-316	-262	-	-	-		-		-		-	

* Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. ** Excluindo a operação de amortização do défice tarifário energético.

Fonte: DGO.

Para o aumento da despesa corrente primária contribuíram, no essencial, as transferências correntes (3,8%) e a aquisição de bens e serviços (4,1%). A despesa com pessoal registou um aumento de 2%, mas a componente referente às remunerações dos funcionários públicos cresceu apenas 0,1%. Por outro lado, os juros e outros encargos da dívida registaram um aumento de 6,2%.

Figura 2.23. Despesa do Estado – Principais Componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Em 31 de Dezembro, a dívida directa do Estado situou-se nos 118,5 mil milhões de euros, registando um acréscimo de 636 milhões de euros face ao final do mês anterior. A variação da dívida em Dezembro reflectiu, fundamentalmente, a emissão líquida de Bilhetes do Tesouro e, em sentido contrário, a diminuição do stock de CEDIC. Em termos anuais, a dívida registou um acréscimo 5659 milhões de euros face ao final de 2007, reflectindo um aumento da dívida transaccionável, nomeadamente de Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e uma diminuição da dívida não transaccionável.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado
(milhões de euros)

	30-Nov-08	Dez-08			31-Dez-08
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transaccionável	95 541	3 074	1 587	- 136	96 891
Bilhetes do Tesouro	11 594	1 223	0	0	12 817
Obrigações do Tesouro	82 005	350	184	- 24	82 148
Não Transaccionável	22 286	3 589	4 303	0	21 572
Certificados de Aforro	17 196	106	104	0	17 198
CEDIC	4 995	3 174	3 985	0	4 183
Total	117 827	6 663	5 890	- 136	118 463

Fonte: IGCP.

Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

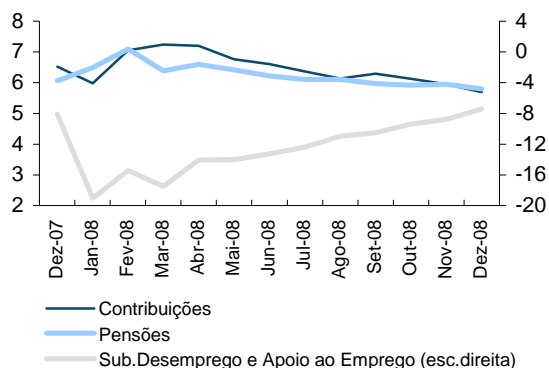
Segurança Social

Em 2008, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 1585,4 milhões de euros, revelando uma melhoria de 438 milhões de euros face a 2007.

A execução orçamental da Segurança Social, face a 2007, caracterizou-se por:

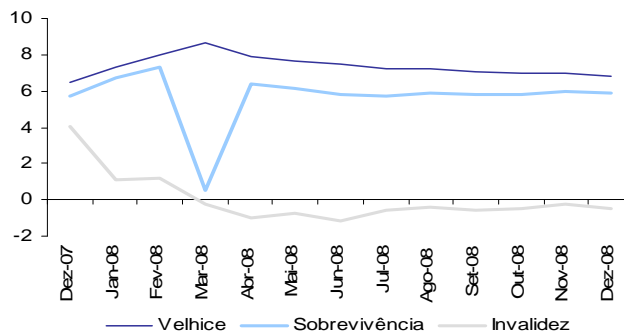
- um aumento da receita corrente em 6,8% influenciada pelas evoluções positivas das contribuições (5,7%), das transferências correntes da Administração Central (8,1%), e do Fundo Social Europeu (13,1%); e
- um aumento da despesa corrente em 4,8%. Para este resultado contribuiu, por um lado, a subida da despesa em pensões (5,8%), do subsídio familiar a crianças e a jovens (23,6%), e do rendimento social de inserção (14,8%). Em contrapartida, registaram-se decréscimos nos subsídios de desemprego (-7,4%) e por doença (-4,1%), acompanhados por uma diminuição do número de beneficiários do subsídio de doença. No entanto, o número de beneficiários do subsídio de desemprego aumentou. Regista-se ainda uma diminuição das despesas em acções de formação profissional (-14%), sobretudo as suportadas pelo Fundo Social Europeu (-11%).

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



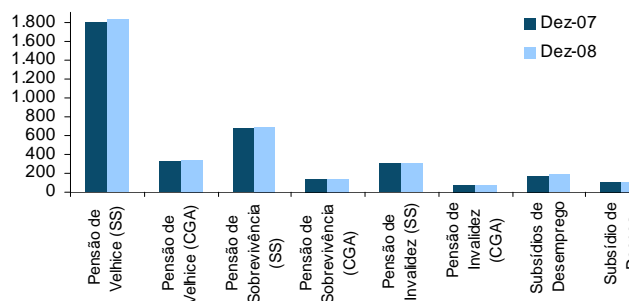
Fonte: MTSS.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: MTSS.

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em 2008, e na óptica da contabilidade pública, o défice da Caixa Geral de Aposentações (CGA) foi de 410 milhões de euros, o qual compara com 137,8 milhões de euros no ano anterior. A receita corrente apresentou um aumento de 1,6% em termos homólogos, repercutindo o aumento nas transferências correntes recebidas do Estado (4,3%) e a redução quer nas quotas dos subscritores quer nas contribuições dos outros sectores das Administrações Públicas. A despesa corrente aumentou 5,3%, reflectindo a evolução da despesa em pensões.

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2007		2008		2007		2008			
	Jan a Dez		Jan a Dez		Jan a Dez		Jan a Dez			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	20273	21621	6,7	100,4	97,5	7129	7243	1,6	98,2	97,9
Contribuições e quotizações	12372	13076	5,7	100,2	100,5	2827	2780	-1,7	98,6	96,5
Transferências correntes da Adm. Central	6021	6511	8,1	100,0	101,9	3987	4159	4,3	99,0	100,0
Despesa Total	19125	20036	4,8	95,5	93,3	7267	7653	5,3	99,2	98,7
Pensões	12116	12818	5,8	98,0	98,4	7228	7616	5,4	99,3	98,8
Subsídio de Desemp. e Apoio ao Emprego	1689	1563	-7,4	85,8	87,9	-	-	-	-	-
Prestações e Acção Social	3545	3898	10,0	96,6	97,5	-	-	-	-	-
Saldo Global	1148	1585	-	-	-	-138	-410	-	-	-

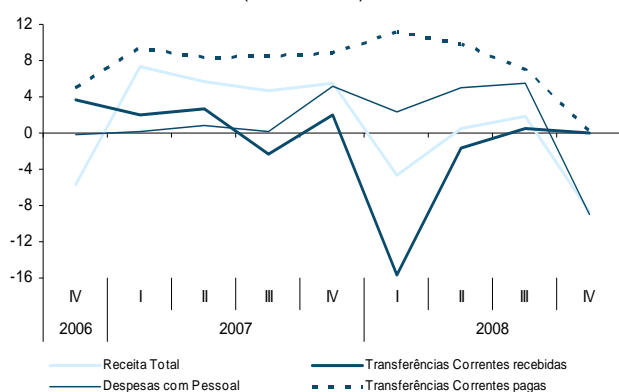
Fontes: DGO e GPEARl.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo SNS e FRDP¹

Em 2008, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o SNS e o FRDP), na óptica da contabilidade pública, foi de 158,8 milhões de euros, tendo-se observado uma diminuição de 151 milhões de euros face ao ano anterior.

Figura 2.27. Serviços e Fundos Autónomos
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos, face ao ano anterior, caracterizou-se por:

- uma diminuição de 7% na receita corrente, traduzindo a menor receita de taxas, multas e outras penalidades e de impostos indirectos (-43,2% e -44,5%, respectivamente), a diminuição das transferências recebidas das Administrações Públicas (-1,2%) e das outras receitas correntes (-22,2%), e, por outro lado, o aumento das contribuições (0,9%). A receita de capital também registou um decréscimo (-26,3%) reflectindo uma diminuição das transferências de capital recebidas, quer das Administrações Públicas, quer da União Europeia; e
- um decréscimo da despesa corrente em 5,7% justificado pela diminuição das transferências correntes para as Administrações Públicas (-67,3%) e das despesas com pessoal (-9%), da aquisição de bens e serviços (-23,6%) e dos subsídios atribuídos (-20,4%).

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos*					
	2007	2008	2008			
	Jan a Dez		Set	Out	Nov	Dez
	10 ⁶ euros		VHA			
Receita Total	15 250	13 925	1,9	2,1	2,0	-8,7
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	6 122	6 176	2,3	1,3	1,1	0,9
Transferências correntes da Adm. Central	3 421	3 379	-4,7	-2,8	1,5	-1,2
Despesa Total	14 940	13 766	2,6	2,0	1,5	-7,9
Despesa com pessoal	2 118	1 927	5,5	-0,6	-0,9	-9,0
Aquisição de bens e serviços	1 165	890	1,6	-0,2	-7,1	-23,6
Transferências correntes	8 717	8 737	7,1	6,2	6,2	0,2
Saldo Global	310	159	-	-	-	-

Fonte: DGO.

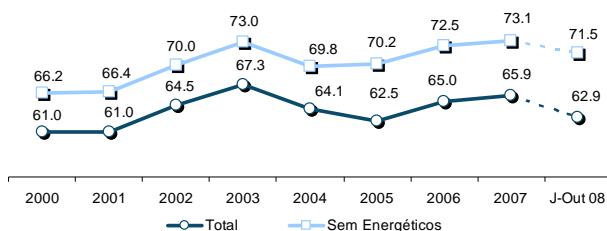
¹ Refira-se que a execução orçamental de 2008 ainda não abrange o universo destes SFA. Até Novembro, apresenta menos duas entidades do que o período homólogo de 2007 e, até Dezembro, menos treze entidades. Deste modo, esta análise deverá ser considerada como muito preliminar.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos últimos 12 meses a terminar em Outubro de 2008, as entradas ^[3] de mercadorias (comércio Intra + Extra UE) cresceram, em termos homólogos, a um ritmo superior ao das saídas (+10,5% contra +3,6%) (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial

Intra + Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Outubro			VH	
	2007	2008	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Saídas (fob)	31 510	32 628	3.5	-1.1	3.6
Entradas (cif)	47 106	51 853	10.1	4.0	10.5
(fob)	44 906	49 431	10.1	4.0	10.5
Saldo (fob-cif)	- 15 596	- 19 225	23.3	12.7	24.5
(fob-fob)	- 13 396	- 16 804	25.4	13.9	26.8
Cobertura (fob/cif)	66.9	62.9	-	-	-
(fob/fob)	70.2	66.0	-	-	-
Sem energéticos:					
Saídas (fob)	30 129	30 642	1.7	-1.6	1.9
Entradas (cif)	40 727	42 849	5.2	1.5	5.6
(fob)	38 825	40 848	5.2	1.5	5.6
Saldo (fob-cif)	- 10 598	- 12 207	15.2	8.9	16.0
(fob-fob)	- 8 696	- 10 205	17.4	10.3	18.2
Cobertura (fob/cif)	74.0	71.5	-	-	-
(fob/fob)	77.6	75.0	-	-	-
Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Novembro			VH	
	2007	2008	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	8 074	9 229	14.3	12.8	13.5
Importações (cif)	12 923	15 194	17.6	-5.9	17.7
(fob)	12 320	14 484	17.6	-5.9	17.7
Saldo (fob-cif)	- 4 849	- 5 965	23.0	-35.9	24.8
(fob-fob)	- 4 246	- 5 255	23.8	-40.1	25.9
Cobertura (fob/cif)	62.5	60.7	-	-	-
(fob/fob)	65.5	63.7	-	-	-

Nota: Os dados do comércio Extra-UE, na base do quadro, já disponíveis para o período de Janeiro a Novembro, são distintos dos implícitos acima no comércio Intra+Extra, que correspondem à versão preliminar do período de Janeiro a Outubro.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

[1] Informação mais desagregada encontra-se disponível no "site" do GEE em "Síntese Estatística do Comércio Internacional": www.gee.min-economia.pt

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra + Extra-UE) divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período de Janeiro a Outubro de 2008 e os do comércio extra-comunitário relativos ao período de Janeiro a Novembro de 2008, correspondem a primeiras versões. Os dados relativos a 2007, são os implícitos numa terceira versão do ano. No que respeita ao comércio intracomunitário, em ambos os anos estão incluídas estimativas do INE do valor abaixo dos limiares de assimilação (limiar anual abaixo do qual os operadores intracomunitários estão dispensados de declaração *Intrastat*, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 100 mil euros para as chegadas e 230 mil para as expedições, em 2008), bem como estimativas das não-respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação).

[3] A designação "entradas" corresponde à acumulação das "chegadas" com origem nos países comunitários, com as "importações" provenientes dos países terceiros. Paralelamente, "saídas" traduz o somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "exportações" para os países terceiros.

Excluindo os produtos energéticos, constata-se que neste período as saídas cresceram 1,9%, tendo as entradas aumentado 5,6%.

Nos últimos três meses (Agosto a Outubro), as saídas acusaram uma quebra de 1,1%, ao mesmo tempo que as entradas registavam um aumento de 4,0% face ao período homólogo do ano anterior.

No período de Janeiro a Outubro de 2008, a taxa de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias foi de 62,9%, e de 71,5% sem energéticos (Figura 3.1).

Segundo dados já disponíveis para o período de Janeiro a Novembro de 2008 para o comércio extracomunitário, as exportações para os países terceiros terão aumentado 14,3%, e as importações 17,6% (Quadro 3.1).

Após uma quebra no mês de Agosto face ao mesmo mês do ano anterior (-1,2%), as saídas de mercadorias aumentaram 4,0% no mês de Setembro, para caírem 5,8% em Outubro (Quadro 3.2).

Quadro 3.2. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2007	2008	VH	2007	2008	VH
Janeiro	4 412	4 982	12.9	3 093	3 320	7.3
Fevereiro	4 224	5 284	25.1	2 961	3 375	14.0
Março	4 904	5 082	3.6	3 449	3 280	-4.9
Abril	4 553	5 444	19.6	2 950	3 369	14.2
Maió	5 024	5 312	5.7	3 291	3 325	1.0
Junho	4 810	5 164	7.4	3 351	3 294	-1.7
Julho	4 873	5 711	17.2	3 426	3 780	10.3
Agosto	4 215	4 446	5.5	2 440	2 410	-1.2
Setembro	4 779	5 145	7.7	3 131	3 255	4.0
Outubro	5 311	5 283	-0.5	3 417	3 219	-5.8
Novembro	5 316			3 366		
Dezembro	4 634			2 713		
1º Trimestre	13 540	15 348	13.3	9 503	9 975	5.0
2º Trimestre	14 387	15 920	10.7	9 593	9 988	4.1
3º Trimestre	13 867	15 302	10.4	8 997	9 445	5.0
4º Trimestre	15 261			9 496		

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

Saídas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Outubro de 2008, as saídas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma taxa de crescimento em valor de 3,6% (Quadro 3.3).

No mesmo período, assinalam-se crescimentos a dois dígitos nas saídas dos grupos de produtos "Energéticos" (+39,4%), e "Agro-alimentares" (+16,5%).

Seguiram-se os grupos "Químicos" (+6,4%), "Produtos Acabados Diversos" (+6,3%), "Minérios e Metais" (+4,7%).

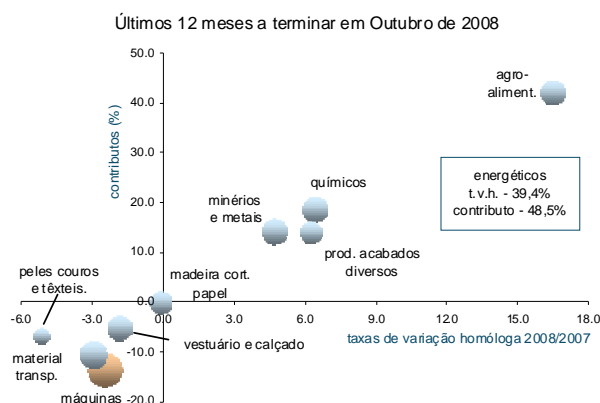
Verificaram-se descidas nos grupos "Madeira, Cortiça e Papel" (-0,1%), "Vestuário e Calçado" (-1,8%), "Máquinas" (-2,5%), "Material de Transporte" (-2,9%). "Pele, Couros e Têxteis" (-5,1%).

As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram um aumento no "calçado" (+3,3%), e quebras no "vestuário de malha" (-5,3%) e no "vestuário excepto de malha" (-2,9%).

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias no período em análise couberam aos grupos "Energéticos" (48,5%), "Agro-alimentares" (41,9%), "Químicos" (18,5%), "Minérios e Metais" (14,1%), e "Produtos Acabados Diversos" (13,9%) (Figura 3.2 e Quadro 3.3).

Contributos negativos, tiveram os grupos "Máquinas" (-13,7%), "Material de transporte" (-10,7%), "Pele, Couros e Têxteis" (-6,9%), e "Vestuário e Calçado" (-5,3%), e "Madeira, Cortiça e Papel" (-0,2%).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (%)



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - terceira versão; 2008 - versão preliminar.

Quadro 3.3. Saídas* de Mercadorias por Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos						
			Jan-Out		Anual		média anual 02-07**	últimos 12 meses			Jan-Out		
	2007	2008	2002	2007**	2007	2008		VH	contributos [1]		VH	contributos [1]	
								p.p.	%		pp.	%	
TOTAL DAS SAÍDAS	31 510	32 628	100.0	100.0	100.0	100.0	6.1	3.6	3.6	100.0	3.5	3.5	100.0
000 Agro-Alimentares	2 877	3 320	7.8	9.4	9.1	10.2	9.8	16.5	1.5	41.9	15.4	1.4	39.6
100 Energéticos	1 381	1 985	2.0	4.5	4.4	6.1	25.4	39.4	1.8	48.5	43.8	1.9	54.1
200 Químicos	3 355	3 487	8.1	10.9	10.6	10.7	12.7	6.4	0.7	18.5	3.9	0.4	11.8
300 Madeira, Cortiça e Papel	2 740	2 714	9.6	8.8	8.7	8.3	4.2	-0.1	0.0	-0.2	-0.9	-0.1	-2.3
400 Pele, Couros e Têxteis	1 505	1 424	7.7	4.8	4.8	4.4	-3.6	-5.1	-0.2	-6.9	-5.4	-0.3	-7.2
500 Vestuário e Calçado	3 341	3 227	16.5	10.4	10.6	9.9	-3.3	-1.8	-0.2	-5.3	-3.4	-0.4	-10.3
600 Minérios e Metais	3 415	3 567	6.4	10.8	10.8	10.9	17.9	4.7	0.5	14.1	4.4	0.5	13.6
700 Máquinas	6 255	6 162	19.7	19.9	19.9	18.9	6.3	-2.5	-0.5	-13.7	-1.5	-0.3	-8.3
800 Material de Transporte	4 099	4 062	15.0	12.9	13.0	12.4	2.9	-2.9	-0.4	-10.7	-0.9	-0.1	-3.3
900 Produtos Acabados Diversos	2 542	2 678	7.3	7.7	8.1	8.2	7.2	6.3	0.5	13.9	5.4	0.4	12.2
Por memória:													
Total sem energéticos	30 129	30 642	98.0	95.5	95.6	93.9	5.5	1.9	1.9	51.5	1.7	1.6	45.9

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros

** O ano de 2007 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

Nos últimos 12 meses a terminar em Outubro, as expedições para o mercado comunitário cresceram 0,5%, cabendo aos países da UE-15 uma quebra de 0,1% e um aumento de 20,5% aos 12 países do alargamento. Por sua vez, as exportações para os países terceiros aumentaram 14,0% (Quadro 3.4).

Neste período, salienta-se, entre os países comunitários, o incremento das expedições portuguesas para a Polónia (+19,9%). Aumentaram também as expedições para a Dinamarca (+3,0%), Espanha (+2,4%), e Países Baixos (+0,5%).

Verificaram-se decréscimos nas expedições para o Reino Unido (-8,3%), França (-2,6%), Suécia (-2,5%), Itália (-1,8%), Alemanha (-0,4%), e Bélgica (-0,4%).

Entre os países terceiros, as exportações para Angola, o principal parceiro extracomunitário, registaram uma taxa de crescimento de 31,1% nos últimos 12 meses, ao mesmo tempo que os fornecimentos aos EUA caíram 21,2%.

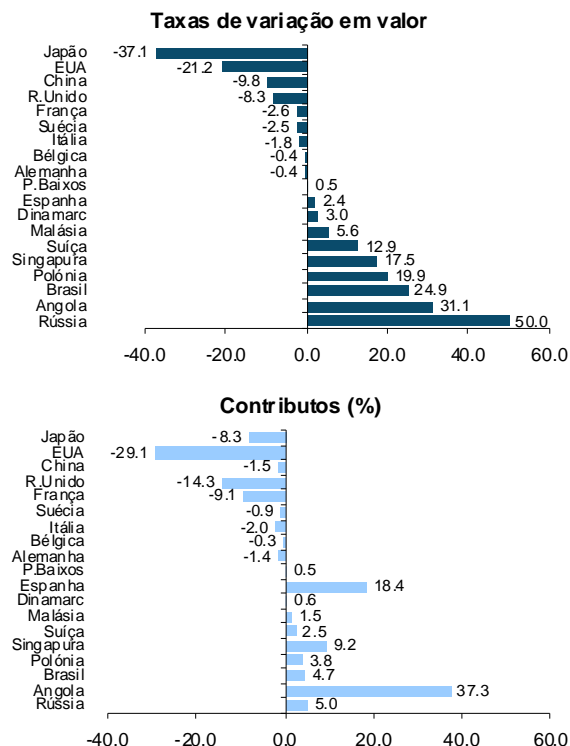
No mesmo período, ressalta ainda o forte incremento das exportações para a Rússia (+50,0%), e também para o Brasil (+24,9%), Singapura (+17,5%), e Suíça (+12,9%) (Figura 3.3).

Nestes últimos 12 meses, de referir ainda quedas nas exportações para o Japão (-37,1%) e para a China (-9,8%), que nos últimos cinco anos haviam aumentado à taxa média anual respectivamente de 25,9% e 17,6%.

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para o crescimento das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses, em termos de mercados de destino, couberam a Angola (37,3%) e a Espanha (18,4%) (Figura 3.3). Os países do alargamento, no seu conjunto, contribuíram com 13,1%.

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em Outubro de 2008



Quadro 3.4. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]						
	Jan-Out		anual		Jan-Out		média anual 02-07*	últimos 12 meses			Jan-Out		
	2007	2008	2002	2007*	2007	2008		VH [1]	contributos		VH	contributos	
							p.p.		%	p.p.		%	
TOTAL	31 510	32 628	100.0	100.0	100.0	100.0	6.1	3.6	3.6	100.0	3.5	3.5	100.0
Intra UE-27	24 223	24 212	81.4	76.1	76.9	74.2	4.7	0.5	0.4	10.0	0.0	0.0	-1.0
dos quais:													
UE-15	23 492	23 331	79.8	73.8	74.6	71.5	4.4	-0.1	-0.1	-3.0	-0.7	-0.5	-14.4
Espanha	8 892	8 955	20.9	27.7	28.2	27.4	12.1	2.4	0.7	18.4	0.7	0.2	5.7
Alemanha	4 146	4 186	17.7	13.2	13.2	12.8	0.0	-0.4	0.0	-1.4	0.9	0.1	3.5
França	4 015	3 858	13.5	12.6	12.7	11.8	4.5	-2.6	-0.3	-9.1	-3.9	-0.5	-14.1
R. Unido	1 917	1 804	10.4	6.0	6.1	5.5	-4.9	-8.3	-0.5	-14.3	-5.9	-0.4	-10.1
Itália	1 294	1 237	4.6	4.1	4.1	3.8	3.9	-1.8	-0.1	-2.0	-4.4	-0.2	-5.1
P. Baixos	1 066	1 061	3.8	3.4	3.4	3.3	3.4	0.5	0.0	0.5	-0.4	0.0	-0.4
Bélgica	807	807	4.3	2.6	2.6	2.5	-4.3	-0.4	0.0	-0.3	0.0	0.0	0.0
Suécia	388	389	1.5	1.2	1.2	1.2	2.0	-2.5	0.0	-0.9	0.3	0.0	0.1
Dinamarca	235	235	1.0	0.7	0.7	0.7	-0.2	3.0	0.0	0.6	-0.1	0.0	0.0
Alargamento	731	881	1.5	2.4	2.3	2.7	15.6	20.5	0.5	13.1	20.6	0.5	13.5
Polónia	218	259	0.5	0.7	0.7	0.8	13.3	19.9	0.1	3.8	18.9	0.1	3.7
Extra UE-27	7 287	8 416	18.6	23.9	23.1	25.8	11.4	14.0	3.3	90.0	15.5	3.6	101.0
dos quais:													
EUA	1 497	1 172	5.7	4.9	4.8	3.6	2.6	-21.2	-1.1	-29.1	-21.7	-1.0	-29.1
Angola	1 374	1 811	2.1	4.6	4.4	5.6	24.2	31.1	1.3	37.3	31.8	1.4	39.1
Singapura	593	717	0.4	1.9	1.9	2.2	42.2	17.5	0.3	9.2	21.0	0.4	11.2
Malásia	332	316	0.2	1.1	1.1	1.0	49.7	5.6	0.1	1.5	-4.6	0.0	-1.4
Japão	260	151	0.3	0.8	0.8	0.5	25.9	-37.1	-0.3	-8.3	-42.0	-0.3	-9.8
Suíça	222	255	1.1	0.7	0.7	0.8	-2.0	12.9	0.1	2.5	14.9	0.1	3.0
Brasil	208	269	0.6	0.7	0.7	0.8	9.5	24.9	0.2	4.7	29.5	0.2	5.5
Por memória:													
China	155	157	0.3	0.5	0.5	0.5	17.6	-9.8	-0.1	-1.5	1.5	0.0	0.2
Rússia	115	173	0.1	0.4	0.4	0.5	35.0	50.0	0.2	5.0	50.3	0.2	5.2
PALOP	1 692	2 163	3.0	5.6	5.4	6.6	20.3	27.5	1.5	40.6	27.9	1.5	42.2
EFTA	314	358	1.9	1.0	1.0	1.1	-6.2	12.2	0.1	3.4	14.0	0.1	3.9

* O ano de 2007 na estrutura anual e na média anual 2002-2007 não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] (Nov 07-Out 08) / (Nov 06-Out 07) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2007.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2007 - versão implícita na terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

Entradas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Outubro de 2008, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma taxa de crescimento de 10,5% (Quadro 3.5).

Ponderando os pesos no total das entradas, os maiores contributos para a sua taxa de crescimento incidiram nos grupos de produtos "Energéticos" (53,6%), "Material de Transporte" (14,5%), "Agro-alimentares" (11,7%), "Máquinas" (9,4%), e "Químicos" (8,3%).

Seguiram-se os grupos dos "Minérios e Metais" (2,8%) e dos "Produtos Acabados Diversos" (1,5 %).

Apresentaram contributos negativos os grupos dos "Têxteis, Vestuário e Calçado" (-1,4%) e das "Pele, Madeira, Cortiça e Papel" (-0,3%).

No período de Janeiro a Outubro de 2008, a UE-27 foi a origem de 72,9% das entradas de mercadorias, cabendo 71,0% aos países da UE-15 e 1,8% aos doze países do alargamento (Quadro 3.5).

Destacaram-se, pelo seu peso, as entradas provenientes de Espanha (30,5%), da Alemanha (12,2%) e de França (8,4%). As importações com origem nos países da OPEP, onde já se inclui Angola, representaram 9,4% do total.

Quadro 3.5. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]						
			Anual		Jan-Out		média anual 02-07**	últimos 12 meses			Jan-Out		
	2007	2008	2002	2007**	2007	2008		VH [1]	contributos		VH	contributos	
							p.p.		%			p.p.	%
TOTAL DAS ENTRADAS	47 106	51 853	100.0	100.0	100.0	100.0	5.5	10.5	10.5	100.0	10.1	10.1	100.0
Grupos de Produtos													
000-Agro-Alimentares	6 043	6 618	12.8	12.8	12.8	12.8	5.5	9.6	1.2	11.7	9.5	1.2	12.1
100-Energéticos	6 379	9 004	9.6	14.3	13.5	17.4	14.2	42.4	5.6	53.6	41.2	5.6	55.3
200-Químicos	6 510	6 903	13.8	13.7	13.8	13.3	5.3	6.3	0.9	8.3	6.0	0.8	8.3
300-Pele, Mad, Cortiça e Papel	2 261	2 238	5.7	4.7	4.8	4.3	1.7	-0.7	0.0	-0.3	-1.1	-0.1	-0.5
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	3 287	3 155	8.6	6.6	7.0	6.1	0.2	-2.1	-0.1	-1.4	-4.0	-0.3	-2.8
500-Minérios e Metais	5 063	5 215	8.9	10.5	10.7	10.1	9.1	2.8	0.3	2.8	3.0	0.3	3.2
600-Máquinas [3]	9 155	9 609	21.0	19.7	19.4	18.5	4.2	5.0	1.0	9.4	5.0	1.0	9.6
700-Material de Transporte [4]	5 613	6 267	13.6	12.1	11.9	12.1	3.0	12.9	1.5	14.5	11.7	1.4	13.8
800-Prod. Acabados Diversos	2 794	2 844	6.1	5.5	5.9	5.5	3.6	2.7	0.2	1.5	1.8	0.1	1.1
Total sem energéticos	40 727	42 849	90.4	85.7	86.5	82.6	4.4	5.6	4.9	46.4	5.2	4.5	44.7
Mercados de origem													
Intra UE-27	35 464	37 797	79.9	74.7	75.3	72.9	4.1	7.2	5.4	51.5	6.6	5.0	49.2
dos quais:													
UE-15	34 685	36 840	77.9	73.0	73.6	71.0	4.1	6.9	5.1	48.2	6.2	4.6	45.4
Espanha	14 528	15 795	28.9	30.3	30.8	30.5	6.5	9.5	2.9	27.9	8.7	2.7	26.7
Alemanha	6 209	6 342	15.0	13.2	13.2	12.2	3.0	2.2	0.3	2.8	2.1	0.3	2.8
França	4 001	4 346	10.2	8.6	8.5	8.4	1.9	10.7	0.9	8.7	8.6	0.7	7.2
Itália	2 630	2 748	6.7	5.4	5.6	5.3	0.9	5.2	0.3	2.8	4.5	0.2	2.5
P.Baixos	2 203	2 351	4.6	4.7	4.7	4.5	6.0	8.8	0.4	3.9	6.7	0.3	3.1
R.Unido	1 709	1 642	5.2	3.6	3.6	3.2	-2.2	-5.0	-0.2	-1.7	-3.9	-0.1	-1.4
Bélgica	1 364	1 382	3.1	2.9	2.9	2.7	4.3	2.3	0.1	0.6	1.3	0.0	0.4
Suécia	521	623	1.2	1.1	1.1	1.2	4.7	18.2	0.2	1.9	19.6	0.2	2.1
Alargamento	779	958	2.0	1.7	1.7	1.8	2.6	21.0	0.4	3.3	22.9	0.4	3.8
Extra UE-27	11 642	14 055	20.1	25.3	24.7	27.1	10.4	21.0	5.1	48.5	20.7	5.1	50.8
dos quais:													
Brasil	1 160	1 201	1.5	2.5	2.5	2.3	16.0	8.8	0.2	2.0	3.6	0.1	0.9
China	890	1 076	0.8	1.9	1.9	2.1	25.3	22.2	0.4	3.9	20.9	0.4	3.9
Nigéria	791	1 470	1.3	1.8	1.7	2.8	12.6	86.8	1.4	13.3	85.7	1.4	14.3
EUA	781	891	2.1	1.7	1.7	1.7	1.5	18.5	0.3	2.8	14.2	0.2	2.3
Líbia	698	965	0.1	1.4	1.5	1.9	67.8	39.8	0.5	5.1	38.1	0.6	5.6
Noruega	567	624	1.1	1.2	1.2	1.2	7.8	15.6	0.2	1.7	10.1	0.1	1.2
Argélia	407	598	0.5	1.0	0.9	1.2	24.0	38.6	0.4	3.6	47.0	0.4	4.0
Japão	480	526	1.7	1.0	1.0	1.0	-4.5	9.9	0.1	0.9	9.6	0.1	1.0
Rússia	445	354	0.8	1.0	0.9	0.7	9.3	-7.0	-0.1	-0.6	-20.5	-0.2	-1.9
OPEP[5]	3 207	4 851	4.0	7.0	6.8	9.4	17.7	44.6	3.0	28.9	51.3	3.5	34.6
EFTA	940	992	2.2	2.0	2.0	1.9	4.1	9.6	0.2	1.8	5.5	0.1	1.1
PALOP	339	371	0.3	0.7	0.7	0.7	27.5	13.5	0.1	0.9	9.3	0.1	0.7

* Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

** O ano de 2007 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] (Nov 07-Out 08) / (Nov 06-Out 07) x 100 - 100.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores agrícolas.

[4] Inclui tractores agrícolas.

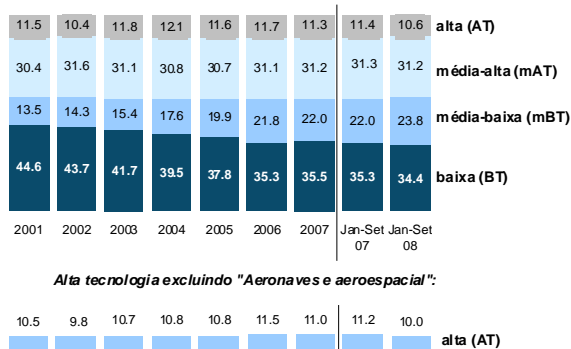
[5] Inclui Angola.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2007 - versão implícita na terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

De acordo com dados de base declarados do INE, não englobando portanto estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, no período de Janeiro a Setembro de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, assistiu-se a um acréscimo do peso das saídas dos produtos de média intensidade tecnológica (média baixa + média alta), de 53,3% para 55,0% (Figura 3.4 e Quadro 3.6).

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota 1 - Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário.

Nota 2: Os dados dos produtos de AT em 2004 e 2005 não são comparáveis porque a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na Balança de Serviços. O mesmo sucede em 2005 e 2006, por idêntico tratamento ter sido aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Fonte: GEE a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - versão preliminar).

O peso das saídas dos produtos de *Baixa Intensidade Tecnológica* no conjunto das saídas de produtos industriais transformados, que se situava em 44,6% do total em 2001, desceu para 35,5% em 2007 e para 34,4% nos nove primeiros meses de 2008.

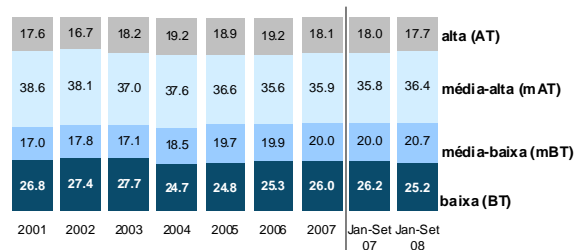
O peso dos produtos de *alta intensidade tecnológica* no total das saídas de produtos industriais transformados tem-se mantido, desde 2001, na faixa dos 10 a 12% do total.

Na Figura 3.5 encontram-se representadas as entradas dos produtos industriais transformados nos mesmos períodos.

Para maior detalhe, consultar a publicação "Balança de Produtos Industriais Transformados por Grau de Intensidade Tecnológica" nº 12/2008 em:

www.gee.min-economia.pt

Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota: Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - versão preliminar).

Quadro 3.6. Saídas e Entradas* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2006	Janeiro a Setembro		Taxas de variação em valor			% total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)			
		2007	2008	média 2002-07	2007/06	Jan-Set 2008/07	2006	2007	Jan-Set 2007	Jan-Set 2008	2007	Jan-Set 2008		
SAÍDAS*														
Total dos prod. indust. transformados	35 006 935	26 327 444	26 896 455	5.7	9.4	2.2	100.0	100.0	100.0	100.0	9.4	2.2		
Alta tecnologia	3 948 255	3 002 814	2 841 893	7.4	5.3	-5.4	11.7	11.3	11.4	10.6	0.6	-0.6		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	3 847 830	2 928 838	2 664 842	8.3	4.7	-9.0	11.5	11.0	11.2	10.0	0.5	-1.0		
Média-alta tecnologia	10 922 147	8 244 594	8 386 499	5.4	9.6	1.7	31.1	31.2	31.3	31.2	3.0	0.5		
Média-baixa tecnologia	7 694 592	5 795 730	6 414 390	15.1	10.1	10.7	21.8	22.0	22.0	23.8	2.2	2.3		
Baixa tecnologia	12 441 941	9 284 306	9 253 673	1.4	10.1	-0.3	35.3	35.5	35.3	34.4	3.6	-0.1		
<i>Por memória:</i>														
Total das Saídas	36 756 660	27 664 405	28 448 096	6.1	9.3	2.8	100.0	100.0	100.0	100.0	9.3	2.8		
Residual	1 749 725	1 336 961	1 551 641	15.4	7.3	16.1	4.8	4.8	4.8	5.5	0.4	0.8		
ENTRADAS*														
Total dos prod. indust. transformados	46 139 688	34 011 081	35 225 486	4.6	9.1	3.6	100.0	100.0	100.0	100.0	9.1	3.6		
Alta tecnologia	8 340 384	6 109 001	6 226 061	6.2	2.6	1.9	19.2	18.1	18.0	17.7	0.5	0.3		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	7 752 974	5 706 455	5 627 267	5.5	0.5	-1.4	18.4	17.0	17.0	16.3	0.1	-0.2		
Média-alta tecnologia	16 583 826	12 190 564	12 837 127	3.3	10.3	5.3	35.6	35.9	35.8	36.4	3.7	1.9		
Média-baixa tecnologia	9 221 370	6 798 693	7 288 115	7.0	9.6	7.2	19.9	20.0	20.0	20.7	1.9	1.4		
Baixa tecnologia	11 994 107	8 912 823	8 874 184	3.5	12.0	-0.4	25.3	26.0	26.2	25.2	3.0	-0.1		
<i>Por memória:</i>														
Total das Entradas	55 501 416	40 867 716	44 535 209	5.5	8.1	9.0	100.0	100.0	100.0	100.0	8.1	9.0		
Residual	9 361 728	6 856 635	9 309 723	11.0	3.5	35.8	17.6	16.9	16.8	20.9	0.6	6.0		

* Saídas de mercadorias correspondentem ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros. Entradas correspondentem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por o mesmo tratamento ter sido aplicado agora às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

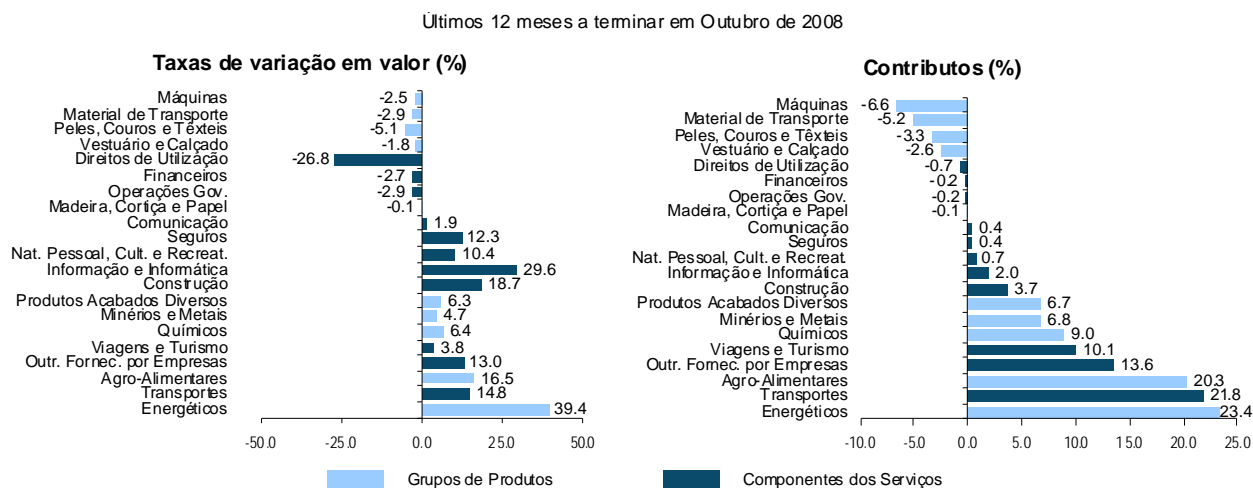
Fonte: GEE a partir de dados de base do INE declarados para Intra-UE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - segunda versão; 2007 - terceira versão; 2008 - versão preliminar).

Comércio Internacional de Bens e Serviços

De acordo com dados divulgados pelo Banco de Portugal para o período de *Janeiro a Outubro de 2008*, o peso dos Serviços no total dos Bens e Serviços foi de 31,6% do lado das “exportações” (crédito), e de 15,5% na vertente das “importações” (débito). Nos *últimos 12 meses a terminar em Outubro*, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 5,1% em termos homólogos, sendo 51,6% desse crescimento explicado pelas “exportações” de Serviços, e os restantes 48,4% pelas “exportações” de Bens (Intra+ExtraUE) (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos *últimos 12 meses*, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mede a proporção do crescimento das “exportações” atribuível a cada uma das categorias de serviços e grupos de produtos (5,1 p.p. = 100). A figura revela que entre os 6 itens que mais contribuíram para o crescimento das “exportações”, 4 referem-se a Serviços.

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes



Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de euros

	Janeiro a Outubro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos						
			Anual		Jan-Out		média anual 02-07	últimos 12 meses			Jan-Out		
	2007	2008	2002	2007	2007	2008		VH	contributos [1]		VH	contributos [1]	
								p.p.	%		p.p.	%	
CRÉDITO ("Exportações")													
Bens e Serviços	45 804	47 893	100.0	100.0	100.0	100.0	7.3	5.1	5.1	100.0	4.6	4.6	100.0
Bens	31 651	32 761	71.6	69.1	69.1	68.4	6.5	3.6	2.5	48.4	3.5	2.4	53.2
Serviços	14 153	15 132	28.4	30.9	30.9	31.6	9.1	8.7	2.6	51.6	6.9	2.1	46.8
Transportes	3534	3925	5.0	7.8	7.7	8.2	17.2	14.8	1.1	21.8	11.1	0.9	18.8
Viagens e Turismo	6396	6579	15.9	13.5	14.0	13.7	3.9	3.8	0.5	10.1	2.9	0.4	8.7
Comunicação	527	537	0.7	1.1	1.2	1.1	18.4	1.9	0.0	0.4	1.8	0.0	0.5
Construção	481	540	0.6	1.1	1.0	1.1	22.3	18.7	0.2	3.7	12.4	0.1	2.9
Seguros	80	90	0.2	0.2	0.2	0.2	4.3	12.3	0.0	0.4	13.0	0.0	0.5
Financeiros	206	196	0.4	0.4	0.5	0.4	9.0	-2.7	0.0	-0.2	-5.0	0.0	-0.5
Informação e Informática	155	200	0.2	0.4	0.3	0.4	19.1	29.6	0.1	2.0	29.0	0.1	2.2
Direitos de Utilização	63	42	0.1	0.1	0.1	0.1	20.0	-26.8	0.0	-0.7	-33.5	0.0	-1.0
Outr. Fornec. por Empresas	2406	2709	4.6	5.4	5.3	5.7	9.3	13.0	0.7	13.6	12.6	0.7	14.5
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat	156	171	0.3	0.4	0.3	0.4	10.9	10.4	0.0	0.7	9.7	0.0	0.7
Operações Governamentais	149	142	0.4	0.3	0.3	0.3	4.5	-2.9	0.0	-0.2	-4.7	0.0	-0.3
DÉBITO ("Importações" Fob)													
Bens e Serviços	54 016	59 194	100.0	100.0	100.0	100.0	3.8	10.0	10.0	100.0	9.6	9.6	100.0
Bens	45 622	50 024	84.6	84.5	84.5	84.5	3.7	10.2	8.6	85.6	9.6	8.1	85.0
Serviços	8 394	9 170	15.4	15.5	15.5	15.5	4.2	9.3	1.4	14.4	9.2	1.4	15.0
Transportes	2643	2794	4.6	4.9	4.9	4.7	4.1	6.8	0.3	3.3	5.7	0.3	2.9
Viagens e Turismo	2401	2505	4.6	4.4	4.4	4.2	2.4	5.3	0.2	2.3	4.3	0.2	2.0
Comunicação	338	365	0.5	0.6	0.6	0.6	13.6	7.1	0.0	0.4	8.1	0.1	0.5
Construção	93	136	0.2	0.2	0.2	0.2	4.2	44.4	0.1	0.8	45.6	0.1	0.8
Seguros	162	167	0.3	0.3	0.3	0.3	11.6	3.7	0.0	0.1	3.2	0.0	0.1
Financeiros	175	217	0.4	0.3	0.3	0.4	5.7	14.7	0.1	0.5	24.4	0.1	0.8
Informação e Informática	229	285	0.4	0.4	0.4	0.5	7.2	18.9	0.1	0.8	24.5	0.1	1.1
Direitos de Utilização	277	284	0.7	0.5	0.5	0.5	0.8	1.4	0.0	0.1	2.4	0.0	0.1
Outr. Fornec. por Empresas	1612	1955	2.9	3.0	3.0	3.3	5.8	20.6	0.6	6.2	21.3	0.6	6.6
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat	299	330	0.5	0.6	0.6	0.6	4.9	11.4	0.1	0.6	10.5	0.1	0.6
Operações Governamentais	166	132	0.3	0.3	0.3	0.2	3.3	-24.4	-0.1	-0.8	-20.4	-0.1	-0.7

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção do crescimento das "importações" de bens e serviços atribuível a cada categoria específica.

Fonte: GEE, com base em dados do Banco de Portugal (Bal. Pagamentos) para o total dos Bens e para as categorias dos Serviços. A distribuição do contributo das exportações de Bens pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Destques

Previsões Macroeconómicas Intercalares da Comissão Europeia – Inverno de 2009

1. Economia mundial

A Comissão Europeia (CE) divulgou, em Janeiro, novas projecções macroeconómicas para 2009 e 2010. Face às previsões de Outono de 2008, o crescimento do PIB foi revisto em baixa para o total mundial, com destaque para todos os países da União Europeia e Japão, e com excepção dos EUA para 2010. A generalidade das economias avançadas, salientando-se a UE, EUA e Japão deve apresentar uma recessão no ano de 2009, em resultado do impacto da crise financeira internacional e do abrandamento do sector da construção no domínio imobiliário.

PIB

	PIB a preços constantes (variação anual em %)				Desvios face a Outono de 2008 em p.p.	
	2007	2008	2009	2010	2009	2010
Alemanha	2,5	1,3	-2,3	0,7	-2,3	-0,3
França	2,2	0,7	-1,8	0,4	-1,8	-0,4
Itália	1,5	-0,6	-2,0	0,3	-2,0	-0,3
Espanha	3,7	1,2	-2,0	-0,2	-1,8	-0,7
Portugal	1,9	0,2	-1,6	-0,2	-1,7	-0,9
Reino Unido	3,0	0,7	-2,8	0,2	-1,8	-0,2
Área do Euro (AE-16)	2,7	0,9	-1,9	0,4	-2,0	-0,5
União Europeia (UE-27)	2,9	1,0	-1,8	0,5	-2,0	-0,6
EUA	2,0	1,2	-1,6	1,7	-1,1	0,7
Japão	2,4	-0,1	-2,4	-0,2	-2,0	-0,8
Economia Mundial	5,0	3,3	0,5	2,8	-2,8	-0,4

Fonte: Comissão Europeia, *Interim Forecast*, Janeiro 2009.

A quebra prevista dos preços das matérias-primas e a deterioração das perspectivas económicas globais contribuíram para a revisão em baixa da taxa de inflação em 2009, estando previsto uma diminuição acentuada da taxa de inflação para o ano em curso.

Preços no Consumidor e das Matérias-Primas

	Índice de Preços no Consumidor* (variação anual em %)				Desvios face a Outono de 2008 em p.p.	
	2007	2008	2009	2010	2009	2010
Alemanha	2,3	2,8	0,8	1,4	-1,3	-0,5
França	1,6	3,2	0,8	1,5	-1,0	-0,2
Itália	2,0	3,5	1,2	2,2	-0,8	0,1
Espanha	2,8	4,1	0,6	2,4	-1,5	-0,4
Portugal	2,4	2,7	1,0	2,0	-1,3	-0,1
Reino Unido	2,3	3,4	0,1	1,1	-1,8	-0,1
Área do Euro (AE-16)	2,1	3,3	1,0	1,8	-1,2	-0,3
União Europeia (UE-27)	2,4	3,7	1,2	1,9	-1,2	-0,3
EUA	2,6	3,4	0,4	0,7	-1,1	-0,1
Japão	-0,4	0,6	-1,4	-0,5	-1,5	-0,7
<i>em memória:</i>						
Preço médio do petróleo Brent (USD/bbl)	72,5	96,9	52,1	61,7	-33,6	-28,7
Preço médio do petróleo Brent (euro/bbl)	52,7	65,1	37,7	44,6	-25,3	-21,9
Preço das matérias-primas, excl. petróleo	12,9	12,5	-20,1	0,8	-26,0	-1,2

Fonte: CE, *Interim Forecast*, Janeiro 2009.* IHPC para os países da UE.

Ainda de acordo com as mesmas projecções, o investimento privado da economia europeia deve diminuir, estando previsto que o total do investimento apresente uma quebra em torno de 5,9% e 0,6% em 2009 e

2010, respectivamente, invertendo a tendência de forte crescimento registado nos últimos anos. Em linha com a forte desaceleração económica, o mercado de trabalho deve deteriorar-se, estando prevista uma subida da taxa de desemprego para 9,1%, em média, nestes dois anos.

Taxa de Desemprego

	Taxa de Desemprego (Em % da População Activa)				Desvios face a Outono de 2008 em p.p.	
	2007	2008	2009	2010	2009	2010
Alemanha	8,4	7,1	7,7	8,1	0,2	0,7
França	8,3	7,8	9,8	10,6	0,8	1,3
Itália	6,1	6,7	8,2	8,7	1,1	1,4
Espanha	8,3	11,3	16,1	18,7	2,3	3,2
Portugal	8,1	7,8	8,8	9,1	0,9	1,2
Reino Unido	5,3	5,7	8,2	8,1	1,1	1,2
Área do Euro (AE-16)	7,5	7,5	9,3	10,2	0,9	1,5
União Europeia (UE-27)	7,1	7,0	8,7	9,5	0,9	1,4

Fonte: CE, *Interim Forecast*, Janeiro 2009.

As medidas destinadas a estabilizar o sistema financeiro a utilização de uma política monetária mais acomodatória e a adopção de medidas no domínio da política orçamental e fiscal (reforço de maior investimento público e/ou redução de impostos) devem permitir uma recuperação económica, a partir do segundo semestre de 2009. A implementação de medidas de relançamento das economias vai, entretanto, originar uma deterioração da situação das finanças públicas, estando previsto um défice de 4,2% do PIB, em média, na área do euro no conjunto dos anos de 2009 e 2010, interrompendo a melhoria registada entre 2004 e 2007. Igualmente, a dívida pública em percentagem do PIB aumenta para 74,3%, em média, nos anos de 2009 e 2010, tendo-se situado abaixo de 70% do PIB entre 2001 e 2008.

2. Portugal

As projecções divulgadas pela CE indicam uma desaceleração da economia portuguesa, influenciada, em parte, pelo enfraquecimento do enquadramento internacional, que se repercute na quebra das exportações, pela ocorrência de condições mais restritivas na concessão do crédito, com impacto na deterioração do investimento privado, e pelo agravamento da confiança dos agentes económicos num contexto de forte subida da taxa de desemprego.

Principais Indicadores Económicos para Portugal – Previsões da Comissão Europeia

(taxas de variação real para as componentes do PIB, em %)

	Inverno 2009			Desvios face a Outono de 2008 em p.p.	
	2008	2009	2010	2009	2010
Consumo Privado	1,4	-0,2	0,1	-0,3	-0,2
Consumo Público	0,1	0,3	0,4	0,1	-0,1
FBCF	-0,8	-5,5	-3,8	-2,8	-4,3
Exportações	0,3	-3,8	0,8	-4,9	-1,7
Importações	2,3	-2,8	-0,4	-2,3	-1,7
PIB	0,2	-1,6	-0,2	-1,7	-0,9
IHPC (taxa de variação, em %)	2,7	1,0	2,0	-1,3	-0,1
Emprego (taxa de variação, em %)	0,6	-0,9	-0,2	-0,9	-0,4
Taxa de Desemprego	7,8	8,8	9,1	0,9	1,2
Saldo das Administrações Públicas (em % do PIB)	-2,2	-4,6	-4,4	-1,8	-1,1
Dívida Pública das Administrações Públicas (Em % do PIB)	64,6	68,2	71,7	3,0	5,1
Saldo da Balança Corrente (em % do PIB)	-11,8	-9,7	-10,2	0,9	0,2

Fonte: CE, *Interim Forecast*, Janeiro 2009.

Evolução Recente do Comércio Internacional de Portugal com a Espanha

Sendo a Espanha o principal parceiro comercial de Portugal, pretende-se com este trabalho identificar os sectores exportadores em que o efeito de retracção da actividade comercial dos mercados seja mais notório.

Em 2007, segundo dados estimados do Instituto Nacional de Estatística, o mercado espanhol representou 31,0% das entradas em Portugal e 28,4% das saídas de mercadorias, com taxas de crescimento homólogas nominais respectivamente de 9,5% e 12,5%, o que representou um contributo de 39,1% para o crescimento global em cada uma das vertentes comerciais. O segundo mercado foi a Alemanha, a considerável distância, com um peso de 13,2% e 13,0% respectivamente nas entradas e nas saídas totais.

Em 2007, Portugal ocupava a 8ª posição entre os países fornecedores de Espanha (expedições portuguesas), com uma quota de 3,3%, tendo descido para o 9º lugar nos primeiros sete meses de 2008, com uma quota de 3,1% (Quadro 1).

Quadro 1. Os 10+ Ranking das Entradas² de Mercadorias em Espanha

Rank	2000	%	2005	%	2006	%	2007	%	Jan-Jul-08	%	Rank
1	França	17.8	Alemanha	15.3	Alemanha	14.8	Alemanha	15.7	Alemanha	11.5	1
2	Alemanha	15.4	França	14.7	França	13.4	França	12.7	França	7.8	2
3	Itália	8.9	Itália	8.6	Itália	8.3	Itália	8.4	Itália	6.0	3
4	R.Unido	7.3	R.Unido	5.8	R.Unido	4.6	China	5.8	China	4.4	4
5	P.Baixos	4.8	P.Baixos	5.0	P.Baixos	5.2	R.Unido	4.8	R.Unido	4.2	5
6	EUA	4.4	China	4.2	China	4.9	P.Baixos	4.6	P.Baixos	3.5	6
7	Bélgica	3.5	Bélgica	3.7	Bélgica	2.7	Bélgica	3.5	EUA	3.3	7
8	Portugal	2.7	Portugal	3.3	Portugal	3.5	Portugal	3.3	Bélgica	3.3	8
9	China	2.4	EUA	2.6	Rússia	3.3	EUA	3.1	Portugal	3.1	9
10	Japão	2.3	Rússia	2.2	EUA	2.8	Rússia	2.8	Rússia	2.2	10
		69.5		65.4		63.5		64.7		49.1	

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat (Monthly data - 11/2008).

Por sua vez, Portugal é o 3º mercado para as saídas de mercadorias espanholas, precedido da França e da Alemanha, com 8,5% do total em 2007 (9,6% em 2005), e 8,3% nos primeiros sete meses de 2008 (Quadro 2).

Quadro 2. Os 10+ Ranking das Saídas³ de Mercadorias de Espanha

Rank	2000	%	2005	%	2006	%	2007	%	Jan-Jul-08	%	Rank
1	França	19.3	França	19.2	França	18.7	França	18.6	França	19.0	1
2	Alemanha	12.3	Alemanha	11.4	Alemanha	10.9	Alemanha	10.7	Alemanha	10.7	2
3	Portugal	9.5	Portugal	9.6	Portugal	8.9	Portugal	8.5	Portugal	8.3	3
4	Itália	8.7	R.Unido	8.4	Itália	8.5	Itália	8.4	Itália	8.3	4
5	R.Unido	8.2	Itália	8.4	R.Unido	8.0	R.Unido	7.5	R.Unido	6.9	5
6	EUA	4.8	EUA	4.1	EUA	4.4	EUA	4.2	EUA	4.0	6
7	P.Baixos	3.7	P.Baixos	2.8	P.Baixos	3.3	P.Baixos	3.2	Bélgica	3.2	7
8	Bélgica	2.7	Bélgica	3.1	Bélgica	2.9	Bélgica	2.8	P.Baixos	3.1	8
9	Turquia	1.7	Turquia	1.4	México	1.7	México	1.8	Marrocos	1.9	9
10	México	1.2	México	1.7	Turquia	1.6	Marrocos	1.7	Turquia	1.7	10
		72.1		70.1		69.1		67.3		66.9	

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat (Monthly data - 11/2008).

² Somatório das Chegadas provenientes do espaço comunitário com as Importações de Países Terceiros.

³ Somatório das Expedições para o espaço comunitário, com as Exportações para Países Terceiros.

Portugal é detentor, desde há muito, do maior saldo comercial positivo de Espanha, a grande distância dos restantes (Quadro 3).

Quadro 3. Maiores Saldos Comerciais Positivos da Espanha

Valores em milhões de Euros

rank	2000		2005		2006		2007		Jan-Jul 08		rank
1	Portugal	7 254	Portugal	7 191	Portugal	6 486	Portugal	6 186	Portugal	3 789	1
2	Turquia	1 215	Grécia	1 205	Grécia	1 238	Grécia	1 397	França	1 741	2
3	Grécia	969	Andorra	731	Gibraltar	786	Gibraltar	885	Grécia	1 120	3
4	Andorra	552	Gibraltar	630	Andorra	719	Andorra	773	Gibraltar	591	4
5	Polónia	492	Emiratos	501	Emiratos	713	Emiratos	759	Emiratos	501	5
6	Cuba	486	Cuba	354	Cuba	498	Cuba	530	Andorra	415	6
7	Gibraltar	429	Canárias	343	Canárias	439	Canárias	528	Cuba	371	7
8	Marrocos	404	Melilla	341	EUA	414	Melilla	399	Canárias	345	8

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat (2000 a 2006 - Annual data, supplement 2/2008; 2007 e 2008 - Monthly data; 11/2008).

No Quadro 4 indicam-se, por Grupos de Produtos, as chegadas e as expedições de Espanha nos primeiros sete meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, e as respectivas quotas de Portugal⁴.

Verifica-se que Portugal, em termos globais, manteve em 2008 a mesma quota do período homólogo do ano anterior nas chegadas a Espanha (expedições portuguesas) (3,3%). Perdeu quota nos grupos de produtos “Peles, couros e têxteis”, “Vestuário e calçado” e “Produtos acabados diversos”, tendo registado ganhos nos restantes.

Quadro 4. Quota de Portugal nas Chegadas e nas Expedições Espanholas por Grupos de Produtos

Valores em milhões de Euros e percentagem

Grupos de Produtos	Chegadas				Expedições			
	Jan-Jul-07		Jan-Jul-08		Jan-Jul-07		Jan-Jul-08	
	Total	Quota Port.	Total	Quota Port.	Total	Quota Port.	Total	Quota Port.
Total	157 344	3.3	169 957	3.3	105 385	8.2	111 850	8.3
000 Agro-alimentares	13 468	4.3	15 128	5.7	14 487	11.2	16 135	11.2
100 Energéticos	22 877	0.3	35 244	0.6	5 401	3.8	7 721	4.9
200 Químicos	20 725	2.8	22 401	2.9	15 984	8.1	17 172	8.2
300 Madeira, cortiça e papel	4 534	10.9	4 210	11.9	3 435	17.3	3 551	18.6
400 Peles, couros e têxteis	3 341	5.0	3 006	4.8	2 729	10.0	2 488	9.5
500 Vestuário e calçado	6 274	7.4	6 377	6.0	3 388	14.9	3 057	15.3
600 Minérios e metais	18 732	6.2	17 717	6.4	11 547	10.9	12 310	10.9
700 Máquinas	30 345	1.8	32 331	1.9	15 197	7.2	16 330	7.2
800 Material de transporte	27 985	2.1	24 704	2.2	26 060	4.3	25 990	4.4
900 Prod. acabados diversos	9 065	5.4	8 839	5.3	7 155	9.4	7 094	9.6

Nota: As Chegadas estão agrupadas segundo os Grupos de Produtos em que se agregam habitualmente as Expedições.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat (Monthly data, 11/2008).

As chegadas a Espanha registaram, para o conjunto dos fornecedores, taxas de variação homólogas superiores às de Portugal nos mesmos grupos de produtos: “Peles, couros e têxteis”, “Vestuário e calçado” e “Produtos acabados diversos”. Apesar de nos restantes grupos as taxas de variação terem sido superiores para Portugal, em termos globais as chegadas a Espanha provenientes do Mundo cresceram acima das portuguesas (8% e 7,3%, respectivamente) (Quadro 5).

⁴ As estatísticas portuguesas e espanholas diferem em geral de forma significativa. Em 2007, as estatísticas portuguesas, incluindo estimativas do INE abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas, ultrapassavam as de Espanha em 12,2% nas Chegadas a Portugal, e em 26,1% nas expedições de Portugal.

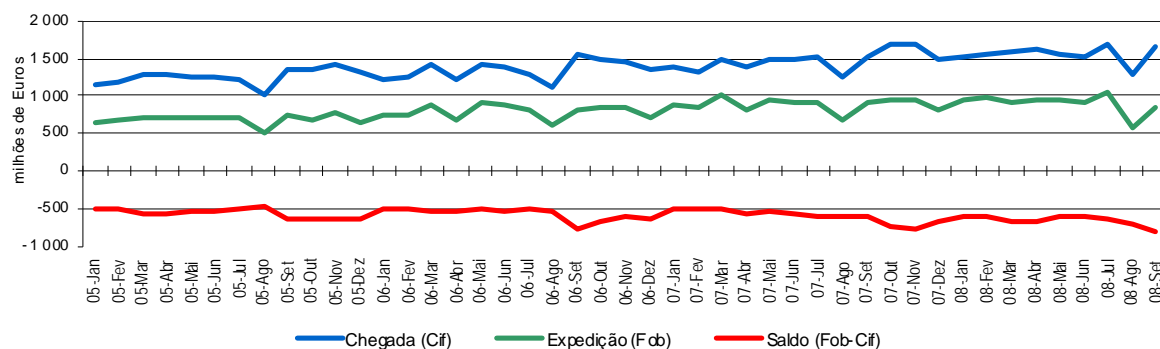
Quadro 5. Estrutura e Variação Homóloga das Chegadas e das Expedições Espanholas em relação ao Mundo e a Portugal por Grupos de Produtos (período de Janeiro a Julho de 2007 e 2008)

Grupos de Produtos	Chegadas a Espanha						Expedições de Espanha					
	Origem Mundo			Origem Portugal			Destino Mundo			Destino Portugal		
	Estrutura (%)		TVH	Estrutura (%)		TVH	Estrutura (%)		TVH	Estrutura (%)		TVH
	07	08		07	08		07	08		07	08	
Total	100.0	100.0	8.0	100.0	100.0	7.3	100.0	100.0	6.1	100.0	100.0	7.7
000 Agro-alimentares	8.6	8.9	12.3	11.4	15.6	46.8	13.7	14.4	11.4	18.8	19.4	11.0
100 Energéticos	14.5	20.7	54.1	1.5	4.1	196.0	5.1	6.9	43.0	2.4	4.0	80.9
200 Químicos	13.2	13.2	8.1	11.4	11.8	10.7	15.2	15.4	7.4	15.0	15.1	8.5
300 Madeira, cortiça e papel	2.9	2.5	-7.1	9.6	9.1	2.0	3.3	3.2	3.4	6.9	7.1	11.2
400 Peles, couros e têxteis	2.1	1.8	-10.0	3.3	2.6	-13.7	2.6	2.2	-8.8	3.2	2.6	-12.8
500 Vestuário e calçado	4.0	3.8	1.6	9.0	6.9	-17.6	3.2	2.7	-9.8	5.8	5.0	-7.0
600 Minérios e metais	11.9	10.4	-5.4	22.5	20.5	-2.2	11.0	11.0	6.6	14.5	14.5	7.3
700 Máquinas	19.3	19.0	6.5	10.5	10.9	10.9	14.4	14.6	7.5	12.7	12.6	7.2
800 Material de transporte	17.8	14.5	-11.7	11.3	10.0	-4.6	24.7	23.2	-0.3	13.0	12.4	3.0
900 Prod. acabados diversos	5.8	5.2	-2.5	9.6	8.5	-4.5	6.8	6.3	-0.8	7.7	7.3	1.1

Nota: As Chegadas estão agrupadas segundo os Grupos de Produtos em que se agregam habitualmente as Expedições.
Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat (Monthly data, 11/2008).

Ao longo dos últimos três anos, o ritmo mensal das saídas de mercadorias portuguesas para Espanha acompanhou de perto o das entradas, tendo-se verificado um agravamento do défice nos dois últimos meses, Agosto e Setembro de 2008 (Figura 1).

Figura 1. Evolução Mensal da Balança Comercial de Portugal com a Espanha Janeiro de 2005 a Setembro de 2008
(valores estimados)



Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas).

De acordo com estimativas divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal⁵, nos primeiros 9 meses de 2008 as chegadas de mercadorias provenientes de Espanha cresceram em termos homólogos 8,6%, contra 8,1% no mesmo período de 2007, enquanto que as expedições portuguesas para Espanha terão aumentado apenas 2,2%, contra 12,5% no ano anterior. Em resultado desta evolução, o défice da balança comercial agravou-se em 19,0%, com o grau de cobertura das chegadas pelas expedições a descer de 61,8% para 58,1%.

No Quadro 6 apresenta-se a balança comercial estimada de Portugal com Espanha de 2005 a 2007 e nos primeiros nove meses de 2007 e 2008, a par de uma balança comercial construída com base nos valores

⁵ Estimativas calculadas abaixo do limiar de assimilação (limiar anual abaixo do qual os operadores intracomunitários estão dispensados de declaração *Intrastat*, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 100 mil euros para as chegadas e 230 mil para as expedições, em 2008), bem como estimativas das não-respostas (valor das transacções das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação).

declarados pelos operadores intracomunitários, únicos disponíveis para uma análise ao nível de produtos desagregados.

Quadro 6. Balança Comercial de Portugal com a Espanha
Valores estimados

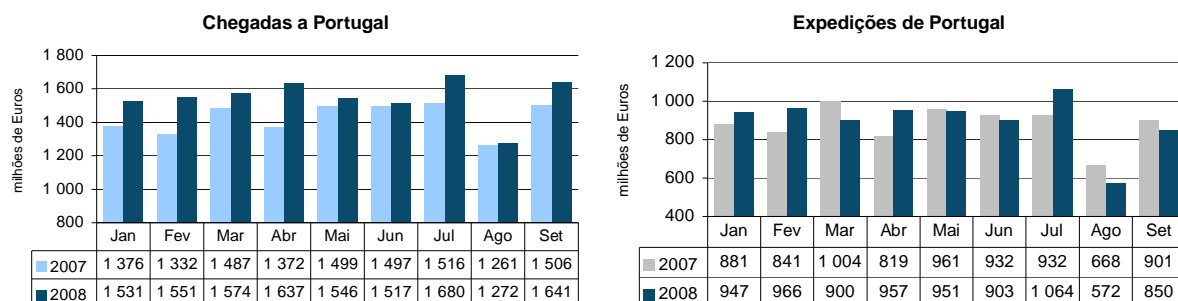
	valores em milhões de Euros				
	2005	2006	2007	Jan-Set	
				2007	2008
Chegada (Cif)	15 022	16 173	17 702	12 845	13 948
t.v.h.	-	7.7	9.5	8.1	8.6
Expedição (Fob)	8 295	9 459	10 646	7 938	8 110
t.v.h.	-	14.0	12.5	12.5	2.2
Saldo (Fob-Cif)	-6 727	-6 713	-7 056	-4 907	-5 838
t.v.h.	-	-0.2	5.1	1.7	19.0
Cobertura (Fob/Cif)	55.2	58.5	60.1	61.8	58.1

Valores declarados

	valores em milhões de Euros				
	2005	2006	2007	Jan-Set	
				2007	2008
Chegada (Cif)	14 238	15 378	16 840	12 329	13 113
t.v.h.	-	8.0	9.5	7.5	6.4
Expedição (Fob)	7 943	9 139	10 172	7 695	7 635
t.v.h.	-	15.1	11.3	11.2	-0.8
Saldo (Fob-Cif)	-6 295	-6 239	-6 668	-4 634	-5 477
t.v.h.	-	-0.9	6.9	1.7	18.2
Cobertura (Fob/Cif)	55.8	59.4	60.4	62.4	58.2

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE.

Figura 2. Evolução Mensal das Trocas Comerciais com Espanha em 2007 e 2008
(Valores estimados)



Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas).

A análise da evolução das expedições e das chegadas por grupos e subgrupos de produtos entre os dois períodos de nove meses, que se segue, assenta em valores declarados.

De acordo com os dados disponíveis, ainda sujeitos a correções, verifica-se que nos primeiros nove meses de 2008 apenas aumentaram as expedições dos grupos de produtos “Agro-alimentares” (+29,0%), “Energéticos” (+44,8%) e “Químicos” (+2,6%) (Quadro 7).

As maiores quebras ocorreram nos grupos “Máquinas” (-11,5%), extensivas a todos os subgrupos, “Pele, couros e têxteis” (-10,7%), também extensivas a todos os subgrupos, “Vestuário e calçado” (-10,4%), com queda no vestuário mas um crescimento de 4,1% no calçado, e “Minérios e metais” (-10,0%), apenas com um comportamento positivo no subgrupo das “pedras e metais preciosos”.

Globalmente, segundo os dados declarados, as expedições decresceram 0,8%, embora os dados estimados apresentem um aumento de 2,2%.

**Quadro 7. Expedições Portuguesas com Destino a Espanha
por Grupos e Subgrupos de Produtos
- Janeiro a Setembro de 2007 e 2008 -**

Grupos de Produtos	1000 Euros		TVH	Estrutura (%)	
	Jan-Set 07	Jan-Set 08		Jan-Set 07	Jan-Set 08
000 AGRO-ALIMENTARES	805 148	1 038 467	29.0	10.5	13.6
001 Conservas de Peixe	4 002	4 752	18.7	0.1	0.1
002 Vinhos	17 532	16 121	-8.0	0.2	0.2
003 Outros Agro-Alimentares	783 615	1 017 594	29.9	10.2	13.3
100 ENERGÉTICOS	254 244	368 196	44.8	3.3	4.8
200 QUÍMICOS	1 026 001	1 053 149	2.6	13.3	13.8
201 Farmacêuticos	17 084	19 662	15.1	0.2	0.3
202 Resinosos	2 895	4 098	41.6	0.0	0.1
203 Petroquímicos	673 153	656 907	-2.4	8.7	8.6
204 Outros Químicos	332 869	372 481	11.9	4.3	4.9
300 MADEIRA, CORTIÇA E PAPEL	723 695	683 713	-5.5	9.4	9.0
301 Madeira	319 295	272 258	-14.7	4.1	3.6
302 Cortiça	87 063	78 568	-9.8	1.1	1.0
303 Pasta de Papel	82 110	108 177	31.7	1.1	1.4
304 Papel e Publicações	235 226	224 710	-4.5	3.1	2.9
400 PELES, COURO E TÊXTEIS	234 986	209 952	-10.7	3.1	2.7
401 Peles e Couros	25 127	20 290	-19.2	0.3	0.3
402 Fibras e Fios Têxteis	30 968	27 235	-12.1	0.4	0.4
403 Tecidos	59 469	56 046	-5.8	0.8	0.7
404 Têxteis-Lar	77 621	69 756	-10.1	1.0	0.9
405 Outras Obras Têxteis	41 801	36 624	-12.4	0.5	0.5
500 VESTUÁRIO E CALÇADO	761 514	682 094	-10.4	9.9	8.9
501 Vestuário de Tecido	252 722	237 322	-6.1	3.3	3.1
502 Vestuário de Malha	414 782	346 904	-16.4	5.4	4.5
503 Calçado e Acessórios de Vestuário	94 010	97 869	4.1	1.2	1.3
600 MINÉRIOS E METAIS	1 684 547	1 515 899	-10.0	21.9	19.9
601 Minérios	182 286	156 730	-14.0	2.4	2.1
602 Metais em Bruto	1 124 878	1 008 796	-10.3	14.6	13.2
603 Obras de Metais	372 199	341 693	-8.2	4.8	4.5
604 Pedras e Metais Preciosos	5 184	8 680	67.4	0.1	0.1
700 MÁQUINAS	869 498	769 300	-11.5	11.3	10.1
701 Máquinas e Aparelhos Mecânicos	400 181	349 314	-12.7	5.2	4.6
702 Aparelhos de Som e Imagem	155 901	141 657	-9.1	2.0	1.9
703 Máquinas de Escritório e Informática	24 415	20 730	-15.1	0.3	0.3
704 Outros Aparelhos Eléctricos	289 001	257 601	-10.9	3.8	3.4
800 MATERIAL DE TRANSPORTE	601 441	584 156	-2.9	7.8	7.7
801 Veículos Automóveis	581 233	574 072	-1.2	7.6	7.5
802 Outro Material de Transporte	20 208	10 085	-50.1	0.3	0.1
900 PROD ACABADOS DIVERSOS	733 706	730 528	-0.4	9.5	9.6
901 Cerâmica e Vidro	406 530	413 121	1.6	5.3	5.4
902 Armas e Munições	1 867	1 417	-24.1	0.0	0.0
903 Outros Produtos Acabados	325 308	315 990	-2.9	4.2	4.1
TOTAL	7 694 780	7 635 454	-0.8	100.0	100.0

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE.
2007 - Terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

Na vertente das chegadas registaram-se decréscimos em 4 dos 9 grupos agregados de produtos, designadamente “Têxteis, vestuário e calçado” (-6,6%), com quebras extensivas a todos os subgrupos, “Produtos acabados diversos” (-4,2%), “Máquinas” (-2,1%), e “Peles, madeira cortiça e papel” (-1,6%). O maior aumento ocorreu no grupo “Energéticos” (+60,4%). Em termos globais, as chegadas aumentaram 6,4% entre os dois períodos em análise, face a 8,6% de aumento apresentado pelos dados estimados (Quadro 8).

**Quadro 8. Chegadas a Portugal com Origem em Espanha
por Grupos e Subgrupos de Produtos
- Janeiro a Setembro de 2007 e 2008 -**

Grupos de Produtos	1000 Euros		TVH	Estrutura (%)	
	Jan-Set 07	Jan-Set 08		Jan-Set 07	Jan-Set 08
000 AGRO-ALIMENTARES	2 157 391	2 292 827	6.3	17.5	17.5
001 Carnes e Lacticínios	529 337	547 819	3.5	4.3	4.2
002 Peixe e Crustáceos	397 745	352 504	-11.4	3.2	2.7
003 Frutas e Hortícolas	239 140	263 139	10.0	1.9	2.0
004 Chá,Café e Cacau	54 528	48 631	-10.8	0.4	0.4
005 Cereais	64 492	77 440	20.1	0.5	0.6
006 Oleaginosas e Óleos	194 956	276 415	41.8	1.6	2.1
007 Açúcar	19 526	20 945	7.3	0.2	0.2
008 Prep Aliment e Bebidas	472 252	508 512	7.7	3.8	3.9
009 Resíduos das Ind. Alimentares	65 803	69 174	5.1	0.5	0.5
010 Outros Agro-Alimentares	119 611	128 248	7.2	1.0	1.0
100 ENERGÉTICOS	886 556	1 422 034	60.4	7.2	10.8
200 QUÍMICOS	1 673 685	1 725 144	3.1	13.6	13.2
201 Orgânicos e Inorgânicos	171 404	158 542	-7.5	1.4	1.2
202 Farmacêuticos	139 585	167 919	20.3	1.1	1.3
203 Petroquímicos	661 718	665 337	0.5	5.4	5.1
204 Borracha	196 215	187 218	-4.6	1.6	1.4
205 Tintas e Vernizes	133 794	137 126	2.5	1.1	1.0
206 Outros Produtos Químicos	370 968	409 001	10.3	3.0	3.1
300 PELES, MAD, CORT. E PAPEL	910 636	896 436	-1.6	7.4	6.8
301 Peles e Couros	105 945	91 564	-13.6	0.9	0.7
302 Madeira e Cortiça	227 936	222 741	-2.3	1.8	1.7
303 Pasta de Papel,Papel e Publicações	576 754	582 131	0.9	4.7	4.4
400 TÊXTEIS, VESTUÁRIO E CALÇADO	1 019 057	951 693	-6.6	8.3	7.3
401 Fibras	18 121	14 031	-22.6	0.1	0.1
402 Fios	42 377	33 814	-20.2	0.3	0.3
403 Tecidos e Outras Obras	202 855	165 795	-18.3	1.6	1.3
404 Vestuário e Calçado	755 703	738 053	-2.3	6.1	5.6
500 MINÉRIOS E METAIS	1 667 144	1 808 558	8.5	13.5	13.8
501 Minérios	64 869	59 587	-8.1	0.5	0.5
502 Ferro e Aço	731 079	865 407	18.4	5.9	6.6
503 Cobre	250 557	281 045	12.2	2.0	2.1
504 Alumínio	165 275	157 680	-4.6	1.3	1.2
505 Outros Metais	34 040	22 471	-34.0	0.3	0.2
506 Obras de Metais	398 119	402 077	1.0	3.2	3.1
507 Pedras e Metais Preciosos	23 206	20 292	-12.6	0.2	0.2
600 MÁQUINAS	1 814 724	1 776 428	-2.1	14.7	13.5
601 Motores e Geradores	109 263	69 899	-36.0	0.9	0.5
602 Bombas e Motobombas	75 332	72 004	-4.4	0.6	0.5
603 Máquinas Agrícolas	35 459	41 811	17.9	0.3	0.3
604 Máquinas Têxteis	9 014	8 609	-4.5	0.1	0.1
605 Máquinas p/Outras Indústrias	200 090	234 354	17.1	1.6	1.8
606 Máquinas de Escritório e Informática	260 759	270 325	3.7	2.1	2.1
607 Aparelhos de som e imagem	346 442	276 915	-20.1	2.8	2.1
608 Aparelh p/Distribuição de Energia	200 295	230 587	15.1	1.6	1.8
609 Electrodomésticos	115 846	111 447	-3.8	0.9	0.8
610 Outras Máquinas	313 396	315 819	0.8	2.5	2.4
611 Outros Aparelhos Eléctricos	148 829	144 658	-2.8	1.2	1.1
700 MATERIAL DE TRANSPORTE	1 340 416	1 416 508	5.7	10.9	10.8
701 Veículos Automóveis	1 323 039	1 398 918	5.7	10.7	10.7
702 Outro Material de Transporte	17 377	17 590	1.2	0.1	0.1
800 PROD ACABADOS DIVERSOS	859 195	822 962	-4.2	7.0	6.3
801 Cerâmica e Vidro	334 271	293 649	-12.2	2.7	2.2
802 Aparelh Científ de Precisão	161 490	185 936	15.1	1.3	1.4
803 Outros Produtos Acabados	363 434	343 377	-5.5	2.9	2.6
TOTAL	12 328 803	13 112 590	6.4	100.0	100.0

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE
2007 - Terceira versão do ano; 2008 - Versão preliminar.

Artigos

Em Análise

A Evolução Recente da Actividade Turística em Portugal

Eugénia Pereira da Costa e Merícia Gouveia⁶

1. Introdução

Neste artigo pretende-se evidenciar a importância da actividade turística em Portugal, enquadrando-a no contexto turístico internacional e analisando o seu contributo para a economia nacional e a evolução nos anos mais recentes. Complementarmente, é referido o quadro de estratégia política do turismo e alguns mecanismos de apoio ao desenvolvimento da actividade, realçando os produtos estratégicos.

Na análise efectuada está subjacente a óptica do turismo receptor (inclui as actividades dos visitantes residentes no estrangeiro que viajam num outro país, fora do seu ambiente habitual) e, essencialmente, de turistas (visitante que permanece pelo menos uma noite num alojamento colectivo ou particular no lugar visitado), assim como uma tónica regional. O período temporal analisado diz respeito a 2006/2007 e para comparação evolutiva, escolheu-se um ano de início da década ou o mais aproximado, consoante o indicador e a disponibilidade de dados comparáveis.

2. Importância da Actividade Turística

2.1 O Turismo Português no Contexto Mundial

Considerando o **turismo receptor**, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT)⁷ das Nações Unidas, e com base em valores provisórios, o ano de 2007 representa o quarto ano consecutivo de crescimento do turismo mundial, com valores acima da tendência média de crescimento de longo prazo que se situa nos 4,1% e tendo mesmo ultrapassado o crescimento de 5,5% dos anos de 2005 e 2006. Em 2007, as chegadas internacionais de turistas registaram um crescimento de 6,6% face a 2006, atingindo o número recorde de 903 milhões. As estimativas da OMT apontam no sentido das receitas globais do turismo mundial ascenderem a 856 mil milhões de dólares (625 mil milhões de euros) em 2007, correspondendo a um crescimento homólogo em termos reais de 5,6%.

Quadro 1. Principais Países de Destino em Termos de Chegadas e de Receitas em 2000, 2006 e 2007

Rank em 2007	Países	Chegadas de turistas não residentes								Rank em 2007	Países	Receitas do turismo internacional					
		Milhões			Taxa de Variação (%)		Quotas de mercado (%)					Mil milhões de dólares			Taxa de Variação (%)**	Quotas de mercado (%)	
		2000	2006	2007*	2007/00	2007/06	2000	2006	2007*			2000	2006	2007*	2007/06	2000	2007*
1	França	77,2	78,9	81,9	6,1	3,8	11,3	9,1	1	EUA	82,4	85,7	96,7	12,8	17,3	11,3	
2	Espanha	47,9	58,2	59,2	23,6	1,7	7,0	6,6	2	Espanha	30,0	51,1	57,8	3,6	6,3	6,8	
3	EUA	51,2	51,0	56,0	9,4	9,8	7,5	6,2	3	França	30,8	46,3	54,2	7,2	6,5	6,3	
4	China	31,2	49,9	54,7	75,3	9,6	4,6	6,1	4	Itália	27,5	38,1	42,7	2,5	5,8	5,0	
5	Itália	41,2	41,1	43,7	6,1	6,3	6,0	4,8	5	Reino Unido	21,9	33,7	37,7	2,7	4,6	4,4	
6	Reino Unido	23,2	30,7	30,9	33,2	0,7	3,4	3,4	6	China	16,2	33,9	37,2	23,5	3,4	4,3	
7	Alemanha	19,0	23,5	24,4	28,4	3,8	2,8	2,7	7	Alemanha	18,7	32,8	36,0	0,6	3,9	4,2	
8	Ucrânia	6,4	18,9	23,1	259,2	22,2	0,9	2,6	8	Austrália	9,3	17,8	22,3	12,2	2,0	2,6	
9	Turquia	9,6	18,9	22,2	131,6	17,5	1,4	2,5	9	Áustria	9,8	16,6	18,9	4,0	2,1	2,2	
10	México	20,6	21,4	21,4	3,9	0,0	3,0	2,4	10	Turquia	7,6	16,9	18,5	9,7	1,6	2,2	
20	Portugal	12,1	11,3	12,3	1,8	9,2	1,8	1,4	23	Portugal	5,2	8,4	10,1	10,8	1,1	1,2	
	Mundo	683,0	847,0	903,0	32,2	6,6	100,0	100,0		Mundo	475,0	742,0	856,0	,,	100,0	100,0	

Fonte: Cálculos GEE, com base no UNWTO World Tourism Barometer, volume 6, nº 2 e nº 3, de Junho e Outubro de 2008, respectivamente.

Notas: Chegadas de turistas internacionais às fronteiras (com a exclusão de excursionistas) para todos os países, com excepção da Alemanha que contabiliza as chegadas a estabelecimentos de turismo colectivo; As receitas do turismo resultam das despesas efectuadas pelos visitantes estrangeiros em alojamento, comida e bebida, gasolina, transportes no país, compras, etc.; * valores provisórios; ** Calculada com base nas divisas locais, a preços correntes, com excepção da China e da Turquia cuja base é o dólar; ... dados não disponíveis.

⁶ Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação (Direcção de Serviços de Análise Económica e Previsão). As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade das autoras.

⁷ UNWTO (*United Nations World Tourism Organization*), World Tourism Barometer, volume 6, nº 2 e nº 3, de Junho e Outubro de 2008, respectivamente.

No quadro das regiões a nível mundial, a Europa continua a liderar destacadamente, registando em 2007 um volume de chegadas de cerca de 485 milhões (quota de mercado de 53,7%) e um montante de receitas de aproximadamente 434 mil milhões de dólares (quota de mercado de 50,7%), ainda que se verifiquem diferentes comportamentos evolutivos das suas quotas de mercado entre 2000 e 2007. Com efeito, a quota das chegadas diminuiu 4p.p. enquanto que a das receitas subiu cerca de metade da das chegadas (2p.p.).

De acordo com o Quadro 1, no conjunto de 132 países, a França, a Espanha e os EUA mantêm as suas posições destacadas como líderes entre os principais países de destino turístico, quer nas chegadas de turistas quer nos montantes de receitas, com os EUA e a França a trocarem de posições entre si (a França é primeira nas chegadas e os EUA é primeiro nas receitas) e a Espanha a segunda nos dois indicadores. Destaca-se também, em 2007, em termos de países emergentes, o dinamismo da China (4º lugar nas chegadas e 6º nas receitas), e também o crescimento acentuado da Turquia (9º nas entradas e 10º nas receitas). **Portugal** é 20º em chegadas (quota de 1,4%) e 23º em receitas (quota de 1,2%), e entre 2006 e 2007 evidencia evoluções significativas nas chegadas (acréscimo de 1 milhão) a que correspondeu um crescimento de 10,8% das receitas.

No âmbito do **turismo emissor** e quanto às despesas em turismo efectuadas a nível mundial (Quadro 2), constata-se que cerca de metade (50,8% em 2007) são da responsabilidade dos países da Tríade (UE15, EUA e Japão), com realce para a UE15 (38,8% em 2007). A Alemanha, os EUA e o Reino Unido continuam a destacar-se claramente nas três primeiras posições sendo também de referir, em 2007, a ascensão da China à 5ª posição. Portugal é 37º em 2007, mantém uma quota de mercado de 0,5%, idêntica à de 2000, registando um crescimento da ordem dos 7,5% face a 2006.

Quadro 2. Principais Países em Despesas de Turismo em 2000, 2005 e 2007

Rank em 2007	Países/Agregados	Despesa (Mil milhões dólares)			Taxa de Variação (%) **	Peso (%)	
		2000	2006	2007*	2007/06	2000	2007*
1	Alemanha	53,0	73,9	83,1	2,7	11,2	9,7
2	EUA	64,7	72,1	76,2	5,6	13,6	8,9
3	Reino Unido	38,4	63,1	72,3	5,4	8,1	8,4
4	França	17,8	31,2	36,7	7,8	3,7	4,3
5	China	13,1	24,3	29,8	22,5	2,8	3,5
6	Itália	15,7	23,1	27,3	8,4	3,3	3,2
7	Japão	31,9	26,9	26,5	-0,2	6,7	3,1
8	Canadá	12,4	20,5	24,8	14,4	2,6	2,9
9	Federação Russa	8,8	18,2	22,3	22,1	1,9	2,6
10	República da Coreia	7,1	18,9	20,9	10,8	1,5	2,4
37	Portugal	2,2	3,3	3,9	7,5	0,5	0,5
	UE15	184,0	288,5	332,4	n.d.	38,7	38,8
	Total Tríade (UE15, EUA e Japão)	280,6	387,5	435,1	n.d.	59,1	50,8
	Mundo	475,0	742,0	856,0	n.d.	100,0	100,0

Fonte: Cálculos GEE, com base no UNWTO World Tourism Barometer, volume 6, nº 2 e nº3, de Junho e Outubro de 2008, respectivamente.

Notas: Despesas em turismo efectuadas fora do país de residência por visitantes (excursionistas e turistas) de um dado país de origem; * Valores provisórios; ** Calculada com base nas divisas locais, a preços correntes, com excepção da China, da Federação Russa e da República da Coreia, que estão em dólares; n.d. Dados não disponíveis

Considerando o **motivo da visita**, em 2007, mais de metade das chegadas (51%) inscrevem-se em actividades de “Lazer, Recreio e Férias”, seguidas de “Visita a Familiares e Amigos” (27%) e de motivos de ordem “Profissional e de Negócios” (15%). Em termos de **meio de transporte** utilizado em 2007, 47% das chegadas realizaram-se por via aérea, que vem registando uma tendência crescente.

2.2. A Actividade Turística na Economia Nacional

De acordo com a mais recente Conta Satélite do Turismo 2005-2007⁸ do INE, a contribuição do sector do Turismo⁹ para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Economia foi de 4,6% em 2005, tendo apresentado face ao ano anterior, um crescimento nominal inferior ao da economia, ou seja, 2,0% para o Turismo e 2,4% para a economia (Quadro 3). Contudo, para 2006 e 2007 a tendência é de crescimentos do VAB mais acentuados no Turismo (9,7% em 2007) em comparação com os da economia (5% em 2007), situando em 5,1% o peso do Turismo no VAB total, em 2007.

Quadro 3. Peso do Turismo na Economia e no Emprego

Indicadores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Contribuição do Turismo para o VAB da Economia (10 ⁶ Euros)	5053,8	5483,6	5442,6	5332,5	5786,7	5900,1	6454,3	7082,0
Peso do Turismo no VAB (%)	4,7	4,9	4,6	4,4	4,6	4,6	4,9	5,1
Taxa de variação do VAB do Turismo (%)		8,5	-0,7	-2,0	8,5	2,0	9,4	9,7
Consumo Turístico Interior (10 ⁶ Euros)	12 307	12 878	12 726	12 577	13 450	13 969	15 282	17 019
Peso do Consumo Turístico no PIB (%)	10,1	10,0	9,4	9,1	9,3	9,4	9,8	10,5
Taxa de variação do Consumo Turístico(%)		4,6	-1,2	-1,2	6,9	3,9	9,4	11,4
Emprego nas Actividades Características do Turismo*	387 865	398 807	399 329	409 526	421 660	432 560	n.d.	n.d.
Peso do Emprego nas Act. Caract. Turismo no Emprego na Economia (%)	7,1	7,2	7,1	7,4	7,6	7,8	n.d.	n.d.
Taxa de variação do Emprego do Turismo (%)		2,8	0,1	2,6	3,0	2,6	n.d.	n.d.
<i>Por memória:</i>								
VAB da Economia (10 ⁶ Euros)	106 545,2	112 816,6	117 750,5	120 465,2	125 310,2	128 362,9	133 055,2	139 662,6
Taxa de variação do VAB da Economia (%)		5,9	4,4	2,3	4,0	2,4	3,7	5,0
PIB pm (10 ⁶ Euros)	122 270	129 308	135 434	138 582	144 128	149 123	155 446	162 756
Taxa de variação do PIB da Economia (%)		5,8	4,7	2,3	4,0	3,5	4,2	4,7
Emprego na Economia*	5 500 411	5 570 360	5 610 201	5 569 825	5 559 047	5 551 683	n.d.	n.d.
Taxa de variação do Emprego da Economia (%)		1,3	0,7	-0,7	-0,2	-0,1	n.d.	n.d.

Notas: Os dados da Conta Satélite do Turismo para 2006 e 2007 são preliminares; * Número de postos de trabalho; n.d. = Não disponível
Fonte: INE, Conta Satélite do Turismo 2000-2002, 2003-2004 e 2005-2007

A despesa em Consumo Turístico Interior¹⁰, cresceu 3,9% em 2005, após uma evolução nominal de 6,9% em 2004. Os dados preliminares para 2006 e 2007 apontam para crescimentos mais acentuados, na ordem dos 9,4% e 11,4%, respectivamente, atingindo em 2007 um valor de 17 000 milhões de euros, ou seja, 10,5% do PIB. Neste âmbito, em 2005, os produtos que mais se destacaram foram os Transportes de passageiros (27,8%), a Restauração e bebidas (24,6%) e o Alojamento (21,6%). Ainda em 2005, o consumo do turismo de não residentes em Portugal correspondeu a 52,1% do Consumo Turístico Interior, cabendo os restantes 47,9% ao consumo efectuado pelos visitantes residentes em Portugal e a outras componentes.

O emprego nas actividades características do Turismo registou, desde 2003, uma evolução mais favorável que o da economia (2,6 % em 2005 face a 2004) enquanto que o emprego na economia tem vindo a registar ligeiras reduções (-0,1% no mesmo período), (Quadro 3). Concomitantemente, o peso do emprego nas actividades características do Turismo no total do emprego na economia tem vindo a crescer, atingindo 7,8% em 2005¹¹.

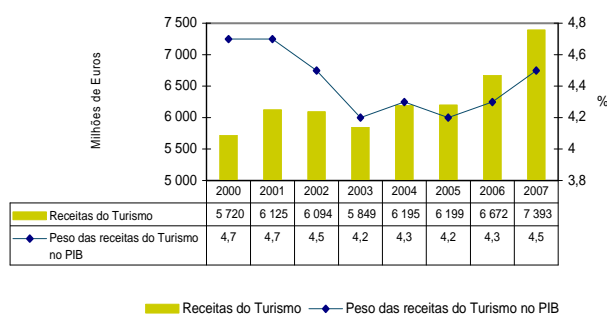
⁸ Dados definitivos para 2005 e preliminares para 2006 e 2007.

⁹ Inclui: Produtos Característicos (Alojamento; Restauração e bebidas; Transporte de passageiros; Agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos; Serviços culturais; Recreação e lazer; Outros serviços de turismo), Produtos Conexos (produtos que, apesar de não serem típicos do turismo num contexto internacional, podem sê-lo num determinado país) e Produtos Não específicos (bens e serviços não directamente relacionados com o turismo, mas que são alvo do consumo turístico).

¹⁰ O Consumo Turístico Interior engloba as despesas de consumo em turismo efectuadas pelos residentes e não residentes, em Portugal, no âmbito de uma deslocação para fora do seu ambiente habitual, por motivos de negócios e/ou outros.

¹¹ Dados mais recentes para o emprego disponibilizados pela Conta Satélite do Turismo

Figura 1. Peso das Receitas do Turismo no PIB, 2000-2007



Fontes: INE - PIB; BP - Receitas do Turismo

Analisando o lado da procura turística por parte dos visitantes não residentes, com base na balança de pagamentos do Banco de Portugal, verifica-se que as receitas do Turismo¹², que representam uma parcela do consumo turístico interior, ascenderam a 4,5% do PIB, em 2007 (Figura 1). De acordo com esta fonte, a actividade turística em Portugal apresentou em 2006 e 2007 desempenhos bastante positivos, tendo as receitas do turismo registado, respectivamente, crescimentos de 7,6% e 10,8%, em termos nominais, após uma variação quase nula em 2005 (0,1%).

O Quadro 4 mostra que desde 2001, o peso das receitas do Turismo na exportação de Bens e Serviços tem vindo a descer, passando de 16,2% em 2001 para 13,5% em 2007, devido essencialmente ao crescimento mais acentuado dos outros serviços, principalmente em 2006 e 2007. Entre 2002 e 2007, a evolução das receitas do Turismo acompanhou em geral a das exportações de Bens e Serviços, apresentando, no entanto, taxas de crescimento inferiores.

Entre 2000 e 2007, o saldo da Balança Turística, sempre positivo, apresentou uma evolução favorável situando-se, em 2007, em cerca de 4,5 mil milhões de euros, o que corresponde a 2,8% do PIB, nível idêntico ao de 2004, ano da realização do Euro (Quadro 4).

Quadro 4. Peso do Turismo na Exportação de Bens e Serviços e Balança Turística, 2000-2007

Indicadores	Milhões de Euros								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
Receitas do Turismo	5720	6125	6094	5849	6195	6199	6672	7393	
Despesas do Turismo	2 422	2 363	2 247	2 131	2 225	2 454	2 658	2 858	
Exportação de Bens e Serviços	36 566	37 814	38 436	39 278	41 613	43 248	48 873	54 612	
Peso do Turismo na Exportação de Bens e Serviços	15,6	16,2	15,9	14,9	14,9	14,3	13,7	13,5	
Saldo da Balança Turística	3 298	3 762	3 847	3 718	3 971	3 744	4 014	4 535	
Saldo em % do PIB	2,7	2,9	2,8	2,7	2,8	2,5	2,6	2,8	

Fonte: Banco de Portugal

Caixa 1. Orientações Estratégicas de Política para o Turismo

A política nacional para o sector do Turismo expressa-se no Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT), a aplicar no horizonte 2015. No PENT estão definidos objectivos e linhas de orientação estratégica que visam: a criação de condições para tornar Portugal num dos destinos turísticos de maior crescimento na Europa; o desenvolvimento do Turismo, através da qualificação e competitividade da oferta; e o aumento do contributo do Turismo na economia.

As linhas de desenvolvimento estratégico assentam em onze domínios prioritários, a saber: Mercados emissores, Produtos estratégicos, Regiões, Pólos de desenvolvimento, Acessibilidades aéreas, Eventos, Enriquecimento da oferta, Qualidade urbana, ambiental e paisagística, Qualidade de serviço e recursos humanos, Promoção e distribuição e Eficácia e Modernização da actuação dos agentes públicos e privados. Os objectivos de actuação de cada um destes domínios estão sintetizados no Quadro seguinte.

¹² Não inclui Transporte de passageiros., mas inclui todas as despesas efectuadas por trabalhadores de fronteira e sazonais ou estudantes e doentes durante a sua estada na economia visitada, ainda que por períodos superiores a 12 meses

LINHAS DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO	
Mercados emissores	Apostar na captação de turistas de mercados emissores internacionais e no desenvolvimento do Turismo interno.
Produtos estratégicos	Consolidar e desenvolver produtos turísticos estratégicos.
Regiões	Desenvolver ofertas distintivas para as regiões, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo factores de qualificação.
Pólos de desenvolvimento	Desenvolver novos pólos turísticos pelos conteúdos específicos e distintivos (Douro, Serra da Estrela, Oeste, Alqueva, Litoral Alentejano, Leiria/Fátima e Porto Santo).
Acessibilidades aéreas	Reforçar as acessibilidades aéreas com as cidades e regiões com maior potencial turístico em cada mercado emissor.
Eventos	Promover um calendário nacional de eventos que assegure a notoriedade de Portugal e o enriquecimento da experiência do turista.
Enriquecimento da oferta	Desenvolver e inovar conteúdos diferenciadores da oferta turística nacional.
Qualidade urbana, ambiental e paisagística	Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o Destino Portugal.
Qualidade de serviço e recursos humanos	Reforçar a qualidade do turismo português ao longo dos “momentos de verdade” de interacção com o turista, através da implementação de um sistema de qualidade turística e da formação e valorização dos recursos humanos.
Promoção e distribuição	Implementar uma abordagem inovadora, segmentada e por mercado emissor, privilegiando o recurso à Internet, promovendo uma gestão proactiva da relação com operadores e jornalistas e definindo como prioridade o Destino Portugal.
Eficácia e Modernização da actuação dos agentes públicos e privados	Facilitar a interacção das empresas com o Estado, promover a difusão do conhecimento do sector e estimular a adopção de práticas inovadoras pelas empresas.

Fonte: Plano Estratégico Nacional para o Turismo, Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2007, de 14 de Abril.

Dado o contributo do turismo para a economia nacional, no quadro das políticas públicas a actividade turística é objecto de um plano de orientações estratégicas específico, o Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT), a aplicar no horizonte de 2015 (ver Caixa 1). No sentido de incrementar a importância da actividade turística na economia portuguesa o Estado disponibiliza diversos mecanismos de apoio a iniciativas de natureza empresarial e infraestrutural que se referem com algum detalhe na Caixa 2.

Um reflexo das estratégias de política para o Turismo adoptadas em Portugal pode ser constatado no *Travel & Tourism Competitiveness Index 2008*, do *World Economic Forum*, onde Portugal se encontra na 15ª posição no *ranking global* (130 países) e em 9ª no conjunto da UE27 (Caixa 3).

Caixa 2. Mecanismos de Apoio do Estado

No sentido de concretizar os objectivos do PENT, o papel do Estado português revela-se através da criação de mecanismos de apoio a projectos de natureza empresarial e infraestrutural. Seguidamente, identifica-se um conjunto de apoios, dirigidos, nomeadamente, aos produtos turísticos estratégicos.

É o caso do Programa de Intervenção do Turismo (PIT 2007-2009) que consiste num financiamento de natureza não reembolsável dirigido a investimentos de características infraestruturais, nomeadamente, a dinamização dos produtos turísticos estratégicos e dos novos pólos turísticos, a promoção de eventos de projecção internacional, a requalificação de destinos, assim como a promoção da inovação e reforço da competitividade das empresas do sector do turismo. O PIT tem o horizonte temporal 2007-2009 e a dotação orçamental de 100 milhões de euros. Actua em complementaridade com os sistemas de incentivos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013) no referente a objectivos estratégicos e alavancagem financeira.

Através de Protocolos estabelecidos entre o Turismo de Portugal, I.P. e o sector financeiro, para vigorar entre 2007 e 2009, criou-se uma linha de crédito destinada ao financiamento de projectos turísticos que, nas áreas dos pólos turísticos e dos produtos turísticos estratégicos, contribuam para o aumento da qualidade, inovação e competitividade da oferta do sector turístico nacional. O Turismo de Portugal, I.P. disponibiliza para esta linha de crédito um montante de 60 milhões de euros.

No âmbito das recentemente anunciadas linhas de crédito PME Investe foram criadas linhas específicas para o sector da restauração, no valor de 50 milhões de euros, e para empresas hoteleiras sedeadas em Portugal, no montante de 500 milhões de euros. No caso das empresas hoteleiras, o valor máximo de financiamento por empresa é de 2,5 milhões de euros, sendo o prazo de financiamento de sete anos.

Outra medida relevante, que abrange as actividades turísticas, é a atribuição de benefícios fiscais às empresas que promovam projectos de investimento, realizados até 2010, considerados estratégicos para a economia portuguesa.

Para além dos incentivos financeiros geridos e co-geridos pelo Turismo de Portugal, I.P. destacam-se outros instrumentos de apoio, igualmente aplicáveis a actividades do sector do turismo, que visam contribuir para o reforço da dinamização da actividade do Turismo na óptica da oferta:

Sistema de apoio às micro, pequenas e médias empresas para a prestação de garantias financeiras no acesso ao crédito e apoios financeiros estatais – Sistema de Garantia Mútua;

- ♦ Fundos de Capital de Risco como, o FCR – Turismo capital, dotado de 49,8 milhões de euros;
- ♦ Fundos Imobiliários, instrumento de apoio na aquisição e arrendamento de imóveis afectos à actividade turística.
- ♦ Todos estes mecanismos actuam sempre tendo subjacente as políticas definidas para o sector do turismo.

Paralelamente foram aprovados, no âmbito do novo regime de licenciamento, novas regras e requisitos mais simplificados para a instalação exploração e funcionamento dos empreendimentos turístico. proporcionando às empresas um ambiente de negócios menos burocratizado

Caixa 3. Posicionamento de Portugal no Ranking da Competitividade Viagens e Turismo

De acordo com o **Índice de Competitividade Viagens e Turismo** (*Travel & Tourism Competitiveness Index*) 2008¹³, do *World Economic Forum*, cujo objectivo é medir os factores e as políticas que tornam atractivo desenvolver o sector das Viagens e Turismo em 130 países, Portugal encontra-se na 15ª posição no *ranking* global e em 9ª no da UE27. O Quadro 3 retrata os desempenhos competitivos em treze países, que representam o top 10 no *ranking* do índice global das Viagens e Turismo mais três países da UE15 que fazem parte da sub-região da Europa do Sul (Portugal, Itália e Grécia), para além da Espanha que integra os 10 primeiros.

É curioso constatar que a França, a Espanha e a Itália, que se destacam no grupo dos principais destinos turísticos a nível mundial (Caixa 4), surgem no *ranking* do Índice de Competitividade Viagens e Turismo 2008 em posições diferenciadas variando entre 10º, 5º e 28º lugar, respectivamente.

Considerando os três sub-índices constitutivos do Índice de Competitividade Viagens e Turismo, Portugal demonstra melhor desempenho competitivo no sub-índice que reflecte a dotação do país em termos de “recursos humanos, culturais e naturais” (11ª posição), seguindo-se o do “quadro regulatório” (14ª) que abrange os elementos relacionados com medidas de política geralmente sob a esfera da intervenção estatal e por fim o do “ambiente empresarial e infra-estrutura” (22ª) que envolve, nomeadamente, a infra-estrutura “hard” da economia. No “quadro regulatório” Portugal apresenta-se mais competitivo que cinco países do top 10, casos da Espanha, EUA e Reino Unido, nos “recursos humanos, culturais e naturais” está melhor posicionado que a França, a Grécia e a Itália e no “ambiente empresarial e infra-estrutura” tem melhor desempenho que a Grécia e a Itália.

Rankings e Índices de Competitividade Viagens e Turismo 2008

nº de ordem em 130 países

País	Índice Global		Sub-índices					
			Quadro regulatório		Ambiente empresarial e infra-estrutura		Recursos humanos, culturais e naturais	
	Rank	Pontuação	Rank	Pontuação	Rank	Pontuação	Rank	Pontuação
Suíça	1	5,63	1	5,94	2	5,55	3	5,39
Áustria	2	5,43	4	5,86	8	5,27	7	5,16
Alemanha	3	5,41	6	5,67	3	5,43	9	5,13
Austrália	4	5,34	30	5,23	11	5,18	1	5,61
Espanha	5	5,30	28	5,24	5	5,32	4	5,33
Reino Unido	6	5,28	26	5,28	6	5,32	5	5,26
EUA	7	5,28	49	4,75	1	5,58	2	5,52
Suécia	8	5,27	9	5,62	15	5,05	8	5,15
Canadá	9	5,26	23	5,31	4	5,40	10	5,07
França	10	5,23	12	5,57	7	5,28	12	4,85
Portugal	15	5,09	14	5,50	22	4,83	11	4,93
Grécia	22	4,92	17	5,46	30	4,63	18	4,66
Itália	28	4,84	41	4,99	24	4,77	15	4,74

Fonte: World Economic Forum, The Travel and Tourism Competitiveness Report 2008
Nota: A pontuação varia entre 1 e 7 (mais competitivo).

3. Caracterização e Evolução Recente da Actividade Turística em Portugal

3.1 Proveniência dos Turistas

A grande maioria dos turistas que visita Portugal é proveniente da Europa, particularmente dos países da UE. Relativamente aos seus países de residência, de acordo com o INE¹⁴, em 2007 a Espanha com

¹³ Constante da publicação *Travel & Tourism Competitiveness Report 2008*, divulgada em Março de 2008. Na generalidade, os dados que servem de base à construção do Índice de Competitividade Viagens e Turismo 2008 reportam-se a 2007, 2006 e 2005.

¹⁴ Inquérito ao Movimento de Pessoas nas Fronteiras, 2004-2006

21,6% constituiu a principal origem das entradas de turistas em Portugal, seguindo-se o Reino Unido (18,9%), a França (15,1%) e a Alemanha (9,8%) (Quadro 5 e Figura 2). Entre 2006 e 2007, as entradas de turistas com crescimentos mais acentuados tiveram origem na Suíça, na França e nos EUA.

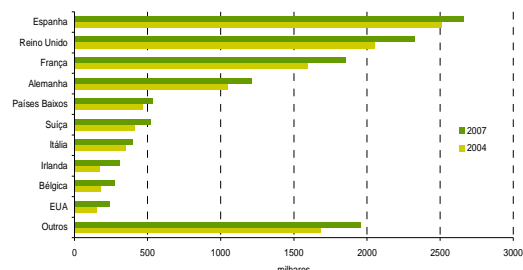
Se considerarmos os 11,4 milhões entradas de excursionistas não residentes, através da fronteira rodoviária, (48% do total de visitantes não residentes), constata-se que em 2007, a Espanha contribuiu com cerca de 99% daquele número.

Quadro 5. Estrutura das Entradas de Turistas não Residentes por Países de Residência (%)

Países	Entradas de Turistas (Milhares)			Taxa de Variação (%)		Estrutura (%)		
	2004	2006	2007	2007/04	2007/06	2004	2006	2007
Espanha	2 514	2 497	2 661	5,8	6,6	23,6	22,1	21,6
Reino Unido	2 052	2 254	2 326	13,4	3,2	19,3	20,0	18,9
França	1 598	1 501	1 859	16,3	23,8	15,0	13,3	15,1
Alemanha	1 047	1 191	1 212	15,7	1,7	9,8	10,6	9,8
Suíça	411	417	537	30,5	28,9	3,9	3,7	4,4
Países Baixos	470	515	526	12,0	2,2	4,4	4,6	4,3
Itália	350	384	402	14,6	4,4	3,3	3,4	3,3
Irlanda	174	267	314	80,6	17,2	1,6	2,4	2,5
Bélgica	184	254	281	52,8	10,3	1,7	2,3	2,3
EUA	151	204	245	61,5	19,9	1,4	1,8	2,0
Outros	1 688	1 798	1 960	16,1	9,0	15,9	15,9	15,9
TOTAL	10 639	11 282	12 321	15,8	9,2	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEE, com base no INE - Inquérito ao Movimento de Pessoas nas Fronteiras, 2004-2007
Nota: Movimentos de turistas referentes às fronteiras rodoviária e aérea.

Figura 2. Entradas de Turistas não Residentes, por Países de Residência, 2004 e 2007



Fonte: GEE, com base no INE - Inquérito ao Movimento de Pessoas nas Fronteiras, 2004-2007

A maioria dos turistas que se desloca a Portugal utiliza o transporte aéreo, atingindo os 60% em 2007 (Caixa 4).

Caixa 4. Indicadores de Tráfego Aéreo

A maioria dos turistas que se desloca a Portugal utiliza o transporte aéreo, cerca de 60% em 2007, segundo dados do INE¹⁵. Em 2007, o tráfego aéreo em Portugal, de acordo com a ANA Aeroportos de Portugal, envolveu cerca de 26,7 milhões de passageiros, crescendo 22,1% face a 2004 (mais 4,8 milhões de passageiros), com os aeroportos do Porto e de Lisboa a registarem as maiores subidas no movimento de passageiros¹⁶, respectivamente, 25,3% e 35,4% e com Lisboa a ser responsável por cerca de 56% do acréscimo total, ou seja, por mais 2,7 milhões de passageiros. Por seu lado, os voos ascenderam a cerca de 276,8 mil no total a que correspondeu um aumento de cerca de 12,4% em relação a 2004.

Considerando o movimento de passageiros desembarcados de voos internacionais *low cost* em 2007¹⁷ verificou-se um acréscimo de 36,1% em relação ao período homólogo, ascendendo a cerca de 31,6% o seu peso no total dos passageiros desembarcados de voos internacionais.

Tráfego Aéreo em 2004, 2006 e 2007

Aeroportos	Nº de voos				Nº de passageiros			
	2004	2006	2007	Taxa variação 2007/2004 (%)	2004	2006	2007	Taxa variação 2007/2004 (%)
Lisboa	122 206	132 456	139 519	14,2	10 705 206	12 314 314	13 392 069	25,1
Porto	43 725	47 067	50 745	16,1	2 944 135	3 402 816	3 986 748	35,4
Faro	32 580	37 431	40 253	23,6	4 643 626	5 089 672	5 470 472	17,8
Açores (1)	18 418	20 222	21 499	16,7	1 129 353	1 241 199	1 281 021	13,4
Madeira (2)	29 273	28 550	24 802	- 15,3	2 440 811	2 513 909	2 564 243	5,1
TOTAL	246 202	265 726	276 818	12,4	21 863 131	24 561 910	26 694 553	22,1

Fonte: ANA Aeroportos de Portugal

Notas: (1) - Inclui os aeroportos de Ponta Delgada, S. Maria, Horta e Flores; (2) - Inclui os aeroportos do Funchal e do Porto Santo.

Considerando as **dormidas** nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, em 2007 verifica-se que estão concentradas em cerca de 10 países (82% do total do Estrangeiro), sendo 9 países da UE15 e os EUA.

¹⁵ Inquérito ao Movimento de Pessoas nas Fronteiras, 2007

¹⁶ Inclui embarcados e desembarcados, nacionais e internacionais

¹⁷ Fonte: Turismo de Portugal, O Turismo em Números, Janeiro de 2008

Neste ano, o número de dormidas de turistas estrangeiros em Portugal situou-se em cerca de 26,8 milhões, mais cerca de 6% e 13,6% em relação a 2006 e 2002¹⁸, respectivamente. O Reino Unido ocupou a 1ª posição com 7,7 milhões de dormidas, representando cerca de 29% do total, seguido da Alemanha (3,9 milhões e 14%) e da Espanha (3,4 milhões e cerca de 13%), (Quadro 6 e Figura 3).

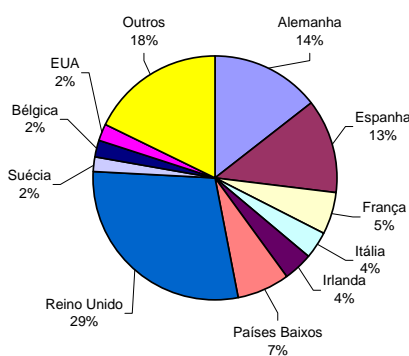
Quadro 6. Dormidas e Estada Média por Países de Residência Habitual

Dormidas por países de residência habitual						Estada média por países de residência habitual					
Países de Residência	Unidade: Milhares					Unidade: Número de noites					
	2002	2006	2007	Taxa variação 2006/2002 (%)	Taxa variação 2007/2006 (%)	Países de Residência	2002	2006	2007	Varição 2007-2002	Varição 2007-2006
Reino Unido	7 406	7 258	7 705	4,0	6,2	Irlanda	7,1	5,6	5,4	-1,7	-23,4
Alemanha	4 105	3 863	3 851	-6,2	-0,3	Países Baixos	6,0	5,5	5,4	-0,6	-9,4
Espanha	2 068	3 194	3 381	63,5	5,9	Reino Unido	5,6	5,5	5,4	-0,2	-4,0
Países Baixos	1 825	1 794	1 826	0,0	1,8	Alemanha	5,2	5,0	5,0	-0,2	-4,1
França	1 156	1 242	1 442	24,8	16,1	Suécia	5,0	4,8	4,6	-0,4	-7,2
Irlanda	971	967	1 047	7,9	8,3	Bélgica	4,3	3,9	3,8	-0,4	-10,5
Itália	780	953	1 011	29,6	6,0	França	2,6	2,7	2,8	0,3	10,3
EUA	625	624	653	4,4	4,6	Itália	2,4	2,5	2,5	0,1	3,0
Bélgica	529	556	602	13,8	8,3	Espanha	2,3	2,4	2,4	0,1	5,9
Suécia	677	553	518	-23,4	-6,3	EUA	2,4	2,4	2,4	0,0	-1,7
UE (excepto Portugal)	20 486	22 043	23 328	13,9	5,8	UE (excepto Portugal)	4,4	4,1	4,0	-0,4	-9,3
Estrangeiro	23 563	25 217	26 769	13,6	6,2	Estrangeiro	4,2	3,9	3,8	-0,4	-8,9
Portugal	10 646	12 350	12 968	21,8	5,0	Portugal	2,2	2,1	2,1	-0,1	-5,7
Total Geral	34 209	37 567	39 737	16,2	5,8	Total Geral	3,2	3,0	3,0	-0,3	-8,3

Fonte: GEE, com base no INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros dados na Hotelaria 2002, 2006 e 2007

Em termos de **estada média** de hóspedes¹⁹ constata-se que entre 2002 e 2007, a estada média de estrangeiros em estabelecimentos hoteleiros diminuiu de 4,2 para 3,8 noites, com a maior queda (-1,7 noites) a verificar-se nos residentes na Irlanda, cuja estada média passou de 7,1 para 5,4 noites. Em 2007, os países com estadas médias mais altas foram a Irlanda, o Reino Unido e os Países Baixos, com permanências iguais de 5,4 noites e as mais baixas as da Espanha e dos EUA, com 2,4 noites em cada.

Figura 3. Dormidas de não Residentes, por País de Residência Habitual -2007 (%)



Fonte: GEE, com base no INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros dados na Hotelaria 2007

Conforme o Quadro 7, em Portugal, entre 2002 e 2007, as dormidas globais nos estabelecimentos hoteleiros aumentaram cerca de 16%, correspondendo a um acréscimo dos proveitos totais²⁰ de cerca de 33%. A taxa líquida de ocupação-cama, entre 2006 e 2007²¹, aumentou 2pp, com a maior subida a

¹⁸ A escolha de 2002 como ano de comparação ficou a dever-se à alteração efectuada na metodologia de apuramento dos dados dos estabelecimentos hoteleiros pelo INE e que inviabilizou a comparação com os valores dos anos anteriores.

¹⁹ Relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes que deram origem a essas dormidas.

²⁰ Inclui os proveitos de aposento, os proveitos de restauração e outros proveitos decorrentes da própria actividade, como por exemplo, aluguer de salas, lavanderia, telefone, etc.

²¹ Optou-se por não incluir o ano de 2002, já que as taxas não são comparáveis com as de 2006 e 2007, uma vez que o INE abandonou a utilização da taxa bruta de ocupação-cama, substituindo-a pela taxa líquida de ocupação-cama, a partir de 2006. A taxa líquida de

verificar-se na Região Autónoma da Madeira (mais 5,5pp). Refira-se, complementarmente, que a capacidade hoteleira aumentou de cerca de 700 camas entre 2006 e 2007 (passou de 264 037 para 264 747 o número máximo de indivíduos que os estabelecimentos de alojamento turístico colectivo²² podem alojar, dados referidos a 31 de Julho).

Quadro 7. Dormidas, Taxa de ocupação-cama e Proveitos Totais nos Estabelecimentos Hoteleiros, por Regiões

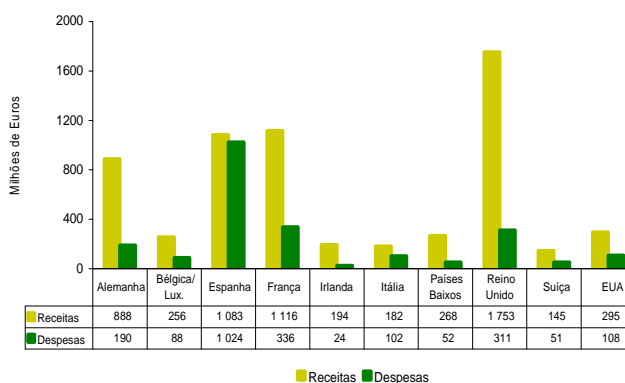
Regiões (NUTS II)	Dormidas (milhares)					Taxa líquida de ocupação-cama (%)			Proveitos totais (milhões de euros)				
	2002	2006	2007	Estutura 2007 (%)	Taxa variação 2007/2002 (%)	2006	2007	Variação 2007-2006 (pp)	2002	2006	2007	Estutura 2007 (%)	Taxa variação 2007/2002 (%)
Portugal	34209	37567	39737	100,0	16,2	40,8	43,0	2,2	1466,1	1752,6	1943,6	100,0	32,6
Continente	27962	30657	32562	81,6	16,5	39,0	41,0	2,0	1192,8	1435,8	1606,8	81,9	34,7
Norte	3262	3844	4229	10,2	29,6	30,1	32,4	2,3	161,7	194,6	208,4	11,1	28,9
Centro	1953	3508	3851	9,3	97,2	27,6	30,1	2,5	83,0	163,1	180,9	9,3	118,0
Lisboa	7548	8163	8679	21,7	15,0	46,4	48,0	1,6	437,4	497,9	577,1	28,4	31,9
Alentejo	904	979	1099	2,6	21,5	28,4	30,3	1,9	42,0	48,3	59,3	2,8	41,0
Algarve	14294	14164	14704	37,7	2,9	44,2	46,0	1,8	468,7	532,0	581,1	30,4	24,0
Reg. A. Açores	778	1180	1184	3,1	52,2	39,3	39,8	0,5	36,1	54,2	55,0	3,1	52,2
Reg. A. Madeira	5469	5729	5990	15,3	9,5	54,8	60,3	5,5	237,1	262,7	281,8	15,0	18,8

Fonte: GEE, com base no INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros dados na Hotelaria 2002, 2006 e 2007

Em termos de receitas e despesas, em 2007, segundo dados do Banco de Portugal, verifica-se que os 10 principais países de origem e destino representam 83% e 78% nos respectivos totais (Figura 4). Os saldos positivos mais significativos referem-se ao Reino Unido, à França e à Alemanha e é de assinalar que o montante das receitas relativo à Espanha está muito próximo do das despesas, ultrapassando-as ligeiramente.

De notar a coincidência de alguns dos principais países emissores (Reino Unido, Alemanha, França, Itália e EUA) com os países do top 10 mundial em despesas efectuadas no turismo (ver ponto 2.1).

Figura 4. Receitas e Despesas do Turismo, por Principais Países de Origem e Destino, 2007



Fonte: Banco de Portugal

3.2. Motivo das Viagens

O motivo principal das viagens de turistas para Portugal enquadra-se em “Lazer, Recreio e Férias” que, em 2007, esteve na origem de cerca de 72,3% do movimento das entradas de turistas, seguindo-se o motivo “Profissional e de Negócios”, com 12,9% e o motivo “Visita a Familiares e Amigos”, com 11,7% das entradas (Figura 5). Comparando estes dados para Portugal com a situação a nível mundial, constata-se que existe uma maior concentração na procura de “Lazer, Recreio e Férias” em Portugal do que na média

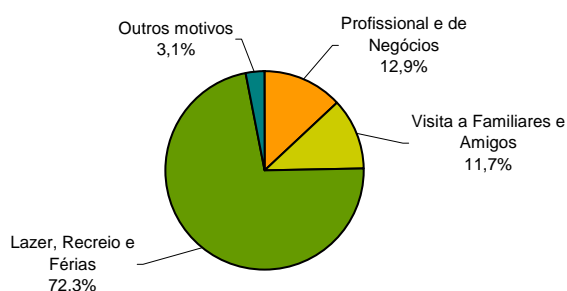
ocupação-cama corresponde à “relação entre o número de dormidas e o número de camas disponíveis no período de referência, considerando como duas as camas de casal”.

²² Inclui estabelecimentos hoteleiros e similares, outros estabelecimentos de alojamento colectivo e alojamento especializado.

mundial (51%). Simultaneamente, os outros dois motivos representam procuras menos significativas em Portugal.

No “Lazer, Recreio e Férias”, Portugal é procurado por cerca de 86% dos turistas provenientes do Reino Unido, aproximadamente 66% dos turistas oriundos de Espanha e 65% da França, países que no conjunto representam cerca de 56% das entradas de turistas em Portugal durante o ano de 2007. No motivo “Profissional e de Negócios”, a Espanha volta a destacar-se com 24% do total das entradas, seguida da Itália com cerca de 23%. Já na “Visita a Familiares e Amigos”, destacam-se a França (18,9%), a Suíça (21,1%) e os EUA (25,4%), países que acolhem significativas comunidades de emigrantes portugueses, (Quadro 8).

Figura 5. Entradas de Turistas, por Motivo Principal da Viagem, em 2007



Fonte: INE, Inquérito ao Movimento de Pessoas e Fronteiras 2007

No segmento do turismo de negócios, refira-se que de acordo com o *ranking* dos países destino de congressos a nível mundial²³, medido com base no número de congressos realizados, em 2007, Portugal ocupava a 15ª posição (153 congressos), e a 9ª a nível europeu, sendo os três primeiros lugares, a nível mundial, ocupados pelos EUA (467), Alemanha (429) e Espanha (303).

Quadro 8. Entradas de Turistas não Residentes por Países de Residência, segundo o Motivo Principal da Viagem (fronteira aérea e rodoviária) – 2007

Países	Entradas de Turistas (Milhares)					Peso no total de cada país (%)			
	TOTAL	Lazer, Recreio e Férias	Visita a Familiares e Amigos	Profissional e de Negócios	Outros Motivos	Lazer, Recreio e Férias	Visita a Familiares e Amigos	Profissional e de Negócios	Outros Motivos
Espanha	2661	1753	209	641	58	65,9	7,9	24,1	2,2
Reino Unido	2326	1993	174	106	54	85,7	7,5	4,5	2,3
França	1859	1214	352	209	85	65,3	18,9	11,2	4,6
Alemanha	1212	904	124	153	30	74,6	10,2	12,7	2,5
Suíça	537	385	113	22	17	71,6	21,1	4,1	3,1
Países Baixos	526	438	35	43	10	83,3	6,6	8,2	1,9
Itália	402	256	27	91	28	63,9	6,7	22,6	6,9
Irlanda	314	285	11	10	7	91,0	3,6	3,1	2,3
Bélgica	281	205	30	38	8	73,1	10,8	13,4	2,7
EUA	245	144	62	28	10	58,9	25,4	11,5	4,1
Outros	1960	1330	299	255	75	67,9	15,3	13,0	3,8
TOTAL	12321	8908	1436	1595	381	72,3	11,7	12,9	3,1

Fonte: INE, Inquérito ao Movimento de Pessoas nas Fronteiras, 2007

A análise que segue tem por base o Relatório Anual de Pesquisa 2007²⁴, divulgado pelo Turismo de Portugal, I.P., em que são tratados, na óptica da motivação, nove produtos turísticos estratégicos que se enquadram no “Lazer, Recreio e Férias”. Assinale-se, que no âmbito do PENT estão definidas orientações

²³ Fonte: ICCA (*International Congress & Convention Association*).

²⁴ Sob o tema “Determinação da Representatividade das Motivações Primárias e Estádio de Satisfação dos Turistas em Portugal”

que visam a consolidação e desenvolvimento dos dez produtos turísticos estratégicos, cuja descrição consta da Caixa 5.

Os resultados deste relatório do Turismo de Portugal, I.P, que “representam a realidade do período temporal compreendido entre Junho de 2006 e Julho de 2007”, mostram que cerca de 90% das visitas a Portugal são explicadas por 5 Motivações Primárias²⁵: Sol e Mar (37,8%), *Touring Cultural* e Paisagístico (29,7%), Turismo de Natureza (8,2%), *City Break* (7,6%) e Golfe (7,1%). Contudo, o relatório refere que em relação às duas motivações primárias mais significativas existe *cross-touring*, ou seja, as motivações secundárias são recíprocas das primárias entre si.

Caixa 5. Descrição dos 10 Produtos Estratégicos do PENT	
OS DEZ PRODUTOS ESTRATÉGICOS	
Sol e Mar	Requalificar o produto Sol e Mar, com prioridade no Algarve Apostar no desenvolvimento de actividades complementares que reforcem a proposta de valor para o turista
Touring Cultural e Paisagístico	Criar rotas temáticas Enriquecer a experiência nos principais locais de atracção Assegurar a adopção de padrões de qualidade ao longo de toda a cadeia de valor
City Break	Melhorar a acessibilidade a Lisboa e Porto Melhorar a experiência dos turistas, em especial no Porto, estruturando itinerários temáticos, diversificando acções de animação
Turismo de Negócios	Consolidar a oferta para congressos de grandes dimensões em Lisboa e desenvolver-la no Algarve; Desenvolver o segmento das pequenas reuniões em Lisboa, Porto, Algarve e Madeira
Turismo de Natureza	Intervir para melhorar as infra estruturas de acolhimento, alojamento e visitação; Melhorar a sinalética e os percursos na natureza; Desenvolver a oferta, assegurando a preservação das áreas protegidas
Turismo Náutico	Desenvolver a “inverno activa”; Investir nas condições de atracagem e construções de portos de abrigo ao longo da costa, para além de marinas e portos de recreio nas regiões prioritárias; No segmento de cruzeiros, melhorar as condições dos terminais e criar novas rotas
Saúde e Bem-estar	Desenvolver ofertas distintas nos Açores e na Madeira; Reconverter o termalismo no Porto e Norte e Centro; Desenvolver equipamentos e serviços de bem estar em estabelecimentos hoteleiros
Golfe	Consolidar a forte projecção internacional como destino de Golfe; Construir mais campos de elevada qualidade (arquitectos de renome) e de oferta diversificada; Assegurar a realização de torneios anuais de elevada projecção internacional; Estimular a prática de Golfe em Portugal
Resorts Integrados e Turismo Residencial	Crescimento em qualidade (não em quantidade); Promover a criação de <i>Resorts Integrados</i> com ofertas associadas (ex. golfe, spa); Privilegiar sistemas de gestão turística centralizada nos <i>resorts</i>
Gastronomia e Vinhos	Aproveitar as condições e os recursos naturais e culturais do Douro, Alentejo e Centro, em matéria de Gastronomia e Vinhos; Estruturar o produto, adequando museus e caves à actividade turística (ex. pessoal qualificado, horários); Estimular a venda de produtos de denominação de origem (vinhos, queijos), a oferta de refeições gastronómicas de demonstração, etc.

Fonte: Plano Estratégico Nacional para o Turismo, Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2007, de 14 de Abril.

3.3. Preferências a Nível Regional

Em termos de **estrutura regional**, em 2007, (Quadro 7), o Algarve permanece a região que atraiu mais visitantes (37,7% das dormidas), assim como a que contabilizou mais proveitos (30,4% do total), seguida

²⁵ No relatório são analisadas 9 motivações: Sol e Mar, *Touring Cultural* e Paisagístico, Turismo de Natureza, *City Break*, Golfe, Saúde e Bem-Estar, Turismo Residencial, Turismo Náutico, *Tours* de Gastronomia e Vinhos. O Turismo Profissional e de Negócios não foi considerado, ainda que integre os dez produtos estratégicos do PENT.

de Lisboa que, neste último indicador, atingiu 28,4% dos proveitos totais, muito próxima do Algarve, ainda que nas dormidas representasse 21,7% (menos 10% que o Algarve). A Região Autónoma da Madeira foi a 3ª região mais procurada (15,3% do total das dormidas) e manteve a taxa de ocupação-cama mais elevada, com 60,3% em 2007. As regiões do Centro e dos Açores, ainda que pesem pouco no total das dormidas (9,3% e 3,1%), foram as que registaram maiores crescimentos entre 2002 e 2007 (respectivamente 97,2% e 52,2%).

Quadro 9. Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros, por Regiões e Principais Países de Residência, 2007

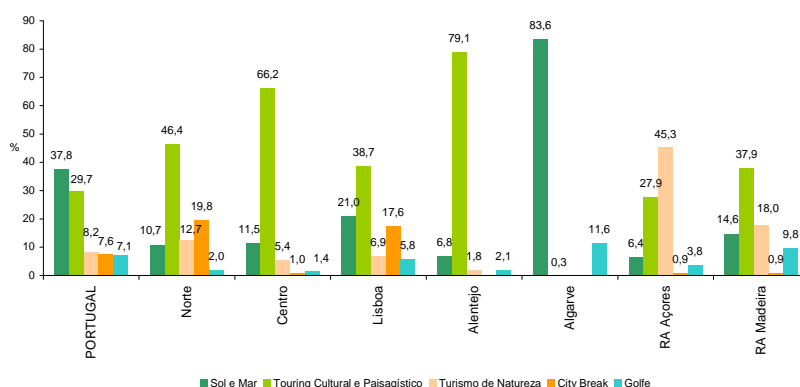
Região	Portugal		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Reg. A. Açores		Reg. A. Madeira	
	Milhares	Peso (%)	Milhares	Peso (%)	Milhares	Peso (%)	Milhares	Peso (%)	Milhares	Peso (%)	Milhares	Peso (%)	Milhares	Peso (%)	Milhares	Peso (%)
Reino Unido	7 705,1	35,0	155,5	11,7	77,6	6,9	555,6	12,7	21,2	10,2	5 399,0	51,7	48,5	13,3	1 447,7	34,5
Alemanha	3 851,1	17,5	144,4	10,9	91,0	8,1	535,7	12,2	28,5	13,7	1 526,2	14,6	63,3	17,4	1 462,2	34,9
Espanha	3 380,9	15,3	548,1	41,3	438,0	39,0	1 332,7	30,4	69,7	33,7	712,1	6,8	30,5	8,4	249,8	6,0
Países Baixos	1 825,9	8,3	56,9	4,3	38,7	3,4	213,1	4,9	15,2	7,3	1 255,5	12,0	42,4	11,7	204,1	4,9
França	1 442,3	6,5	179,7	13,5	155,4	13,8	489,5	11,2	27,7	13,4	261,8	2,5	19,5	5,4	308,8	7,4
Irlanda	1 047,3	4,8	21,9	1,6	41,4	3,7	97,1	2,2	1,9	0,9	819,0	7,8	9,4	2,6	56,6	1,4
Itália	1 010,5	4,6	113,9	8,6	176,1	15,7	489,1	11,1	16,9	8,2	84,4	0,8	9,0	2,5	121,0	2,9
EUA	652,7	3,0	56,0	4,2	64,4	5,7	374,4	8,5	14,1	6,8	80,1	0,8	35,1	9,7	28,5	0,7
Bélgica	602,1	2,7	36,5	2,7	27,7	2,5	184,8	4,2	9,3	4,5	192,9	1,8	5,6	1,5	145,3	3,5
Suécia	518,4	2,4	15,6	1,2	13,4	1,2	115,8	2,6	2,6	1,2	103,1	1,0	100,4	27,6	167,6	4,0
Sub-total	22 036,4	100,0	1 328,5	100,0	1 123,8	100,0	4 387,7	100,0	207,1	100,0	10 434,1	100,0	363,7	100,0	4 191,6	100,0
Portugal	12 968,1	32,6	2 470,9	58,4	2 456,0	63,8	2 516,6	29,0	832,7	75,8	3 348,3	22,8	537,7	45,4	805,8	13,5
Estrangeiro	26 768,5	67,4	1 758,1	41,6	1 395,2	36,2	6 162,5	71,0	265,8	24,2	11 356,0	77,2	646,7	54,6	5 184,2	86,5
UE	23 328,0	58,7	1 390,2	32,9	1 155,8	30,0	4 495,0	51,8	207,9	18,9	10 748,9	73,1	540,3	45,6	4 790,0	80,0
Total Geral	39 736,6	100,0	4 229,0	100,0	3 851,2	100,0	8 679,0	100,0	1 098,6	100,0	14 704,4	100,0	1 184,4	100,0	5 990,0	100,0

Fonte: Cálculos GEE, com base em INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros dados na Hotelaria 2007

Em 2007 e em termos de destino turístico regional (Quadro 9), a Região Autónoma da Madeira, o Algarve, Lisboa e a Região Autónoma dos Açores conquistaram mais turistas estrangeiros que nacionais, ao invés das restantes três regiões. O Algarve e a Região Autónoma da Madeira atraíram preferencialmente os residentes no Reino Unido, no caso do Algarve de um modo destacado (51,7%) e na Madeira é ligeiramente ultrapassado pela Alemanha, com respectivamente, 34,5% e 34,9% no total da região. Nas regiões do Norte, Centro, Lisboa e Alentejo foram os visitantes Espanhóis que predominaram, oscilando entre os 41,3% no Norte e os 30,4% em Lisboa. A Região Autónoma dos Açores atraiu maioritariamente turistas Suecos e Alemães, que representaram no conjunto cerca de 45% do total das dormidas dos 10 principais países emissores na região.

Retomando o Relatório Anual de Pesquisa 2007, através da Figura 6 é possível extrair algumas observações relativas às motivações primárias que levam à procura das regiões para visita, sobressaindo a motivação Sol e Mar, que tem forte incidência no Algarve, e em seguida o *Touring Cultural* e Paisagístico que, com excepção do Algarve e da Região Autónoma dos Açores, representa o motivo principal nas outras regiões, evidenciando um carácter transversal mais significativo. A Região Autónoma dos Açores é particularmente procurada para Turismo da Natureza. Por motivação, as maiores concentrações, em termos absolutos, referem-se ao *City Break* (Lisboa e Norte), ao Sol e Mar e ao Golfe (ambos Algarve e Lisboa).

Figura 6. Principais Motivações Primárias, por Região (%)



Fonte: Turismo de Portugal, I.P., Relatório Anual de Pesquisa 2007

4. Conclusões Gerais

Tendo em consideração a informação analisada, podem-se realçar algumas apreciações genéricas relativas à importância e evolução da actividade turística, em Portugal, nos anos mais recentes:

- ◆ No contexto do **turismo mundial**, em 2007, Portugal evidenciou uma evolução positiva nas chegadas de turistas (acréscimo de 1 milhão), a que corresponde uma quota de mercado de 1,4%. Num conjunto de 132 países, subiu uma posição entre 2006 e 2007 (20º lugar). Em termos de receitas, Portugal manteve o 23º lugar em 2007 (quota de mercado de 1,2%), apesar de ter registado um crescimento de 10,8%.
- ◆ Para 2006 e 2007 estima-se um maior crescimento do **contributo do turismo** para a economia, na ordem dos 9,5% (face a 2% em 2005), com incrementos mais acentuados do VAB do Turismo em comparação com os da economia. O peso do **consumo turístico no PIB** tem vindo a recuperar, atingindo 10,5% em 2007 face a 9,1% em 2003. Entre 2001 e 2005, o **emprego do turismo** cresceu sempre acima do da economia, com excepção do ano de 2002. Desde 2001, o peso das **receitas do turismo** na exportação de Bens e Serviços tem vindo a descer, passando de 16,2% em 2001 para 13,5% em 2007, devido essencialmente ao crescimento mais acentuado dos outros serviços, principalmente em 2006 e 2007.
- ◆ A grande maioria dos turistas que visita Portugal é **proveniente** da Europa, particularmente dos países da UE, destacando-se a Espanha e o Reino Unido. Em 2007, o número de dormidas de turistas estrangeiros em Portugal situou-se em cerca de 26,8 milhões, com o Reino Unido a ocupar a 1ª posição, seguido da Alemanha e da Espanha. Entre 2006 e 2007, as entradas de turistas com crescimentos mais acentuados tiveram origem na Suíça, na França e nos EUA. Nas receitas, por ordem decrescente, em 2007, os contributos mais significativos couberam ao Reino Unido, à França e à Espanha. Neste mesmo ano, cerca de 60% das deslocações de turistas a Portugal foram efectuadas por via aérea.
- ◆ O **motivo principal da visita** a Portugal concentra-se em actividades de “Lazer, Recreio e Férias”, seguido de razões de ordem “Profissional e Negócios” e finalmente para a “Visita a Familiares e Amigos”. No “Lazer, Recreio e Férias” predominam os turistas provenientes do Reino Unido, Espanha e França, no “Profissional e Negócios” Portugal é mais procurado por Espanhóis e Italianos e a “Visita a Familiares e Amigos” tem origem na França, Suíça e EUA, países que acolhem significativas comunidades de emigrantes portugueses. No âmbito do “Lazer, Recreio e Férias”, no período de Junho de 2006 a Julho de 2007, a quase totalidade das visitas a Portugal dirigem-se maioritariamente aos produtos Sol e Mar e *Touring Cultural e Paisagístico*.

- ◆ Em termos de **estrutura regional**, em 2007, o Algarve permaneceu a região mais procurada, seguida de Lisboa e da Região Autónoma da Madeira. As regiões do Centro e dos Açores, ainda que pesem pouco no total das dormidas, foram as que registaram maiores crescimentos entre 2002 e 2007. O Algarve atraiu preferencialmente os residentes no Reino Unido enquanto que a Região Autónoma da Madeira foi procurada, em proporção idêntica, por Alemães e Ingleses. Nas regiões do Norte, Centro, Lisboa e Alentejo foram os visitantes Espanhóis que predominaram enquanto que a Região Autónoma dos Açores atraiu maioritariamente turistas Suecos e Alemães. O Algarve, Lisboa e a Região Autónoma da Madeira, por ordem decrescente, foram as regiões que contabilizaram mais proveitos em 2007
- ◆ O papel do Estado português tem-se caracterizado por uma acção impulsionadora da actividade turística. Para o efeito, disponibiliza mecanismos de apoio a iniciativas de empreendedores que queiram investir no sector em Portugal, nomeadamente, através de apoios financeiros, incentivos fiscais e um ambiente empresarial mais desburocratizado.

Iniciativas e Medidas Legislativas

INICIATIVAS E MEDIDAS LEGISLATIVAS

1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>20 de Janeiro de 2009</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 20 de Janeiro de 2009 destacam-se os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <p>▪ Programa de trabalhos da Presidência Checa: O Ministro das Finanças da República Checa apresentou o Programa de Trabalhos da Presidência na área do ECOFIN para o primeiro semestre deste ano.</p> <p>O Programa tem por base as prioridades estratégicas definidas pelo trio de Presidências (República Checa em conjunto com França e Suécia), centrando-se: (i) na procura de respostas efectivas para a crise económica, (ii) em assegurar a estabilidade financeira e restaurar a confiança nos mercados financeiros, (iii) em assegurar uma coordenação efectiva das políticas económicas e orçamentais, enquadradas pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento e pela Estratégia de Lisboa, e (iv) na remoção de obstáculos ao funcionamento do Mercado Único, particularmente no que diz respeito aos serviços financeiros e à fiscalidade.</p> <p>▪ Seguimento do Conselho Europeu de Dezembro – Impacto sobre os trabalhos do Conselho: Os Ministros avaliaram os mandatos para o Conselho ECOFIN resultantes do Conselho Europeu de 11 e 12 de Dezembro, designadamente no que diz respeito às medidas para enfrentar a crise financeira mundial e o abrandamento da economia, tendo registado, em particular, a intenção da Presidência de continuar os trabalhos em matéria de taxas reduzidas de IVA.</p> <p>▪ Mensagens em matéria de política económica e orçamental para 2009: Com intenção de preparar o Conselho Europeu em Março, teve lugar uma troca de pontos de vista sobre as mensagens em matéria de política económica e orçamental, tendo sido salientado o conjunto de medidas que têm sido adoptadas pela UE com o intuito de restaurar a confiança e impulsionar o crescimento: (i) os pacotes de apoio financeiro com o objectivo de estabilizar o sector bancário; (ii) a implementação de medidas enquadradas pelo Plano Europeu de Recuperação Económica de apoio ao emprego e à procura; (iii) a continuação das reformas estruturais enquadradas pela Estratégia de Lisboa. Os Ministros reconheceram que, no curto prazo, os défices orçamentais irão aumentar em muitos estados-membros tendo, no entanto, reafirmado o seu compromisso relativo a finanças públicas sólidas e sustentáveis, indicando que o Pacto de Estabilidade e Crescimento é suficientemente flexível para responder às actuais circunstâncias.</p> <p>▪ Fundos próprios dos bancos: No contexto dos planos de estabilização financeira que têm vindo a ser implementados em vários estados-membros, o Conselho ECOFIN aprovou conclusões que confirmam que os aumentos de capital que se têm verificado no sector bancário, à luz dos referidos planos, não têm como intenção o aumento dos requisitos mínimos legais de fundos próprios. Estes devem continuar a ser determinados em linha com a legislação em vigor na UE e tendo em conta o perfil de risco de cada instituição bancária. No entanto, o Conselho apoiou o trabalho que tem vindo a ser feito no sentido de modificar a legislação internacional em vigor, de forma a atenuar os potenciais efeitos pró-cíclicos dos requisitos de fundos próprios.</p>

- **Iniciativa de investimento para os Balcãs Ocidentais:** Os Ministros adoptaram Conclusões relativas aos progressos registados desde Maio/Junho de 2008 na implementação do *Western Balkans Investment Framework*, tendo o Conselho solicitado à Comissão que, em conjunto com as IFIs, (i) acelere os trabalhos, revendo os actuais instrumentos, (ii) simplifique as facilidades existentes, (iii) sejam dados passos significativos que permitam a rápida constituição de uma *pool* de recursos, possivelmente através de um *Trut Fund* conjunto e (iv) se constitua um Web Site comum. Paralelamente, o Conselho convidou os estados-membros a cooperarem estreitamente com a Comissão na implementação da Iniciativa, lembrando a necessidade de progressos mais rápidos e substanciais.
- **Apoio à Letónia para combater a crise financeira:** Os Ministros adoptaram decisões relativas à aprovação de um empréstimo de 3,1 mil milhões de euros à Letónia para que este estado-membro combata a actual crise financeira que o afecta. Este empréstimo faz parte de um pacote de assistência num montante global de 7,5 mil milhões de apoio à balança de pagamentos letã no médio prazo, que inclui participações de outros parceiros, nomeadamente o FMI e o Banco Mundial.

Programa Orçamental
Iniciativa para o
Investimento e o
Emprego

O Conselho de Ministros extraordinário de 16 de Janeiro de 2009 aprovou a Proposta de Lei do Programa Orçamental Iniciativa para o Investimento e o Emprego (apresentado no BMEP de Dezembro de 2008), que altera o Orçamento do Estado para 2009.

A Iniciativa para o Investimento e o Emprego (IIE) prevê cinco medidas estruturais para minimizar os impactes da actual crise financeira e económica internacional na economia portuguesa que, no seu conjunto, ascendem a 2070 milhões de euros, dos quais 1330 milhões relativos a financiamento nacional e 740 milhões relativos a financiamento comunitário:

- **Modernização de escolas** em 500 milhões de euros, dos quais 200 milhões de euros respeitam a financiamento comunitário;
- Subsídios para financiamento de projectos de investimento na área da **energia sustentável** de cerca de 260 milhões de euros;
- Apoios na área da **modernização da infra-estrutura tecnológica** - redes de banda larga de nova geração, que representam cerca de 50 milhões de euros;
- Apoio especial à **actividade económica, exportações e PME** com o aumento da despesa em 430 milhões de euros (dos quais 260 milhões relativos a financiamento comunitário). Neste âmbito está previsto um novo regime de seguros de crédito à exportação, que visa assegurar às empresas condições para realizarem transacções no mercado externo beneficiando de uma cobertura adicional de risco de crédito nas vendas em países da OCDE e fora da OCDE. Ainda dirigido às empresas, estão previstos 175 milhões de euros destinados à criação de um fundo de reestruturação industrial e 75 milhões de euros para a capitalização do Fundo de Contra-Garantia Mútuo para a Linha PME Invest IV;
- **Apoio ao emprego e reforço da protecção social** através de medidas específicas que representam cerca de 580 milhões de euros, dos quais, 300 milhões de euros de financiamento nacional e 280 milhões de euros de financiamento comunitário.

Inserção de jovens no
mundo do trabalho

O Inov-Mundus e o Inov-Art, dois programas que visam promover a inserção de jovens licenciados no mundo do trabalho, foram objecto de apresentação pública pelo Primeiro-ministro no dia 9 de Janeiro.

INICIATIVA

SUMÁRIO

O Inov-Mundus, gerido pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, visa, ao longo dos próximos três anos, abranger 250 jovens licenciados, mediante a realização de estágios profissionalizantes, a efectuar junto de entidades públicas ou privadas e de organizações nacionais ou internacionais que desenvolvam a sua actividade na área da cooperação para o desenvolvimento. As candidaturas para as entidades decorrem até 20 de Janeiro.

O Inov-Art pretende proporcionar a 200 jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego, que tenham entre 18 e 35 anos, a realização de estágios em entidades internacionais de referência no domínio das artes e da cultura, de forma a promover a sua inserção profissional.

O programa Inov-Art estabeleceu como áreas prioritárias as Artes Visuais, as Artes do Espectáculo, Dança e Música, a Escrita e Edição, o Design, o Cinema e Audiovisual, a Arquitectura e Restauro, Cruzamentos Artísticos, Gestão de Áreas Artísticas, Indústrias Criativas e Marketing, Serviços Educativos e Actividades Artísticas em Meio Educativo. Os estágios têm a duração mínima de três meses e máxima de nove meses e prevêem o pagamento de uma bolsa de estágio, despesas de deslocação, subsídio de alimentação e alojamento, Internet e seguros, nas condições estabelecidas pela Direcção-Geral das Artes.

Investimento

No Conselho de Ministros de 30 de Dezembro de 2008 foram aprovadas:

1. As minutas do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, a *Compagnie de Saint-Gobain*, a *Saint-Gobain Cristaleria S.A.*, e a *Saint-Gobain Glass Portugal, Vidro Plano, S.A.*, que tem por objecto o desenvolvimento de um projecto de investimento na *Saint-Gobain Glass Portugal, Vidro Plano, S.A.*, em Santa Iria da Azóia.

O projecto consiste na instalação de um novo forno que visa o aumento da capacidade de produção de vidro para 650 toneladas dia, com o recurso a processos de elevada eficiência energética e baixa emissão de efluentes gasosos através da introdução de gás natural e de investimentos na melhoria dos processos organizativo e de gestão daquela unidade industrial.

O investimento ascende a cerca de 48,4 milhões de euros e envolve a manutenção de 125 postos de trabalho permanentes, prevendo que a empresa alcance em 2017, ano do termo da vigência do contrato, um volume de negócios de 1 068 milhões de euros e um valor acrescentado de 53,7 milhões de euros (valores acumulados desde o ano de 2008).

2. As minutas do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, a *Compagnie de Saint-Gobain*, a *Saint-Gobain Glass Portugal, Vidro Plano, S. A.*, e a Covilis, Companhia do Vidro de Lisboa, Lda., que tem por objecto o desenvolvimento de um projecto de investimento de expansão da actividade da Covilis, Companhia do Vidro de Lisboa, Lda., em Vila Franca de Xira.

O projecto de investimento da Covilis consiste no aumento da capacidade de produção de vidro temperado para painéis térmicos e fotovoltaicos e a criação de capacidade de produção de espelhos cilíndricos de alto rendimento (CSP - *Concentrate Solar Power*), destinados ao mercado termosolar. O investimento previsto ascende a 19,5 milhões de euros, envolve a criação de 20 postos de trabalho e a manutenção dos actuais 108. A empresa espera alcançar, em valores acumulados desde 2008, um volume de negócios de 661,5 milhões de euros e obter um valor acrescentado de 159,1 milhões de euros.

2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Postos de Abastecimento de Combustíveis</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 243/2008 - I Série n.º 244, de 18/12</p>	<p>Possibilita a disponibilização do preço de venda dos combustíveis nos postos de abastecimento através da página electrónica do sítio na internet da Direcção-Geral da Energia e Geologia. Para além do preço dos combustíveis, será, também, disponibilizada aos consumidores informação sobre a localização, horário de funcionamento e serviços existentes em cada posto de abastecimento do continente.</p>
<p><i>Formação Profissional - Avaliação e a Certificação das Aprendizagens</i></p> <p>Portaria n.º 1497/2008 - I Série n.º 245, de 19/2008</p>	<p>Regula, no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações, as condições de acesso, a organização, a gestão e o funcionamento dos cursos de aprendizagem, bem como a avaliação e a certificação das aprendizagens.</p>
<p><i>Segurança Contra Incêndio em Edifícios – Construção</i></p> <p>Portaria n.º 1532/2008 - I Série n.º 250, de 29/12</p>	<p>Aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE). São estabelecidas disposições técnicas gerais e específicas referentes às seguintes condições: comportamento face ao fogo; isolamento e protecção; evacuação; instalações técnicas; equipamentos e sistemas de segurança; e autoprotecção. A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2009.</p>
<p><i>Balcão Único «Casa Pronta»</i></p> <p>Portaria n.º 1534/2008 - I Série n.º 251, de 30/12</p>	<p>Regulamenta a atribuição da competência para a realização do procedimento especial de aquisição, oneração e registo de imóveis a qualquer serviço de registo onde funcione um posto de atendimento do balcão único «casa pronta», independentemente da localização geográfica do imóvel. A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2009.</p>
<p><i>Sistema de Informação da Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (SICAE)</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 247-B/2008 - I Série n.º 251, de 30/12 (Suplemento)</p>	<p>Adopta novas medidas de simplificação para as empresas: - Cria o cartão da empresa e o cartão de pessoa colectiva, que permitem conter, num único documento físico, os três números relevantes para a identificação das pessoas colectivas: o número de identificação de pessoa colectiva (NIPC); o número de identificação fiscal das pessoas colectivas e entidades equiparadas; e o número de identificação da segurança social (NISS) de pessoa colectiva. Paralelamente, prevê a disponibilização do correspondente cartão electrónico da empresa. O cartão electrónico da empresa permite a visualização, de forma permanentemente actualizada, dos elementos relevantes para a respectiva identificação. Os pedidos de emissão destes cartões podem ser efectuados electronicamente no endereço www.empresonline.pt. - Cria o Sistema de Informação da Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (SICAE), que integra a informação sobre o código da Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE) das pessoas colectivas e entidades equiparadas. O SICAE passa a constituir o canal único de comunicação com diversas entidades públicas no que respeita às alterações de CAE. As empresas passarão a comunicar as respectivas mudanças de actividades uma única vez, por via electrónica, deixando de ter de o fazer junto de diferentes organismos. Por outro lado, o SICAE permitirá a consulta, de forma permanentemente actualizada, do código CAE de qualquer entidade. A informação constante do SICAE é de acesso público e gratuito no endereço www.empresonline.pt. O presente diploma entra em vigor a 31 de Dezembro de 2008. No entanto, o capítulo III, que contém as disposições referentes ao SICAE, entra em vigor a 6 de Abril de 2009.</p>
<p><i>Sistema de Controlo dos Actos Normativos – SCAN</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/2008 - I Série n.º 251, de 30/12</p>	<p>Cria o Sistema de Controlo dos Actos Normativos (SCAN), aprovando medidas destinadas ao controlo automatizado e ao acompanhamento das necessidades de emissão de actos normativos. Pretende-se desta forma reforçar os mecanismos de controlo da regulamentação atempada dos actos legislativos e assegurar o cumprimento da transposição atempada das directivas comunitárias e decisões-quadro para a ordem jurídica interna, monitorizando de forma automática e notificando os ministérios sectorialmente competentes para desencadear as necessárias iniciativas legislativas. A presente resolução entra em vigor em 1 de Janeiro de 2009.</p>
<p><i>Tramitação Electrónica dos Processos Judiciais</i></p> <p>Portaria n.º 1538/2008 - I Série n.º 251, de 30/12</p>	<p>A presente portaria permite que passem a existir notificações exclusivamente electrónicas, dispensando-se o envio de notificações por correio. Entre 15 de Abril e 30 de Junho de 2009 é adoptado um regime transitório que permite aos advogados, solicitadores e tribunais, uma adaptação gradual ao novo sistema, vigorando simultaneamente durante este período as notificações em papel e as enviadas por via electrónica.</p>
<p><i>Programas Legislar Melhor e SIMPLEX - Redução de Encargos para as Empresas</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2008 - I Série n.º 251, de 30/12</p>	<p>Estabelece um compromisso de redução de encargos administrativos para as empresas, e define a forma de coordenação e acompanhamento a nível nacional do Programa de Acção para a Redução dos Encargos Administrativos na União Europeia. No âmbito deste último Programa, estabelece-se o compromisso de redução em 25% dos encargos administrativos impostos por normas legais e regulamentares de origem nacional nos eventos relevantes do ciclo de vida das empresas. Pretende-se</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Orçamento do Estado 2009</i></p> <p>Lei n.º 64-A/2008 - I Série n.º 251, de 31/12 (Suplemento)</p>	<p>aprova o Orçamento do Estado para 2009.</p>
<p><i>Constituição Imediata de Sociedades</i></p> <p>Portaria n.º 3/2009 - I Série n.º 1, de 2/01</p>	<p>Regulamenta a marcação prévia da data da realização dos procedimentos de constituição imediata de sociedades em que o capital seja total ou parcialmente realizado mediante entradas em bens diferentes de dinheiro sujeitos a registo, nos termos do artigo 4.º-A do Decreto-Lei n.º 111/2005, de 8 de Julho. A presente portaria produz efeitos desde o dia 31 de Dezembro de 2008.</p>
<p><i>Cartão de Empresa e Cartão de Pessoa Colectiva</i></p> <p>Portaria n.º 4/2009 - I Série n.º 1, de 2/01</p>	<p>Aprova os modelos do cartão da empresa e do cartão de pessoa colectiva, regulamenta o respectivo pedido de emissão por via electrónica e altera o Regulamento do Registo Comercial. Os referidos cartões podem ser pedidos através da Internet em www.empresaaonline.pt ou em www.irm.mj.pt e nos serviços de registo. O cartão da empresa contém os seguintes elementos visíveis de identificação: - Nome, firma ou denominação; - Número de identificação de pessoa colectiva (NIPC) ou número de identificação fiscal das pessoas colectivas e entidades equiparadas; - Número de identificação da segurança social (NISS) de pessoa colectiva; - Domicílio ou morada da sede; - Natureza jurídica; - Data da constituição; - Código da Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (código CAE) principal e até três códigos CAE secundários; - Código da certidão permanente; - Código do cartão electrónico. O cartão de pessoa colectiva contém os elementos acima referenciados, excepto os referentes ao Código da certidão permanente. A presente portaria produz efeitos desde o dia 31 de Dezembro de 2008.</p>
<p><i>Apoios Concedidos pelo IEFP</i></p> <p>Despacho n.º 279/2009 – II Série Parte C n.º 3, de 6/01</p>	<p>Aprova o regulamento que define o regime de concessão de apoios pelo IEFP, I. P. às entidades por si credenciadas como Centros de Recursos para a realização de acções de informação, avaliação e orientação profissional, e apoio à colocação e acompanhamento pós-colocação de pessoas com deficiências e incapacidade inscritas nos Centros de Emprego.</p>
<p><i>Política Fiscal</i></p> <p>Despacho n.º 2052/2009 - II Série Parte c n.º 10, de 15/01</p>	<p>Cria um grupo de trabalho para apresentação de um relatório que identifique um conjunto de soluções técnicas que contribuam para a definição da política fiscal portuguesa nos próximos anos. Este grupo funcionará através dos seguintes subgrupos: - Novas tendências da política orçamental: análise da relação entre a receita e a despesa pública, tendo em conta a consolidação orçamental, a médio e a curto prazos. - Reforma dos impostos sobre o rendimento: (i) no âmbito do IRS, será objecto de reflexão a reestruturação dos escalões de rendimento; (ii) no que respeita ao IRC, será analisada a conformidade do imposto com a jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades, as consequências da proposta comunitária relativa à base de tributação consolidada das sociedades (CCCTB — <i>common corporate consolidated tax base</i>) e a relação entre o novo sistema contabilístico e as normas tributárias em sede de imposição dos lucros societários. - Tributação do património: avaliação das consequências da implantação do modelo vigente e análise de novas formas de relação da tributação estática (através do imposto municipal sobre imóveis) com a tributação dinâmica (hoje assegurada através do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de bens imóveis). - Fiscalidade indirecta: análise, em sede de IVA, da estrutura de taxas, do regime das pequenas empresas e a sua articulação com o regime simplificado do IRS, e do aprofundamento da harmonização comunitária. - Nova relação tributária: análise sobre a simplificação do processo e do procedimento tributário e a sua articulação com o contencioso tributário e com os sistemas de informação. Os subgrupos deverão apresentar o resultado dos respectivos trabalhos até ao final do mês de Maio de 2009.</p>
<p><i>Estabelecimentos Comerciais</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 21/2009 - I Série n.º 12, de 19/01</p>	<p>Estabelece o regime jurídico de instalação e de modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais. Pretende-se que as normas agora publicadas venham simplificar o regime de autorização administrativa da instalação e modificação deste tipo de estabelecimentos. Este novo regime visa acabar com o sistema de fases, implementar mecanismos de comunicação electrónica, reduzir as entidades</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação - FINOVA</i></p> <p>Portaria n.º 51/2009 – I Série nº 12 de 19/01</p>	<p>envolvidas no processo de autorização e encurtar os prazos de decisão através de um processo de decisão mensal. Paralelamente, altera as regras de apreciação dos pedidos de autorização no que se refere às normas de concorrência e de liberdade de estabelecimento, bem como em matéria de ambiente, urbanismo e ordenamento do território. Algumas alterações: - Eleva os limites das áreas de venda no caso do comércio a retalho e da área bruta locável no caso de conjuntos comerciais, o que reduz o universo de estabelecimentos de comércio, isolados ou em grupo, sujeitos ao regime de autorização; - Exclui do regime de autorização as empresas de comércio por grosso e as micro empresas; - Sujeita ao regime de autorização as modificações em conjuntos comerciais. - Impõe a obrigatoriedade de, anteriormente ao processo de autorização, se obter a informação prévia de localização favorável e a declaração de impacte ambiental favorável, nos casos abrangidos pelo regime jurídico de avaliação de impacte ambiental. - Altera os critérios de autorização de instalação e modificação, de forma a adequá-los aos imperativos comunitários em matéria de concorrência e de liberdade de estabelecimento. - Abandona o sistema de fases de candidatura e implementa um sistema de entrada de processos contínuo. - Substitui, ao nível da decisão, as três entidades decisórias actualmente existentes por uma única entidade, a comissão de avaliação comercial (COMAC), que decide, ao nível da NUT III e com periodicidade mensal, os pedidos de autorização. O presente diploma entra em vigor a 19 de Abril de 2009.</p> <p>Autoriza a participação do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.), no capital do FINOVA — Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação, e as condições de participação na linha de crédito bonificado e garantido para micro e pequenas empresas (até ao montante de 200 milhões de euros). Esta linha de crédito está destinada a operações de financiamento a investimento novo em activos fixos corpóreos ou incorpóreos, ou ao reforço do fundo de maneio ou de capitais permanentes. São beneficiárias da linha de crédito as micro empresas, até 10 trabalhadores, e as pequenas empresas, entre 11 e 50 trabalhadores, que reúnam os requisitos consentâneos com o respectivo estatuto e que assumam o compromisso de manter o volume de emprego, observado à data da contratação do empréstimo, durante a vigência do contrato de financiamento. A presente linha de crédito vigora por seis meses após a respectiva abertura, podendo este prazo ser renovado por mais seis meses caso a mesma não se esgote no primeiro prazo. A presente portaria produz efeitos desde 31 de Dezembro de 2008.</p>

Abreviaturas Utilizadas

